

**PANAMA**  
**O crime de Bush**

CADERNOS DO

# terceiro mundo

PUBLICAÇÃO MENSAL • Nº 127 • NCz\$ 60,00 • BOA VISTA, MANAUS NCz\$ 78,00 • ANO XIII

**CONGRESSO  
E GOVERNOS  
ESTADUAIS**



# A NOVA BATALHA

**ECONOMIA**

O Terceiro Mundo  
e  
a abertura socialista

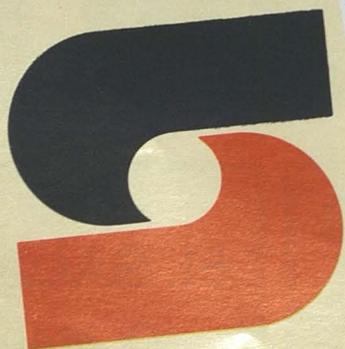
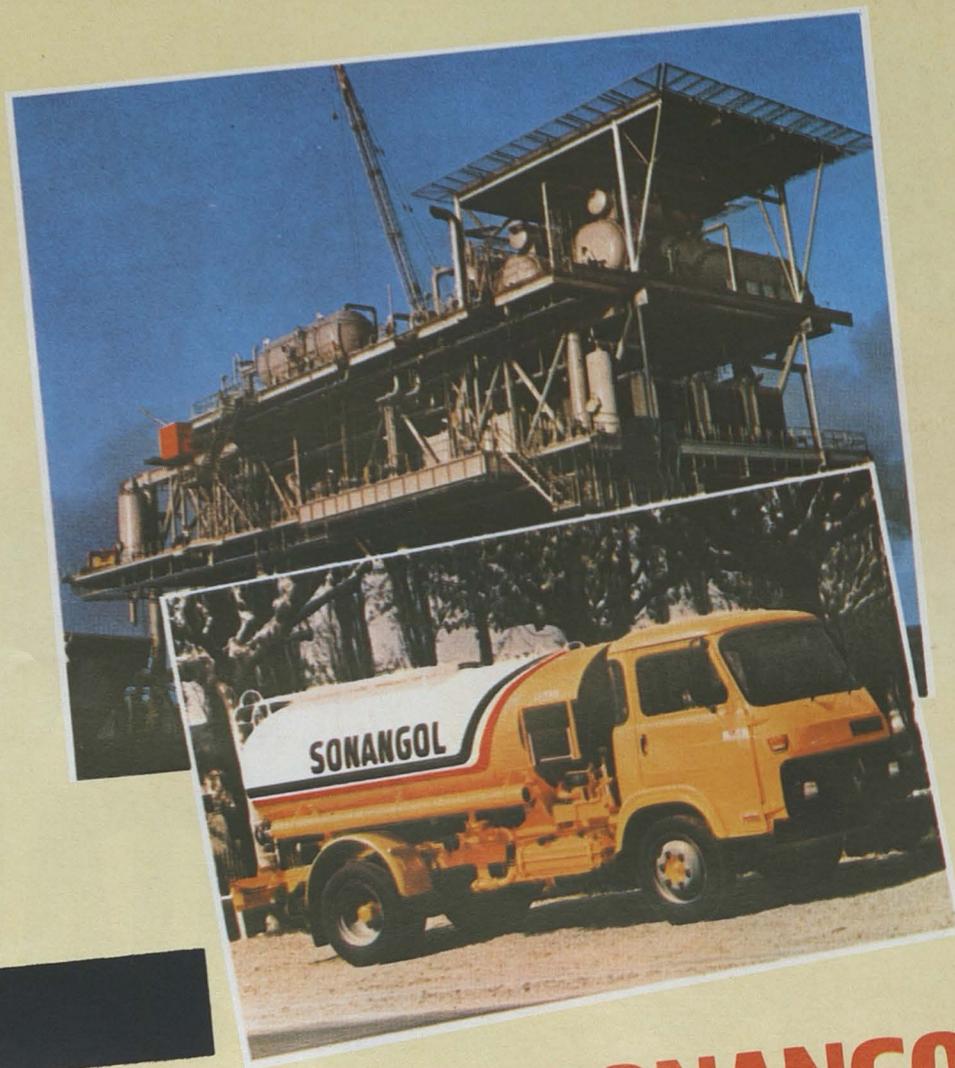
**EDUCAÇÃO**

Filosofia para  
remendar o  
ensino

**EL SALVADOR**

O diálogo  
que se impõe

**No desenvolvimento  
da Indústria Petrolífera  
para a reconstrução de Angola,  
Sonangol é vital  
para o futuro**



**SONANGOL**

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA  
C.P. 1316 – LUANDA – TELEX 3148 – 3260

# A PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA SUA PESQUISA E CONSULTA.

## GUIA DO TERCEIRO MUNDO



São 674 páginas com informação objetiva e independente sobre todos os países do mundo, com o olhar de quem “vê o Terceiro Mundo com os próprios olhos.”

### Contém:

Dados de história, economia, geografia e política.  
Suplemento especial sobre Brasil.  
Mais 1000 mapas e gráficos.  
As organizações internacionais, como funcionam e porquê.  
Temas da atualidade tais como: matérias-primas, tecnologia, fome, dívida externa, aids, transnacionais e outros.

### Atende a:

Professores, Estudantes,  
Jornalistas, Administradores,  
Economistas, Industriais,  
Políticos, Exportadores,  
Diplomatas e outras atividades.

### O produto:

Impressão em papel de qualidade.  
Formato amplo (21x28cm).  
Diagramação moderna e ilustrada.  
Acabamento reforçado (costurado e colado).

## O TERCEIRO MUNDO Visto com os próprios olhos

**Cadernos do Terceiro Mundo** é uma revista que trata de política, cultura, economia e meio ambiente. Contém notícias e análises de fatos que ocorrem na África, Ásia, América Latina, Caribe e Oriente Médio.

A revista é feita por jornalistas do Terceiro Mundo e a informação nela publicada não é filtrada por nenhum centro internacional de poder.

Qual é a perspectiva de **Cadernos do Terceiro Mundo**? É a do Sul em relação ao Norte. A revista não representa nenhum partido político nem governo. Defende o direito de cada povo escolher o seu sistema político próprio. O seu objetivo é dar aos leitores uma visão do Terceiro Mundo sem as distorções causadas pelos preconceitos de hegemonias políticas, das falsas supremacias raciais ou culturais e dos interesses de grupos de poder. Os próprios meios de comunicação do Terceiro Mundo costumam divulgar notícias superficiais e até tendenciosas sobre os países do Sul, em sua maioria veiculadas pelas agências transnacionais de notícias. A revista **Cadernos do Terceiro Mundo** não só reage a este tipo de notícias como divulga e analisa fatos que estas agências não se interessam em noticiar.

# CADERNOS DO terceiro mundo

Assine agora e  
ganhe da inflação  
por 12 meses

Não perca  
esta promoção!  
Até 40% de  
desconto

## GUIA DO TERCEIRO MUNDO

Adquira já  
seu exemplar

Validade destes preços: Até 10.02.90

Nº DE ASSINATURAS ANUAIS E/OU GUIAS	VALOR POR ASSINATURAS E/OU GUIAS	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	580,00	580,00	-
2	510,00	1.020,00	-
3	510,00	1.530,00	1 Livro de nossa escolha
4	430,00	1.720,00	1 Livro de nossa escolha
5	430,00	2.150,00	1 Guia do Terceiro Mundo

OUTROS PREÇOS
• Renovação antecipada de uma assinatura: NCz\$ 470,00
• Exemplar avulso (atual ou atrasado): NCz\$ 60,00
• Guia pelo reembolso postal: NCz\$ 800,00

## Começa uma nova década, mas o desafio da informação continua.

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com as tabelas acima, e envie para a **Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122 - Crupo 104 a 106 Rio de Janeiro - RJ**  
CEP 20241 - Tel.: (021)252-7440

ASSINALE.  Assinat. de "Cadernos" ou  Renovação  
PEDIDO DE:  Guia do Terceiro Mundo:  pago,  r. postal  
Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....  
Profissão: .....

ASSINALE.  Assinat. de "Cadernos" ou  Renovação  
PEDIDO DE:  Guia do Terceiro Mundo:  pago,  r. postal  
Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....  
Profissão: .....

ASSINALE.  Assinat. de "Cadernos" ou  Renovação  
PEDIDO DE:  Guia do Terceiro Mundo:  pago,  r. postal  
Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....  
Profissão: .....

ASSINALE.  Assinat. de "Cadernos" ou  Renovação  
PEDIDO DE:  Guia do Terceiro Mundo:  pago,  r. postal  
Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....  
Profissão: .....

ASSINALE.  Assinat. de "Cadernos" ou  Renovação  
PEDIDO DE:  Guia do Terceiro Mundo:  pago,  r. postal  
Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....  
Profissão: .....

CUPOM DO REMETENTE EDIÇÃO 127  
Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....  
Profissão: .....

**A ESQUERDA E O GOLPE DE 64**

De: **Dênis de Moraes**



O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964. Pela primeira vez em muitos anos, os personagens não só refletem com profundidade sobre as causas da derrota do movimento popular, como fazem revelações a respeito de fatos até hoje controvertidos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbert de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se alinhavam com Jango, como o General Nelson Werneck Sodré, o Capitão Eduardo Chuahy e os Brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima.

379 págs.

E-202 35 BTN's

**CONVERSAS COM BETINHO**

De: **Ricardo Gontijo**



"E o Brizola, afinal, recebeu ou não recebeu dinheiro de Fidel Castro? Nesse período de divisão entre insurreição e guerrilha, o antigo líder da Rede da Legalidade adotou a posição de permitir as duas estratégias, liberando os adeptos de cada uma a fazerem o que bem entendessem. Houve, então, um apoio de Cuba ao movimento encabeçado por Brizola, tendesse ou não para a guerrilha. Foi por aí que veio algum recurso, destinado a passagens, treinamento de pessoal e despesas que surgissem no processo. A primeira ida a Cuba, para fazer este tipo de articulação, fui eu quem fui, no princípio de 65. Minha missão era estabelecer a relação Cuba-Brizola. Uma viagem fantástica."

Esta é apenas uma das revelações contidas num livro muito interessante, escrito numa linguagem jornalística e sem pretensões dogmáticas nem proselitistas.

184 págs.

E-195 11 BTN's

**MEMÓRIAS DE UMA GERAÇÃO ASSASSINADA**

De: **Newton Cunha**

É um romance ágil, que revivencia o cotidiano brasileiro num ano especialmente importante para a história e vida nacionais: 1968.

Humano e tocante na delicadeza com que trata das personagens, instiga a reflexão e enriquece as prateleiras que cultivam literatura de bom gosto. 138 págs.

E-206 6 BTN's

**A BESTA DO JARDIM BOTÂNICO**

De: **Licínio Rios Neto**



A Besta do Jardim Botânico é, me parece, a primeira tentativa ficcional de analisar o que existe por trás do monopólio da informação no telejornalismo. É um livro que ousou assumir, poeticamente, um título polêmico, mas que corresponde à dimensão de como a notícia é manipulada no dia-a-dia e passa pelo filtro dos grandes interesses econômicos.

A besta do jornalismo brasileiro não é simplesmente lantejoulada na notícia ou os fatos reduzidos à banalidade. Ela é a omissão do jornalismo diante da verdade. Licínio tenta, através da ficção desvairada, resgatar a dignidade de uma profissão. Nesse livro, longe das rotativas, das câmaras de TV, das manchetes, Licínio Rios Neto chega bem perto das vitórias e das derrotas que fazem do jornalismo, ainda um compromisso com a democracia.

360 págs. Roberto D'Avila  
E-205 25 BTN's

**O JOGO DA DIREITA**

De: **René Dreifuss**



Sabe-se, há tempos, que as elites "plantam" notícias, fabricam greves e passeatas, formam lideranças populares "confiáveis" e contam com o apoio de seus pares do Primeiro Mundo, até para derrubar incômodos presidentes eleitos pelo voto. Este tem sido o jogo, em vários países da América Latina. Agora, neste "O jogo da direita", o autor apresenta, passo a passo, o "frio" e sofisticado processo das elites, em tempo de abertura e "normalidade". O cenário é o Brasil da Nova República, onde os zelosos e competentes jogadores da direita soberam avaliar as mudanças, sempre atentos a qualquer ensaio de avanço social.

Para o atento observador do Brasil político, o passeio pelas páginas do livro será equivalente ao prazer de destampar uma caixa de surpresas. Aqui, a História recente não saiu de arquivos secretos ou fontes clandestinas. Foi escrita a partir de 75 mil páginas de jornais e revistas, pacientemente recortadas e organizadas, como se fossem peças embaralhadas de um imenso e fascinante quebra-cabeça.

E-207 28 BTN's

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com desconto que tiver direito.

( ) assinante ( ) não-assinante

Nome .....  
Endereço .....  
Bairro ..... Cidade .....  
Estado ..... CEP ..... Tel.: .....  
Profissão .....

comprador

**TABELA DE DESCONTOS**

- 10% Para pedidos acima de 80 BTN's
- 10% Para assinantes com pedidos acima de 60 BTN's
- 15% Para pagamento antecipado de pedidos acima de 100 BTN's

terceiro mundo postal cultural

**PREÇOS VÁLIDOS ATÉ**

**30 - 01 - 90**

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

# CAÇA ÀS BRUXAS

Postal  
Cultural

ANO III - 1990 - Revista 127

Preços válidos até 30.01.90

PEDIDOS: CUPOM NO  
VERSO, OU (021) 252-7440

terceiro  
mundo

## Brasil - Estados Unidos

### O PILÃO DA MADRUGADA



De: Neiva Moreira  
(Depoimento a José Louzeiro)

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Nos salões iluminados das conferências de chefes de Estado, nas vielas das guerrilhas, nas catástrofes e no **front** das guerras declaradas, lá estão eles, testemunhas da História.

Este livro é a reportagem com um desses repórteres: Neiva Moreira. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou, fala da sua inquietação, do inconformismo diante das injustiças, do fascínio pela informação e, por que não dizer, pelo perigo.

Como jornalista, político e parlamentar, de intensa atuação, Neiva Moreira foi e continua sendo protagonista e testemunha privilegiada de acontecimentos decisivos nesta segunda metade do século, não só no Brasil como em muitos países do Terceiro Mundo. Neste depoimento, ele narra episódios marcantes e, com visão política e linguagem de repórter, permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial". 464 págs.

José Louzeiro

E-208 30 BTN's

### A RIVALIDADE EMERGENTE (1959 - 1988)

De: Moniz Bandeira

O tema deste livro não poderia ser mais oportuno e atual do que é: as relações americano-brasileiras estão na ordem do dia em múltiplos campos: econômico-financeiro (os Estados Unidos são há um tempo nosso maior freguês e fornecedor); científico-tecnológico (nosso desenvolvimento nessa área está intimamente ligado ao seu know-how); cultural (é patente a influência americana na música popular, no cinema, na TV e na propaganda); militar (integramos projetos comuns de defesa estratégica), etc, etc.

Por outro lado, é também notória - ao lado da simpatia espontânea de boa parte da população - a crescente desconfiança, às vezes até mesmo a hostilidade que milhões de brasileiros dedicam aos Estados Unidos, apontando esse país como causa de muitos de nossos males ou, pelo menos, como exploradores neocolonialistas de nosso potencial humano e em recursos materiais.



O livro do Professor Moniz Bandeira é a análise isenta e documentada duma relação binacional nem sempre tranqüila ou mutuamente satisfatória, particularmente nas quase quatro décadas que abrange, onde se viu o surgimento de forte corrente nacionalista - inclusive no seio das Forças Armadas -, a eclosão de um golpe de estado militar (que os Estados Unidos indiscutivelmente apoiaram...), o surgimento de conflito de interesse entre a burguesia nacional e o big-business americano. Ao escrevê-lo, foi assessorado de uma ou de outra maneira por numerosas personalidades públicas e privadas, entre as quais ministros de Estado, políticos, chefes militares, diplomatas (o próprio Mr. Harry Schlaudeman, Embaixador dos Estados Unidos), líderes da indústria, do comércio e do meio financeiro. 328 pág.

E-210

46 BTN's

### Macartismo: Uma tragédia Americana

De: Argemiro Ferreira

Encerrada a Segunda Guerra Mundial, a sociedade norte-americana foi abalada por uma onda de obscurantismo que ficou conhecida como "Caça às Bruxas", numa alusão ao episódio da perseguição e eventual queima de feiticeiras nas fogueiras da Inquisição. "Ameaça Vermelha" tornou-se a expressão mágica para fundamentar um estado de quase histeria coletiva, alimentado pelos meios de comunicação e que teve no senador Joseph (Joe) McCarthy o seu mais notório manipulador, a ponto de emprestar o nome ao neologismo criado para definir o fenômeno - "macartismo".

A histeria macartista, cuja origem, afirmação e propagação este livro procura relatar, atingiu especialmente a chamada indústria do entendimento (cinema, rádio e televisão), mas alcançou, com seu potencial destrutivo, todos os setores da sociedade. Suicídio, tragédias familiares e desemprego foram alguns dos efeitos visíveis da caça às bruxas, que envenenou o dia-a-dia dos norte-americanos, semeou suspeitas, fabricou listas negras, encenou rituais de purificação e santificou a figura do delator.



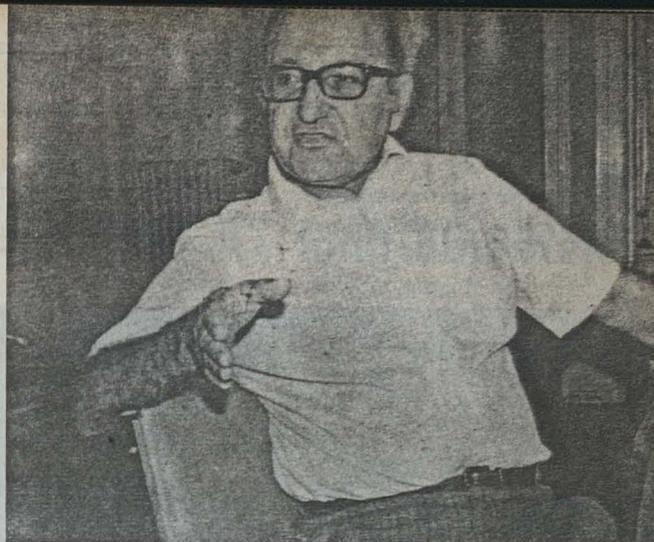
O AUTOR Argemiro Ferreira é mineiro, jornalista com passagem pelos mais importantes veículos de comunicação do país. Começou a sua carreira em Belo Horizonte, aos 21 anos, como crítico de cinema, quando tomou conhecimento pela primeira vez da realidade da "Caça às Bruxas" de Hollywood. Este livro resulta desse interesse permanente pelo assunto que acabou por arrastar o autor ao estudo das origens da guerra fria, do fluxo da informação e dos problemas internos dos EUA. Publicou o livro "Informação e Dominação", dezenas de artigos sobre macartismo e escreve regularmente sobre política internacional. 272 pág.

E-209

28 BTN's



As eleições diretas em dois turnos apontaram Fernando Collor de Mello como vencedor e abriram no país um novo ciclo político (p. 48), que exige extrema competência dos grupos progressistas



O filósofo francês Roger Garaudy lança um livro de memórias, onde mostra a sua atual visão do mundo (p.42)



A invasão norte-americana ao Panamá gera um clima de tensão em toda a América Central. A Nicarágua está em estado de alerta máximo. Bush acabou com sua farsa de defensor do "mundo livre"(p.68)

SUMÁRIO

2	PANORAMA TRICONTINENTAL	OCEANIA	SUPLEMENTO BRASIL
8	CARTAS	30 Nova Caledônia: Sem concessões	MATÉRIA DE CAPA
	AMÉRICA LATINA	32 Igualdade, fraternidade e liberdade?	
10	El Salvador: O nó que leva ao diálogo	ECONOMIA	48 Política: Uma nova batalha
12	Uma década de desastres	36 As promessas de Bush	50 "Lembraí-vos de Jânio"
16	Porto Rico: Colonialismo anacrônico	COMUNICAÇÃO	51 As urgências de um novo país
22	Uruguai: A débâcle do situacionismo	39 Cuba: Um jogo sem fronteiras	59 Educação: Remendando os furos do ensino
	ÁFRICA	ENSAIO	62 Saúde: O mal de Hansen
24	Namíbia: Uma derrota do apartheid	42 Garaudy: Um filósofo do Terceiro	63 Consumo: O mercado se estreita mais
27	Saara: A nova consciência	Mundo	64 PANORAMA NACIONAL
			68 Opinião: Panamá - o crime de Bush

CHILE

## Merecido final



Aylwin: vitória da oposição após 16 anos de ditadura

O ditador chileno Augusto Pinochet foi derrotado nas urnas por uma coalizão de partidos da oposição que obteve a maioria absoluta de votos nas eleições presidenciais de 14 de dezembro passado.

Patricio Aylwin, de 71 anos, dirigente da Democracia Cristã, será o novo presidente do Chile por decisão de 3.669.000 eleitores (52%) que, dessa forma, puseram fim a um regime autoritário que durou 16 anos. O candidato do governo, Hernan Buchi, obteve 1.901.668 votos (29,4%), enquanto que Francisco Errázuriz, apoiado por partidos de direita que não integram a aliança situacionista, só recebeu 998.783 sufrágios (15,4%).

A União para a Democracia, que postulou Aylwin como candidato à presidência, está formada por 17 partidos políticos e abrange um amplo espectro, que vai desde a Democracia Cristã (DC) até diferentes facções do Partido Socialista (PS). Outras forças que não integram a União pela Democracia, como o Partido Comunista chileno (PCCh) e um setor do Movimento de Es-

querda Revolucionária (MIR) também apoiaram Patricio Aylwin na eleição.

Em uma coletiva com 300 correspondentes estrangeiros, realizada pouco antes da eleição, Aylwin declarou que os desafios mais sérios que seu governo iria enfrentar nos primeiros meses de gestão seriam as reações pelo julgamento das violações aos direitos humanos e a satisfação das reivindicações populares.

Outro sério obstáculo ao processo de redemocratização nesse país andino serão as leis incorporadas à Constituição pelo regime militar. Qualquer reforma constitucional exige, para ser aprovada, uma maioria de dois terços dos novos parlamentares. E esse é o único caminho para destituir o general Augusto Pinochet do seu posto de comandante em chefe do exército, cargo no qual deverá permanecer até 1998, de acordo com a atual Carta Magna (redigida por Pinochet e aprovada em 1980 em um discutível plebiscito).

Outras leis da ditadura limitarão o futuro governo democrático de Patricio

Aylwin, como a que proíbe julgar qualquer dos integrantes do ex-governo (inclusive Pinochet) e mandou queimar os arquivos da CNI (Central Nacional de Informação). Por outro lado, ficou estabelecido um Conselho de Segurança Nacional formado pelo presidente, os três comandantes das forças armadas e representantes dos poderes Legislativo e Judiciário, organismo que compartilhará o poder de decisão com o presidente nas áreas consideradas estratégicas.

O peso da votação popular e a entrada em vigor das liberdades democráticas, porém, favorecerão o apoio com que o novo governo vai contar para levar adiante a tarefa de reconstrução política e econômica da nação chilena.

## CUBA

### As contas claras

O Ministério das Forças Armadas Revolucionárias-Minfar, de Cuba, tornou público, em dezembro passado, um comunicado oficial em que detalha o número de cubanos mortos em ações internacionalistas civis e militares nas últimas três décadas: o número chega a 2.289 pessoas.

O documento cortou pela raiz diversas especulações sobre o número de vítimas cubanas nas guerras da África Austral e do Chifre da África. Fontes norte-americanas asseguravam que somente em Angola – durante a guerra de 14 anos que este

país travou com a África do Sul – uns 10 mil cubanos haviam morrido. O Minfar deixa claro em sua nota que somente 787 soldados cubanos morreram em ações militares em território angolano desde 1975; outros 705 pereceram em acidentes e 524 por doenças, totalizando 2.016 homens.

O texto divulgado pelo Minfar também faz referência aos mortos na Etiópia, país no qual Cuba deu assistência militar, por ocasião da guerra com a Somália, na década de 70. Na Etiópia, segundo o documento, morreram 160 cubanos, dos quais 39 durante os confrontos. O Minfar acrescenta que em outros países morreram 113 militares cubanos, sendo 37 deles em ações de guerra.

O total divulgado revela que nos últimos 30 anos, 863 cubanos pereceram em ações combativas no exterior, 829 em acidentes e 597 por enfermidades. De todos eles, 2.085 cumpriam missões militares e 204 se encontravam em tarefas de colaboração civil, que Cuba presta a mais de 30 nações do Terceiro Mundo.

A divulgação do documento do Ministério das Forças Armadas coincidiu com a chegada a Cuba dos restos dos soldados mortos em Angola, fato que motivou importantes honras civis e militares, nas principais cidades do país. Mais de 500 mil pessoas participaram na organização desses atos.

O governo deliberou que as homenagens oficiais e populares fossem realizadas nas sedes municipais e provinciais do Partido Comunista, nas prefeituras, casas de cultura, museus e sindicatos.



VENEZUELA

## Abstenção em massa

O maior índice de abstenção na história política da Venezuela foi registrado nas últimas eleições estaduais e municipais, realizadas no início de dezembro passado, quando pouco mais de 30% da população compareceram aos centros de votação. O fato foi visto com preocupação pelos principais dirigentes políticos. O Conselho Supremo Eleitoral (CSE) indicou que a abstenção foi de 72% em Caracas e 65% no interior do país.

Os nove milhões de venezuelanos cadastrados foram chamados a participar de uma eleição onde, pela primeira vez, se introduziu uma série de modificações no sistema eleitoral, entre elas a escolha direta dos governadores, antes designados pelo Poder Executivo, e dos prefeitos, um cargo que

antes não existia no organograma municipal.

Além disso, se adotou o sistema de eleger os vereadores pelo seu nome, em vez de se escolher uma lista fechada. Todas essas alterações – concebidas para tornar a eleição mais democrática – provocaram interessantes mudanças no panorama político do país. Porém, tal como foi pensado, o processo não estimulou os eleitores. Os índices de abstenção superaram os previstos nas pesquisas de opinião, que haviam calculado um comparecimento de mais de 40%.

Em quase metade dos estados, ganhou a oposição. O Copei (Partido Social Cristão), a segunda força eleitoral depois da Ação Democrática (AD), o partido do governo, ficou com várias prefeituras e governos estaduais. Já no estado de Bolívar, a sudeste de Caracas, onde estão localizadas as principais indústrias do país, ganhou Andrés Velázquez, representante de uma tendência de esquerda, a

Causa Radical, de base operária. Outros grupos de esquerda, como o MAS (Movimento ao Socialismo) e o Movimento Eleitoral do Povo, ganharam os governos em Aragua e Anzoátegui, respectivamente, revelando uma tendência do eleitorado para o pluripartidarismo, um fenômeno novo na política venezuelana, que há anos divide suas preferências entre a AD e o Copei.

## HONDURAS

### Vitória conservadora

Rafael Leonardo Callejas, de 46 anos, líder do Partido Nacional (PN), conservador, venceu as eleições presidenciais de Honduras, em 26 de novembro passado, com o apoio de mais de 50% dos eleitores. O candidato do Partido Liberal (no poder) obteve 44% dos votos, a social-democracia 1,6% e a democracia-cristã, 1,3%.

Em declarações posteriores à sua vitória nas urnas, o presidente eleito de Honduras disse que apoiaria a desmobilização dos grupos armados anti-sandinistas estacionados no país. Callejas disse que os prazos para cumprir esse objetivo deveriam ser curtos e indicou que dependeriam do "processo de abertura democrática na Nicarágua".

Em Honduras estão as bases dos *contras* nicaraguenses apoiados pelos Estados Unidos, que contam com 12 mil efetivos. Em um acordo assinado por cinco presidentes centro-americanos em agosto, na localida-

de hondurenha de Tela, se decidiu que o processo de desmobilização militar dos *contras* terminaria no dia 5 do mês passado. O governo da Nicarágua, em compensação, aceitou antecipar as eleições gerais para 25 de fevereiro do próximo ano.

A presença dos *contras* se transformou em um ponto central da campanha eleitoral, ao longo dos últimos meses, principalmente pela deterioração que significou nas relações com a Nicarágua.

Em suas declarações, Callejas se referiu à crise econômica que afeta o país, deixando um saldo de 1,6 milhão de hondurenhos desempregados. Disse que a prioridade número um de seu governo será estabelecer um pacto com todos os setores da sociedade.

O novo presidente de Honduras é economista e se especializou em desenvolvimento agrícola na Holanda. Foi diretor de Planejamento Agrícola entre 1967 e 1971 e vice-ministro de Recursos Naturais. Além disso, trabalhou como diretor do Banco Mercantil de Honduras e consultor do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Seus antecedentes como ex-funcionário de governos militares dificultarão, sem dúvida, seus esforços para incorporar ao diálogo os setores sindicais e vinculados às organizações de direitos humanos, que integram o chamado "Grupo dos Oito". Essa agrupação denunciou antes das eleições que seus membros tinham sido ameaçados de morte e responsabilizou o exército por um plano para assassiná-los.

Caracas: na capital a abstenção foi de 72% do eleitorado



## ETIÓPIA

## Sob o risco da divisão

A Etiópia pode se transformar no primeiro país da África moderna a entrar em um processo de desintegração. Acossado por uma ofensiva militar de grande envergadura, empreendida no sul pelas forças guerrilheiras que se opõem ao governo, o exército batia em retirada desordenada, enquanto as tropas rebeldes chegavam a 80 quilômetros da capital, Addis Ababa.

A ofensiva, iniciada em novembro passado, é dirigida pelas forças antigovernamentais agrupadas no Movimento Democrático Revolucionário do Povo Etíope-MDRPE - integrado pelo Exército de Libertação do Povo Tigre-ELPT - e custou ao governo a vida de pelo menos 20 mil homens.

Alguns observadores informam que soldados e oficiais do exército estão se passando em massa para a guerrilha. Fontes ocidentais afirmam que essa dramática situação ocorreu apenas algumas semanas depois do governo etíope ter recebido um grande embarque de armas da União Soviética, o maior que esse país já enviou a um aliado africano.

O objetivo da ofensiva rebelde é cortar a comunicação da capital com a cidade portuária de Assab, no Mar Vermelho, última via de ligação entre Addis Ababa e a região norte. Ali, o governo trava outra guerra, há duas

décadas, contra as tentativas dos eritreus de se separar do Estado etíope e declarar sua própria independência.

Embora o exército etíope tenha obtido na Eritréia algumas vitórias, suas posições são agora muito vulneráveis. O moral das tropas é baixo devido às derrotas que sofreram, no ano passado, em mãos da guerrilha eritréia e dos rebeldes da província de Tigre (o terceiro foco de hostilidades contra o governo etíope central).

Essas derrotas levaram a uma tentativa de golpe de estado, no início do ano passado, abortada pelo presidente Mengistu Haile Mariam, mediante o fuzilamento de cerca de 115 generais e altos oficiais e a detenção de 500 soldados.

O crescimento da popularidade do MDRP em todo o país e os recentes êxitos da guerrilha alimentaram especulações sobre a iminência do desmembramento do Estado etíope. De fato, o país se mantém unificado somente graças à presença do exército governamental. Os observadores consideram que se os rebeldes conseguem corromper as bases do exército etíope na frente eritréia, o país pode cair em um processo de feudalização, com a fragmentação do território em regiões dominadas por diferentes chefes militares e habitadas por distintos grupos étnicos.

Na província de Tigre, ao contrário do que ocorre na região da Eritréia, o ELPT não luta pela secessão. Seus objetivos políticos não ultrapassam os limites da província. Apesar de sua aliança com outras forças da oposição, principalmente com o Movimento Democrático

Revolucionário do Povo Etíope-ELPT, os guerrilheiros dessa região não se propõem a governar o conjunto do país.

O desmembramento potencial da Etiópia é visto com apreensão por todos os países da África, devido às consequências que teria para o continente. Cabe lembrar que as atuais fronteiras dos países africanos foram traçadas pelos colonizadores europeus de maneira arbitrária e que em muitos casos separam etnias e culturas. Os observadores pensam que por isso o presidente Daniel Arap Moi, do Quênia, aceitou servir como intermediário entre o governo etíope e os rebeldes eritreus.

## COMORES

## Obra de mercenários

O Movimento de Países Não-Alinhados e a Organização da Unidade Africana-OUA responsabilizaram mercenários pelo assassinato do presidente de Comores, Ahmad Abderaman Abdellah, em 26 de novembro passado. O Movimento expressou sua profunda preocupação pela "grave situação" nessas ilhas do oceano Índico.

Os Não-Alinhados exortaram a comunidade internacional e países ligados às ilhas Comores a tomar medidas "para terminar imediatamente essa brutal interferência", a fim de que essa nação retorne ao processo democrático.

Informações iniciais provenientes de Moroni, capital de Comores, indicavam que

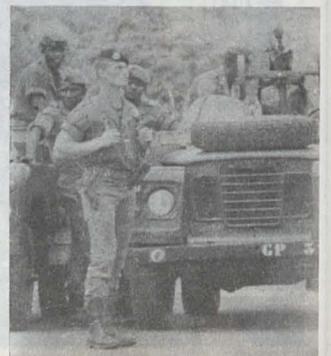
o presidente havia sido morto quando um grupo dirigido pelo ex-comandante do exército, Ahmed Mohammed, atacou o palácio do governo. Porém, o secretário-geral da OUA, Salim Ahmed Salim, afirmou em Addis Ababa que notícias posteriores envolviam um grupo de mercenários no assassinato.

Abdallah declarou unilateralmente a independência de Comores em 6 de julho de 1975, antes que a França - até então a metrópole - homologasse um referendo realizado em dezembro de 1974 nas ilhas, no qual a maioria da população optou pela independência.

Em 3 de agosto de 1975, menos de um mês após a independência, Abdallah foi destituído e o líder socialista Ali Soilih, da Frente Democrática Unida, foi designado presidente. Em 13 de maio de 1978, Abdallah desembarcou em Comores e tomou o poder. Ali Soilih foi morto três dias depois.

A denúncia de que a força de Abdallah estava composta em grande parte por mercenários provocou o repúdio imediato de países africanos. Ainda em 1978, na reunião ministerial realizada em Cartum, Sudão, a Organização da Unidade Africana

### A tensão pós-golpe



expulsou do encontro o delegado de Comores.

Abdallah foi "confirmado" em seu cargo em 1978, através de um plebiscito no qual obteve 99,5% dos votos e onde, segundo observadores internacionais, ocorreram fraudes. Em 1978 foi reeleito, para um período de seis anos, após eleições onde a União Democrática Republicana-URDC e a Frente Democrática, ambas da oposição, não participaram.

## IÊMEN

### Um só país?

O secretário geral do situacionista Partido Socialista do Iêmen do Sul, Ali Salim Al-Beid, garantiu que a unificação do seu país com o Iêmen do Norte (República Árabe do Iêmen) ocorrerá este ano de 1990. Al Beid acrescentou que após a proclamação da unidade de ambas as partes, começarão os preparativos para realizar eleições parlamentares, após as quais se formará um governo único e o Parlamento escolherá o presidente.

A divisão do Iêmen em dois estados independentes resultou da colonização da península Árabe, após a queda do império otomano, e foi estimulada pelos ingleses. Mas o povo iemenita sempre desejou a reunificação, apesar da diferença de regimes políticos nos dois Estados - capitalista no Iêmen do Norte, socialista e marxista-leninista no Iêmen do Sul (Iêmen Democrático). Ao longo da década de 80, os contatos entre os dirigentes de ambos os países se intensificaram. Após dez anos de esforços, o processo de reunificação parece estar chegando ao fim.

## ÁFRICA DO SUL

### ANC promete mais ações

O proscrito Congresso Nacional Africano (ANC) prometeu intensificar suas atividades militares contra o regime do *apartheid* este ano. Em uma declaração do Comitê Nacional Executivo, o ANC afirmou que "o volume e frequência de nossas operações (militares) em 1989 diminuiu substancialmente em comparação ao ano anterior".

Esse "desequilíbrio" entre as atividades militares e de outra natureza tem que desaparecer, garantiu o movimento anti-*apartheid* nesse documento, divulgado em seu quartel-general em Lusaka, Zâmbia.

A declaração coincidiu com a comemoração anual, em 16 de dezembro, do "Dia dos Heróis da África do Sul", que lembra a criação, há 28 anos, da ala militar do ANC, a *Umkhonto we Sizwe*.

Após uma série de ataques a objetivos militares e econômicos dentro da África do Sul a meados da década de 80, nos últimos anos o ANC reduziu suas atividades devido às duras represálias do regime de Pretória contra os Estados vizinhos que oferecem refúgio aos guerrilheiros do ANC.

O documento também afirmou que o ANC reconhece as "negociações como outro campo de luta", mas insistiu que estas devem se encaminhar no sentido de "uma autêntica transformação da tirania racista colonial em uma África do Sul democrática, unida e não-racista".



Palestinos comemoram em Nazaré o segundo ano da Intifada

## PALESTINA

### Dois anos de Intifada

A rebelião popular palestina nos territórios árabes ocupados por Israel - a *intifada* - iniciou em dezembro seu terceiro ano com a promessa do líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, de "continuar até que se estabeleça um Estado independente". Em uma entrevista à televisão dos Emirados Árabes Unidos, o máximo dirigente da OLP afirmou que "a Intifada conseguirá impor nossa presença no mapa político".

Os serviços de segurança de Israel adotaram rígidas medidas para impedir que a população palestina nos territórios ocupados da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, assim como no interior do país, comemorassem o segundo aniversário do levante popular. As tropas israelenses impuseram o toque de recolher nos territórios ocupados e reforçaram suas unidades diante de possíveis manifestações.

A *intifada* começou no dia 9 de dezembro de 1987, no campo de refugiados de Jabalya, na Faixa de Gaza, depois de um confuso episódio no qual vários trabalhadores

árabes foram atropelados por um caminhão militar israelense. Um ano depois, em 15 de dezembro de 1988, o Conselho Nacional Palestino (o Parlamento no exílio) proclamou na Argélia o Estado palestino independente, nas fronteiras dos territórios ocupados por Israel desde 1967.

O Estado Palestino já foi reconhecido por 93 países, entre eles todas as nações árabes, com exceção da Síria, 36 países africanos, 18 nações do bloco socialista, 14 países asiáticos, três da Europa ocidental, um latino-americano e pelo governo da Austrália.

Arafat denunciou que mais de 70 mil soldados israelenses se encontram estacionados na Cisjordânia e Faixa de Gaza e acusou Israel de utilizar "bombas químicas contra a população palestina, o que causou o aborto de cerca de cinco mil mulheres".

Desde o início da *intifada* - que é uma rebelião pacífica -, as tropas israelenses mataram 625 palestinos, entre eles 132 menores de idade, muitos deles apenas crianças.

ÍNDIA:

## O primeiro passo

Em uma confirmação de sua decisão de pôr fim "à agonia do estado do Punjab", o novo primeiro-ministro da Índia, V. P. Singh, visitou no início de seu mandato o Templo Dourado de Amritsar, local sagrado dos *sikhs* (etnia majoritária nesse estado, que faz fronteira com o Paquistão) e prometeu que seu governo vai se empenhar em fechar as feridas da violência racial.

Diante da multidão reunida no templo - cenário dos choques mais violentos entre as forças de segurança da Índia e os separatistas *sikhs* - Singh disse que não tinha ido em visita oficial, mas para rezar pela paz.

Antes de abandonar o Templo Dourado, o primeiro-ministro - que sucedeu Rajiv Gandhi após a derrota

Partido do Congresso nas eleições de novembro passado-, Singh visitou o santuário de Akal Takht, que sofreu sérios danos em consequência da ação do exército indiano em 1984, quando ainda governava Indira Gandhi.

O governo de Rajiv Gandhi, eleito depois do assassinato de sua mãe por *sikhs* membros de sua guarda pessoal, em outubro de 1984, assinou um acordo com o líder moderado *sikh* Harchand Singh Longowal. No entanto, Longowal foi assassinado alguns meses mais tarde por extremistas de sua etnia. Nas eleições da Assembléia do estado do Punjab, pouco depois, ganhou o moderado Akal Dal, mas seu governo caiu no início de 1987.

O período posterior foi marcado pela proliferação de grupos extremistas e pelo aumento da violência e dos assassinatos indiscriminados, que causaram centenas de mortes. A ação repressora da polícia e grupos pa-

ramilitares, principalmente nas zonas do Punjab que fazem fronteira com o Paquistão, devolveram uma aparente normalidade à região.

Nas recentes eleições, a facção de Akal Dal, liderada pelo ex-oficial da polícia Simranjit Mann, que passou um tempo na prisão, ganhou dez das 13 cadeiras parlamentares do estado. Mann desenvolveu uma intensa atividade política depois de sair da prisão com outros quatro líderes. Durante a visita de Singh, Mann mostrou que está disposto a negociar a paz. "As conversações são o único caminho para voltar à normalidade, embora isso signifique ceder ao governo", afirmou.

Apesar de alguns sinais positivos, o governo de Singh continua enfrentando sérios problemas para solucionar a questão do Punjab. Alguns extremistas *sikhs* intensificaram as ações de violência. Uma facção da Federação de Estudantes Sikhs de Toda a Índia (Festi) ameaçou ocupar o Templo Dourado e estabelecer ali "uma administração paralela".

O governo prometeu convocar o mais rápido possível uma reunião de todas as forças políticas para tratar a crítica situação do Punjab. Mas para o novo primeiro-ministro será difícil unir seus aliados (que vão desde o Partido Comunista até o ultra-direitista Partido Janata) em torno de uma solução negociada para o problema do separatismo *sikh*. Todos eles se opõem ao que chamam de "rendição" à proposta de separar o Punjab para formar o estado independente do Kalistão.

MALÁSIA:

## O tráfico de drogas

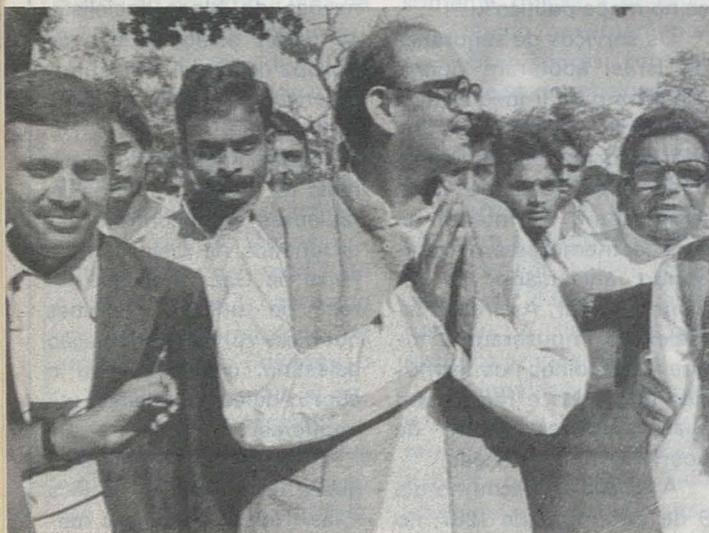
Apesar da rigidez da lei antidrogas, que condena à morte os traficantes julgados culpados, a polícia da Malásia descobriu que o próprio chefe da Divisão de Narcóticos, Abu Bakar Othman, de 38 anos de idade, estava envolvido nesse tipo de comércio.

Jovem e enérgico, ele era um exemplo em todos os países do sudeste asiático de um policial sério e cumpridor do dever. O seu êxito sem precedentes na tarefa de desbaratar os bandos de traficantes de drogas e condenar à morte os que comercializavam a heroína na Malásia, lhe havia grangeado um grande prestígio na polícia.

Uma informação transmitida à polícia permitiu a detenção de Bakar Othman, quando passava um contrabando de 20 quilos de maconha em seu carro. O alto funcionário foi condenado à morte.

Sua detenção trouxe a público toda uma rede de tráfico de drogas nas prisões. Pouco depois, por exemplo, foram condenados pela justiça dez funcionários de penitenciárias, acusados de fornecer drogas para os presidiários. A demanda nesses centros é grande porque 42% dos 23 mil presos são viciados ou traficantes de drogas.

A eliminação dos envolvidos no tráfico de drogas dentro dos órgãos de repressão aos narcóticos é uma das medidas adotadas



O primeiro-ministro, V. P. Singh, visitou o Templo Dourado de Amritsar (no estado do Punjab), local sagrado dos *sikhs*, onde prometeu se empenhar em acabar com a violência racial, dando início a um processo de pacificação na vida política da Índia

pelo governo do primeiro-ministro Mahathir Mahamad para pôr fim a esse problema.

A Malásia tem uma das mais duras leis antidrogas do mundo. Todos aqueles que forem agarrados traficando mais de 15 gramas de heroína ou 100 gramas de maconha estão sujeitos à pena de morte. Até o momento, mais de 200 pessoas, incluindo estrangeiros, foram condenados à pena capital como traficantes.

## PAQUISTÃO

### Visões opostas



Benazir: enfrentando oposição

Ao se completar um ano do governo da primeira-ministra do Paquistão, Benazir Bhutto, suas divergências com o presidente Ghulam Ishaq Khan ficaram claras nos discursos que ambos pronunciaram no Parlamento, por ocasião do fim do ano.

Apesar da aproximação entre Bhutto e Khan, as divergências entre ambos ainda se fazem presentes, como

ficou demonstrado em seus respectivos pronunciamentos. Bhutto falou em um tom positivo e deu ênfase às ações futuras. Não se referiu a suas recentes dificuldades, como a moção de censura contra a sua administração, apresentada pela oposição parlamentar.

Enquanto isso, Ghulam Ishaq Khan seguiu a linha de seu predecessor, o general Zia ul-Haq, responsável pelo golpe que, em 1977, derrubou e condenou à morte o pai de Benazir, Zulficar Ali Bhutto. Zia morreu em agosto de 1988 em um acidente aéreo – segundo tudo indica, vítima de um atentado – e nas eleições que foram convocadas para substituí-lo, Benazir Bhutto saiu vitoriosa pelo Partido do Povo do Paquistão-PPP. Em sua intervenção no Parlamento, Khan fez críticas contundentes ao funcionamento da ordem política do Paquistão, mas moderou suas posições ao aceitar as linhas básicas da condução da política econômica e da exterior. Os observadores assinalaram que o discurso de Khan visava pressionar a primeira-ministra para que estabeleça a ordem interna.

Benazir, em novembro do ano passado, superou a primeira crise de seu governo ao derrotar a oposição liderada pela Aliança Democrática Islâmica-ADI, de centro-direita, pela pequena margem de 12 votos, em um total de 237 da Câmara de Deputados, quando foi rejeitada a moção de censura contra seu partido.

Porém, quase dois meses depois do fracasso da moção de censura contra Benazir, a polarização política entre o governo e a oposição não diminuiu, apesar de

três opositores passarem a fazer parte do governo, dois dirigentes da ADI e um da Aliança Nacional de Beluquistão. As medidas do PPP para impulsionar a administração não têm tido êxito e isso favoreceu o endurecimento da oposição para com o governo. Hoje, Bhutto tem que tratar com um presidente independente, enfrentar uma forte oposição no Parlamento e tolerar governos opositores, em duas das províncias do país.

## ROMÊNIA

### A rebelião popular

A Romênia foi o último dos países da Europa Oriental onde chegou a onda renovadora da *perestroika* soviética. Os partidários do governo proclamavam que isso se devia ao apoio que desfrutava o governo de Ceausescu. Os seus adversários, dentro e fora do país, atribuíam o silêncio dos romenos à dura repressão do regime autoritário. Os últimos acontecimentos deixaram claro que a razão estava com os que assim se pronunciaram.

A violência e a brutalidade com que a polícia romena tentou sufocar os protestos populares recorda os piores dias do estalinismo e não está de acordo com a versão do governo deposto de que o povo apoiava o regime.

As modificações institucionais que se verificam nos sistemas socialistas da Europa Oriental não resultam apenas de pressões reacio-

nárias ou das manobras dos seus inimigos. Há, naturalmente, algo disso, mas o fundamental é a exigência do povo de que em nome do socialismo não se destrua a liberdade, nem se sufocuem os direitos humanos, ou se adotem práticas de nepotismo, corrupção e privilégios que nada têm a ver com as idéias socialistas.

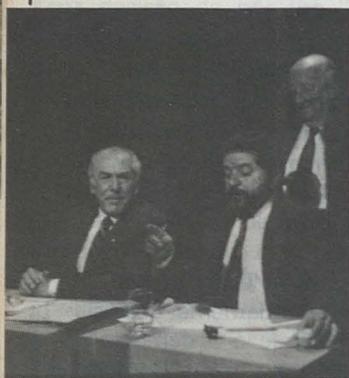
O modelo de socialismo baseado nas velhas práticas autoritárias está condenado. A revolução desencadeada por Gorbachev não visa a restaurar o capitalismo, mas sim, fortalecer a componente fundamental do socialismo, que é a democracia, essencial a um desenvolvimento com liberdade e justiça.

O governo romeno converteu-se num exemplo da negação desse modelo. A brutal tentativa de impedir a vitória do movimento popular fracassou, inclusive pela opção democrática do exército.

O saldo de dezenas de milhares de mortos, incluindo Ceausescu e sua mulher – fuzilados por um tribunal popular – e a destruição de cidades e bens é um inventário trágico de um regime que tentou eliminar com os tanques o ideal de renovação que sacode o país.

O ciclo de mudanças da Europa Oriental se completa com a derrubada do regime de Ceausescu e, com ele, desaparece o último bastião do estalinismo.

Cabe agora aos líderes que assumiram o poder nos países do Leste europeu não apenas retificar os rumos dos seus governos, mas implantar sistemas nos quais a igualdade política e a justiça social se alicerçam na liberdade e no respeito aos direitos humanos.



**Brizola - Lula: Cooperação**

**União da esquerda**

El Salvador, Peru, Colômbia, Nicarágua, Panamá, etc. — Brizola, Lula, Mário Covas, Roberto Freire, Ulysses. O que tem isto a ver com aquilo? Tudo! Se a esquerda não se unir para derrotar os donos do Brasil e fazer, no governo, as reformas necessárias, num futuro bem próximo, a guerra de libertação, em que estão envolvidos os países citados, estará também no Brasil. Penso que a esquerda deve adotar uma mesma sigla — PP, de Partido Popular — conservando suas siglas atuais como indicativos secundários. É indispensável durante este governo que se inicia agora, e, dependendo do resultado da experiência, tornar-se permanente, atuando como uma cooperativa. Este trabalho conjunto, temos de pô-lo em prática, nas eleições de 1990. Somente por este caminho consolidaremos a democracia no Brasil. Como maestro da esquerda, Brizola. O grande conselheiro não pertencerá a nenhum partido, sendo apenas um pépista.

Quem não conhece a história, arrisca-se a repetir seus erros. O único antídoto à guerra e aos inimigos do Brasil é a união da esquerda.

**Romeu Bragato**  
Rua Avanhandava, 446  
S. Paulo - Capital

**História**

Compro **terceiro mundo** com frequência, mas tenho certa dificuldade em entender os artigos relacionados com o Oriente, Oriente Médio, Palestina, Arábia Saudita, Irã/Iraque, O.L.P., Israel, etc.. Entendi muito bem, por exemplo, a reportagem "A etapa pós-Komeini" (ed. n.º 123), no que tange aos dois Estados, à vitória do Iraque, sua situação atual, seu poder de auto-reconstrução. Mas, permaneço ignorante em relação ao resto, isto é, às menções que relacionam o caso Irã/Iraque com as demais nações e organizações do Oriente. Não sei o que o Egito, que está lá na África, tem a ver com o caso. Não entendo como pode uma nação instalar-se dentro de outra (ou do Estado a esta correspondente) e ficar dando ordens.

Falta-me a base histórica, e acho que essa dificuldade é comum à maioria dos leitores de **terceiro mundo**.

Sugiro, então, que a revista faça uma reportagem (ou várias, no caso do assunto comportar desdobramentos), com a inclusão de mapas que facilitem, através da geografia, melhor compreensão da história. Conhecendo o fundamento, pode-se melhor entender seus desdobramentos episódicos.

**Joano Sobrinho**  
Belo Horizonte — MG

Nota da Redação: São muito oportunas as observações do leitor. Nem todas as reportagens da revista **terceiro mundo** comportam, porém, um adendo retrospectivo, que recorde aos leitores os detalhes anteriores da questão em foco. Reconhecemos, que são pouquíssimos os que tiveram possibilidades de se

aprofundar em acontecimentos históricos e políticos contemporâneos, mesmo porque nosso ensino escolar evita focar, exatamente, as questões históricas mundiais e nacionais mais recentes, estendendo-se nos temas de séculos passados. Precisamente para suprir essa deficiência informativa, a Editora Terceiro Mundo edita, anualmente, o **Guia do Terceiro Mundo**, cuja edição 89-90 pode ser adquirida através de nosso Departamento Comercial. O **Guia do Terceiro Mundo** proporciona uma resenha histórica e econômica de todos os países, com destaque para os que formam o Terceiro Mundo, explicando, com detalhes, as questões que marcam a cena internacional.

**Mulher**

Quero cumprimentá-los pelo alto nível das matérias publicadas nessa revista. A cada edição, nós, leitores, temos a oportunidade de conhecer melhor os problemas enfrentados pelas nações do Terceiro Mundo. Na última revista (ed. n.º 125), agradei-me, de maneira especial, a seção "Mulher". A abordagem não-tendenciosa contribui para uma visão mais realista do papel da mulher em determinados setores da sociedade islâmica. Parabéns à jornalista Beatriz Bissio.

**Alzira Umbelino, escritora**  
Sabará — MG



**Namíbia: alcançando a libertação**

**Namíbia**

Em breve, o mundo estará avançando em mais uma conquista, ou seja, a Namíbia, até então oprimida pelo governo fascista da África do Sul, conquistará sua liberdade. Liberdade esta, que custou muitos anos de luta, tendo em consequência a perda de vida dos patriotas namibios, que são exemplo para to-

da a humanidade. Não adiantarão as provocações do governo racista e seus lacaios, para impedir a auto-determinação da Namíbia, pois ela já é uma realidade, e a conquista será também de todos nós, povos oprimidos que lutamos pela democracia em nossos países.

**Antônio da Silva Ortega**  
Vila Ede — S. Paulo — Capital

**Diálogo**

É uma honra e prazer pertencer à comunidade de amizade desta revista. Desejo que o encontro de amizades, pelo intercâmbio de correspondências, ocorra com crescente vivacidade em todos os cantos. Por isso, espero que a revista terceiro mundo regularize sua distribuição aqui em Angola.

**Justino Freitas  
Lobito – Angola**

**Atualizada**

Desejo parabenizá-los pela revista, da qual sou assídua leitora, que procura estar bem informada sobre os acontecimentos relacionados com o nosso continente e o mundo.

Gostaria também de ver meu nome incluído na seção "Intercâmbio", para manter contatos com pessoas de diferentes países, que, como eu, se interessam em saber o que realmente acontece.

**Elisa Ximena  
Itapevi – S. Paulo**



**América, 500 anos: o que comemorar?**

**América**

A celebração dos 500 anos do "descobrimento e evangelização" da América Latina está ganhando forma. A nível oficial – governo e igreja – esta celebração tem um tom triunfalista. Grandes festas estão sendo programadas, para celebrar o "Encontro dos dois Mundos" e a "Evangelização" que teve início com a conquista. Só para se ter uma idéia da importância que a igreja está dando a este fato, a quarta conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano-Celam, que deveria ter sido realizada no ano passado, foi adiada para 1992, em S. Domingos, considerada a primeira cidade fundada pelos espanhóis no continente.

Já estamos nos organizando para marcar este evento e queremos suas sugestões e adesão. Entre as

propostas já sugeridas, constam: 1 – Tribunal dos Povos, para julgar os "500 anos de Colonização e Evangelização no Continente"; 2 – Festa da Resistência, para celebrar cinco séculos de resistência e as vitórias que temos conseguido; 3 – Reconquistar a terra, que por direito é nossa (especialmente dos índios e camponeses); 4 – São Domingos Popular, para marcar a presença dos 280 milhões de católicos do continente na reunião do Celam, caso a reunião seja somente para os 900 bispos.

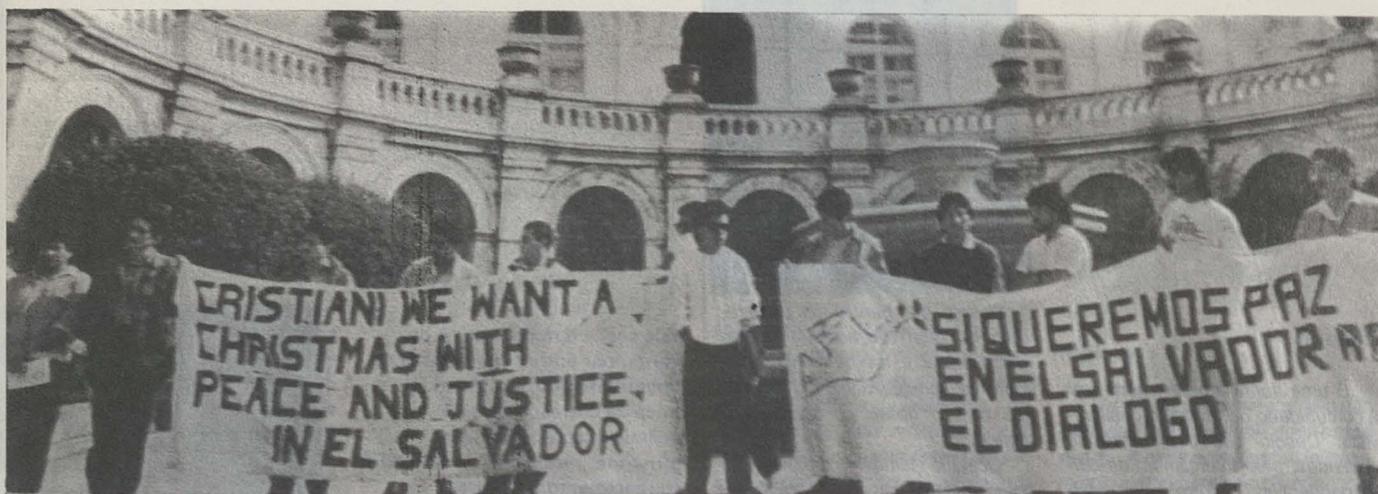
Ponha-se em contato conosco, para maiores informações. Envolve seu grupo ou comunidade.

**Creuzta Maciel  
Servicio Paz y Justicia en  
América Latina-Serpaj-AL  
Rua da Lapa, 180/1107  
20021 - Rio de Janeiro - RJ**

Esta seção tem o objetivo de aproximar entre si os leitores de terceiro mundo, facilitando a troca de correspondência, postais, discos, selos, etc., tornando possível o conhecimento de pessoas que lêem nossas edições em português, espanhol e inglês. Escreva para nossa sede – Rua da Glória, 122 Gr.105, Cep 20241, Rio de Janeiro – enviando nome e endereço completos, solicitando a inclusão de seu nome nesta seção.

- **Rui de Oliveira Cavalcante**  
Rua Aurora, 1019/2301  
50000 – Recife – PE – Brasil
- **Elíó Orchél**  
Rua 13 de maio, 522 Vila Aurora  
78500 – Rondonópolis – MT
- **Antônio da Silva Oliveira**  
Volta das Calçadas-199-3º Dtº  
Santa Clara  
3000 – Coimbra – Portugal
- **Iara Monteiro Pereira**  
R. Manoel F. Santiago, Q-17 bl.  
B26 aptº 103  
50240 – Jaboatão – SP
- **Antônio Dias Daia**  
Bairro da Madeira - S. Paulo  
C. Postal 3217  
Luanda – Angola
- **Tiago de Oliveira**  
R. Silva Jardim, 1480/107  
97050 – Stª Maria – RS
- **José Ednaldo F. Silva**  
R. Profª Djanira T. Silva, 481  
Cruzeiro  
58100 – Campina Grande – PB
- **Ludgero Fcº de Oliveira Neto**  
Rua Torquato Neto, 2366  
São Cristovão  
64000 – Rio de Janeiro – RJ
- **Jacinto de Almeida Ch.**  
Apartado-472  
Benguela – Angola
- **Eliane Chiapette**  
Rua Principal s/n Barra Grande  
85580 – Itapejara D'Oeste – PR

- **Eduardo Silva de Menezes**  
R. Estância, 1266  
49035 – Aracaju – SE
- **Paulo Roberto Gonçalves**  
Rua Engenheiro Antônio  
Guerra, 186/302  
30530 – J. Pinheiro – MG
- **Cicero Borges Netto**  
R. Profº Alceu G. Gonzalez, 42  
Cx. Postal 99  
17580 – Pompéia – SP
- **Magdalena Ferreira**  
San Salvador 2108/001  
Cód. Postal 11200  
Montevideo – Uruguay
- **Micaela Solé**  
Guaná 2220 apto 302  
Montevideo – Uruguay
- **Flávia Luz**  
R. Pereira Barreto, 63  
Chácara da Barra  
13093 – Camp nas – SP
- **Elias Pereira dos Santos**  
R. Dona Catarina Velasco, 115  
Jardim Rodolfo Pirani  
08310 – São Paulo – SP
- **Maria Aparecida de Brito Marinho**  
Rua Horácio Nóbrega, 422  
58700 – Patos – PB
- **João F. Bastos**  
I.P.E. nº 26 "Inti Peredo"  
Ilha da Juventude – Cuba
- **Adão João**  
a/c Nunes Miguel  
C.P. 1387  
Luanda – Angola
- **Rainério Araújo Dias**  
R. Andrinopla, 329  
Jardim Oriental  
09185 – Sto. André – SP
- **Luiz Araujo Torres**  
C.P. 68757  
02095 – São Paulo – SP
- **Nodil Andrade Pereira**  
18360 – Itaoca – Ap ai – SP
- **Antonio Paulo**  
R. Baký, 153ii/R 21 "A"  
AZ Cep – CCCD – URSS
- **José Luiz**  
R. Ajuratuba, 30 - bl. A ap. 403  
20731 – Rio de Janeiro – RJ
- **Manuel Bento**  
Caçado do Combro 10 -1º  
Lisboa – Portugal



A ofensiva da guerrilha mostrou ao governo que o caminho para a paz é o diálogo, como exigem amplos setores da população

## O nó que leva ao diálogo

O recrudescimento dos combates cria um novo quadro militar e político nesse país centro-americano e mostra que as negociações entre o governo e a FMLN devem ser retomadas

Horacio Millan

**A** ofensiva militar que a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional-FMLN desencadeou em meados de novembro passado na capital, San Salvador, e outras importantes cidades do país, levantou novamente a discussão sobre a urgência de superar o atual impasse no diálogo entre a guerrilha e o governo, sob o risco de perpetuar um equilibrado confronto armado.

A ruptura das negociações entre ambas as partes, cujo encontro seguinte estava programado para se realizar em Caracas nos dias 20 e 21 de novembro passado, começou a se delinear com o endurecimento das posições do governo nas reuniões prévias do México e San José, capital da Costa Rica. Nesses encontros, os representantes do presidente salvadorenho Alfredo Cristiani se negaram a discutir as propostas básicas da guerrilha, por considerar que tal atitude seria um "sintoma de fraqueza".

O estancamento no diálogo com o

governo levou a FMLN a "forçar uma mudança na correlação de forças dentro do país, para fazer Cristiani ver que deveria continuar as negociações", segundo afirmou o próprio movimento guerrilheiro.

O clima de tensão gerado pelo impasse no diálogo se piorou ainda mais com o atentado a dinamite, executado por desconhecidos na sede da Federação Nacional Sindical de Trabalhadores Salvadorenhos-Fenastras, que deixou 11 mortos e mais de 20 feridos. Dias depois, fontes da FMLN anunciaram que uma ofensiva militar guerrilheira forçaria o governo da Aliança Republicana Nacionalista-Arena a estabelecer uma "negociação frutífera".

**A ofensiva** – A direção da FMLN escolheu um momento muito especial para sua ofensiva: os trabalhadores salvadorenhos haviam declarado "guerra total" ao governo após o atentado à sua sede sindical, enquanto que a maioria da população civil manifestava seu repúdio aos constantes e reiterados bombardeios do exército sobre bairros e cidades. Esse método voltou a ser utiliza-

do nos últimos meses como forma de repressão à guerrilha.

Um dos pontos que a FMLN exigia do governo nas negociações era a destituição dos militares do alto comando das forças armadas, apontados como responsáveis pelos bombardeios contra a população civil.

Nesse contexto de descontentamento generalizado, não passou despercebida uma carta que jovens oficiais do exército enviaram aos sindicatos, denunciando militares de alto escalão por corrupção e relações com os esquadrões da morte. Essa carta foi interpretada nos círculos políticos como evidência de uma deterioração na unidade das forças armadas salvadorenhas.

Esse dado coincidiu com o anúncio da FMLN de que existiam sérias contradições entre o estado-maior das forças armadas e o próprio governo, no que diz respeito à continuidade ou não do diálogo com o movimento guerrilheiro.

**Ataque-surpresa** – No dia 11 de novembro, a Frente Farabundo Martí deslocou para a capital, em poucas horas, seus melhores comandos urbanos e





Cristiani: pressionado a negociar

ocupou posições estratégicas na periferia (posteriormente, os combates chegaram a apenas dez quarteirões da Casa de Governo).

Correspondentes estrangeiros e jornalistas salvadorenhos que cobriram a ofensiva relataram sua experiência, afirmando que os moradores desses bairros ajudaram a FMLN na construção de barricadas e túneis, em missões de informação e na fabricação de "artilharia popular". Afirmaram também que o exército não se deixou intimidar pela presença de tantos civis e decidiu evitar a incorporação das pessoas às forças guerrilheiras, metralhando os bairros de forma intermitente, além de recorrer a aviões C-47 e mísseis.

Depois de uma semana de combates – durante os quais os rebeldes tomaram posições inclusive no Hotel Sheraton de San Salvador, onde estavam alojados o secretário-geral da Organização de Estados Americanos-OEA, João Baena Soares, diplomatas e assessores militares norte-americanos – a FMLN foi retrocedendo. O movimento guerrilheiro não perdeu, porém, o controle sobre a zona norte da capital, que o comunicava diretamente com as encostas do vulcão de San Salvador. Essa região era de vital importância para a guerrilha, pois era através dela que se abasteciam as unidades combatentes.

Nas cidades do interior do país onde houve combates, a FMLN retrocedeu lentamente, deixando atrás de si toda uma rede de informantes e colaboradores na população.

Segundo diversas fontes, os combates tiveram um saldo de 4.831 rebeldes

mortos, embora as agências de notícias tenham afirmado que o número de vítimas civis (não contemplado nessa cifra) seria ainda maior, devido aos bombardeios a zonas densamente povoadas. Por sua vez, o Instituto de Moradias Urbanas calculou que foram danificadas quase sete mil casas construídas por esse organismo. Não se conhece o número de casebres e barracos destruídos, embora se calcule que as perdas totais ascendam a 90 milhões de dólares.

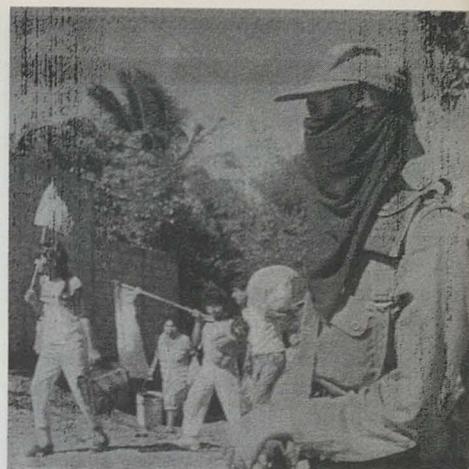
**Um novo obstáculo** – O ponto culminante dessa semana de choques foi o assassinato de seis sacerdotes jesuítas em San Salvador. O crime foi imediatamente repudiado a nível internacional. Os seis padres foram executados junto com uma empregada e sua filha de 15 anos. Entre eles, estava o reitor da Universidade Centro-Americana de El Salvador, o sacerdote espanhol Ignacio Ellacuría, muito conhecido na região e um dos contatos entre o governo de Alfredo Cristiani e a FMLN.

Insistentes telefonemas anônimos aos meios de comunicação de San Salvador afirmaram que Ellacuría havia sido vítima de uma vingança pela ofensiva da guerrilha nos grandes centros urbanos do país. Um sacerdote jesuíta afirmou na capital que os assassinatos foram obra das forças armadas e assinalou que a residência das vítimas, em uma zona altamente militarizada, é de acesso muito difícil, principalmente sob toque de recolher.

O arcebispo de San Salvador, Arturo Rivera y Damas, afirmou que os seis jesuítas e as duas mulheres foram vítimas do "mesmo ódio" que matou em 1980 o arcebispo Arnulfo Romero, assassinado em plena missa por um grupo paramilitar, vinculado a conhecidos membros do atual partido no poder, a Arena.

O Departamento de Estado norte-americano condenou o crime "nos termos mais fortes possíveis", embora tenha se recusado, de forma taxativa, a considerar a possibilidade de envolvimento do governo Cristiani no assassinato dos jesuítas.

O crime deixou evidente algumas divergências entre o governo e o partido situacionista. Pouco depois da execução dos sacerdotes por um comando uni-



Civis fogem durante os choques na capital

formizado, Cristiani afirmou "não possuir elementos" para acusar o exército ou a guerrilha. Por sua vez, a Arena – através do presidente da Assembléia Legislativa, Ricardo Alvarenga – não hesitou em afirmar que os assassinatos tinham sido cometidos pela FMLN, à qual definiu como "horda terrorista".

Cristiani teve que se pronunciar sobre as acusações de Alvarenga, afirmando que qualquer declaração diferente da versão oficial não estava avaliada pela presidência. Além disso, pôs um freio à campanha de provocações que está sendo dirigida a todos os setores da oposição – por orientação da Arena –, através da cadeia nacional de rádio, controlada pelo estado-maior das forças armadas.

**Retomar as negociações** – Guillermo Ungo, líder do Movimento Nacionalista Revolucionário-MNR, pediu à OEA que promovesse um cessar-fogo para restabelecer as negociações de paz entre ambas as partes e exortou o governo e a FMLN a conversarem novamente.

Por sua vez, Humberto Centeno, dirigente da Unidade Nacional de Trabalhadores Salvadorenhos-UNTS, da oposição, fez um apelo, em nome de diversos organismos e partidos políticos, para que se forme uma "Junta de Salvação", reunindo o exército e a FMLN. Centeno afirmou que o grupo guerrilheiro já havia se manifestado a favor de uma iniciativa desse tipo.

Fidel Chávez Mena, presidente da

Organização Democrata Cristã da América Latina e secretário da seção salvadorenha, manifestou publicamente seu apoio à criação da Junta. Outros setores políticos e sindicais também pediram o reinício do diálogo com a presença da OEA, da ONU e com os presidentes centro-americanos como garantes do acordo.

É evidente que, independente da viabilidade ou não de um reinício do diálogo a curto prazo, os combates em El Salvador criaram um novo quadro militar e político. No plano militar, a FMLN fez incursões a zonas que até aquele momento se consideravam "anel defensivo" das forças armadas, não se limitando mais só às regiões tradicionalmente sob seu controle.

Esse passo levou os combates para o terreno controlado pelo próprio exército e desarticulou as tentativas do governo de manter a capacidade operacional das unidades guerrilheiras restrita a zonas da retaguarda. Até então, as forças armadas haviam conseguido esse objetivo, já que a FMLN havia demonstrado ter poucas condições para enfrentar a aviação.

Outro dado novo é que a FMLN demonstrou que conta com o apoio da população no "corredor" que comunica o norte da capital com as encostas do vulcão de San Salvador. Portanto, está em condições de voltar a atuar nesse e em outros centros urbanos. O exército, por sua vez, comprovou que o movimento guerrilheiro está longe de apresentar sintomas de fraqueza e que os milhões de dólares de ajuda militar que os Estados Unidos destinam às forças armadas salvadorenhas não mudaram o panorama.

Por todas essas razões, o governo de Cristiani e seu partido, a Arena, parecem ter ficado na defensiva. A constante denúncia de violações aos direitos humanos, o repúdio interno e externo à ordem de metralhar bairros inteiros, como forma de intimidação e método de combate, a condenação ao assassinato dos seis jesuítas, e as exortações para que aceite restabelecer o diálogo com a FMLN levam o governo a uma situação na qual só têm duas opções: ou negociar ou pagar o preço de se isolar ainda mais.



Uma moradora de San Salvador contempla o que restou da sua casa após os combates

## Uma década de desastres

El Salvador retrocedeu nos anos 80 – uma década de guerra civil, esquadrões da morte, refugiados e intervenção norte-americana

Sara Miles e Bob Ostertag\*

Debruçada à janela do barraco improvisado, de onde se avista o maior cemitério de El Salvador, Gloria Marina Cortez pensa no futuro. Ataques do exército expulsaram-na da cidade do interior onde morava, no sul. Agora o mesmo exército lhe levava o filho mais velho, recolhido na rua a caminho do trabalho. Nos últimos meses, ela vem fazendo uma verdadeira romaria aos quartéis, na esperança de que o menino não tenha simplesmente "desaparecido", e sim esteja, como tantos outros, sendo forçado a prestar serviço militar.

Para Gloria e seus vizinhos, como para quase dois milhões de outros salvadorenhos, os anos de guerra civil e de desastrosa política norte-americana que vêm destruindo o país significaram uma década de fugas.

Hoje, o número de salvadorenhos que abandonaram El Salvador na tentativa de fugir à guerra de contra-insurgência financiada pelos Estados Unidos, à repressão política e ao tormento da pobreza, chega a mais de 1.600.000 – mais de um quarto do total de cidadãos do país, o menor e mais povoado da América Central. Menos de cinco milhões resolveram ficar; destes, 600 mil são "refugiados internos", deslocados de suas cidades e aldeias rurais de origem. Muitos residem em favelas da capital, como aquela em que vive Gloria, abrigando a família em barracos de papelão, erguidos precariamente à beira dos trilhos da estrada de ferro e à margem repugnante dos canais de esgoto.

Mas, o número dos que abandonam o país continua a crescer. Calcula-se que, só nos Estados Unidos, existam um milhão de refugiados salvadorenhos, na condição de "estrangeiros sem documentos", sujeitos a qualquer hora



#### A guerra afeta as atividades cotidianas

a serem presos e deportados pelas autoridades de imigração norte-americanas.

A ironia é típica dos últimos dez anos da confusa e trágica política de Washington: enquanto a guerra dirigida pelo exército norte-americano força os pobres de El Salvador a fugir de casa, os burocratas da imigração tentam interceptá-los na fronteira e devolvê-los ao país.

A catástrofe social resultante dessa política não se limita a criar novos refugiados. Nos últimos dez anos, a guerra já matou cerca de 70 mil pessoas – em sua maioria, civis. Outros milhares “desapareceram”, quase sempre nas mãos dos esquadrões da morte, dirigidos por oficiais militares e líderes do partido da Aliança Republicana Nacionalista-Arena, da extrema-direita.

E agora a Arena, o partido dos esquadrões da morte, está no poder, tendo vencido as eleições com as quais os Estados Unidos pretendiam “democratizar” El Salvador.

**As origens da crise** – Uma constante na história do país tem sido as rebeliões de camponeses famintos contra a elite dominante. Em 1932, um levante de *campesinos*, expulsos de suas terras pelos barões do café – conhecidos simbolicamente como as “14 famílias” – foi brutalmente sufocado, com o massacre de 30 mil civis.

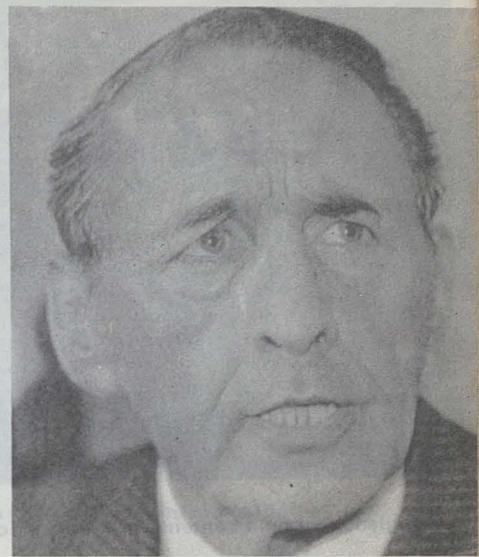
O crescimento das exportações de produtos como café, algodão e açúcar nos anos 50 e 60 contribuiu para concentrar ainda mais a posse de terras e provocou nova onda de expulsões de camponeses. Em 1975, 40% de todas as famílias rurais haviam perdido a pouca terra que possuíam; seis famílias tinham mais terra do que 133 mil agricultores. Em fins da década de 70, outra rebelião se configurava. Um amplo “movimento popular” de camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes, mulheres, religiosos e desempregados desafiava a oligarquia e o governo, clamando por justiça.

Até os anos 70, Washington tinha praticamente ignorado El Salvador. O país não possuía recursos naturais suficientes para atrair a cobiça dos empresários norte-americanos, e sua localização não lhe conferia grande importância estratégica. Enquanto os fuzileiros navais dos EUA preparavam invasões contra um país vizinho – a Nicarágua –, e a Agência Central de Informações-CIA e a United Fruit Company derrubavam um governo democrático na Guatemala, El Salvador permanecia como um recanto esquecido, à margem da política externa dos Estados Unidos.

Em 1980, porém, Ronald Reagan chegou à presidência, alarmado pelo triunfo recente de movimentos revolucionários na Nicarágua e na pequena nação caribenha de Granada. Sua reação foi prometer “deter o avanço do comunismo em nosso próprio quintal”.

Um grupo rebelde, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional-FMLN, tinha surgido em El Salvador dos movimentos de protesto dos anos anteriores e iniciado recentemente a sua luta armada. Não dispunha de armamento suficiente e ressentia-se de divisões internas. O governo norte-americano julgou que derrotar os guerrilheiros seria, como disse um ex-funcionário da Casa Branca, tão fácil quanto “derrubar um bêbado na rua” – e teve início a intervenção dos Estados Unidos em El Salvador.

Assessores militares norte-americanos foram designados para treinar o exército e dirigir o esforço de guerra. As forças militares salvadoreñas logo triplicaram de tamanho, passando de um



#### Duarte: projeto fracassado dos EUA

efetivo de 16 mil em 1980 para mais de 55 mil em 1985. Uma força aérea surgiu praticamente do nada, equipada com mais de 50 helicópteros *Huey*, do tipo usado na guerra do Vietnã. Batalhões de elite, especializados em contra-insurgência, foram enviados para treinamento nos Estados Unidos – em Fort Bragg, na Carolina do Norte. Enquanto isto, esquadrões da morte, intimamente ligados às forças armadas salvadoreñas, desencadearam uma onda de assassinatos políticos contra o movimento popular urbano, matando 200 pessoas por semana no início da década de 80.

Ao mesmo tempo, os EUA tentavam reorganizar a desequilibrada economia do país e reduzir o poder da elite latifundiária, na tentativa de conquistar o apoio da população e afastá-la dos guerrilheiros. José Napoleón Duarte e seu Partido Democrata-Cristão foram levados ao poder, primeiro em 1980, através de uma negociação de diplomatas norte-americanos com o exército salvadoreño, e novamente em 1984, através de eleições nas quais a CIA forneceu milhões de dólares para a campanha de Duarte. O partido de Duarte desagradava tanto o movimento popular quanto a oligarquia, a qual se opunha obstinadamente a todo tipo de reforma. Mas, o reformismo anticomunista de Duarte rezava pela cartilha do programa norte-americano. Sob pres-



Refugiados cruzam a fronteira em direção a Honduras

são dos Estados Unidos, o sistema bancário e o comércio exterior de El Salvador foram nacionalizados, e se deu início a uma limitada reforma agrária. A Agência de Desenvolvimento Internacional-AID instalou no país uma enorme missão, para distribuir os dólares que agora "choviem" no país.

A cada ano, a ajuda aumentava. O que havia começado com menos de 100 milhões de dólares por ano, no início dos anos 80, já havia ultrapassado a casa dos 800 milhões anuais, em fins da década. Apesar disso, os três componentes da política de Washington – a guerra de contra-insurgência, as reformas econômicas e o governo Duarte – tiveram todos um fim desastroso.

**Fracasso político** – A cada escalada da guerra, os militares salvadorenhos vêm encontrando uma forte resistência por parte da FMLN, que os supera em habilidade, utilizando táticas baseadas em seus fortes vínculos com uma população para a qual os soldados do governo não passam de capangas dos donos de terras.

De início, os grupos de oposição independentes, que haviam reunido suas forças para formar a FMLN, tinham suas bases em San Salvador e outras áreas urbanas. Quando esses grupos foram praticamente dizimados por esquadrões da morte paramilitares, muitos sindicalistas, professores, estudantes, etc. deixaram as cidades e estabeleceram "zonas de controle" no campo,

nas quais construíram um exército rebelde.

Washington enviou helicópteros e aviões para bombardear esses baluartes rurais, mas os rebeldes dispersaram-se em todo o país, formando unidades pequenas demais para serem detectadas pela força aérea. Em seguida, à medida que crescia o poder de fogo do exército, os rebeldes revidavam com o uso em grande escala de minas de fabricação caseira, com efeitos devastadores em todo o interior do país.

Com a escalada das hostilidades, a guerra tornou-se mais amarga. À medida que o exército crescia rapidamente de tamanho, os guerrilheiros desfechavam uma implacável campanha de sabotagem que forçava os soldados a permanecer imobilizados na defesa de objetivos econômicos. E quando o governo tentou complementar suas forças, organizando esquadrões paramilitares de "defesa civil" a partir das prefeituras locais, os rebeldes exigiram que os prefeitos renunciassem e passaram a assassinar os que se recusavam a deixar o cargo.

O recrudescimento da guerra trouxe o caos para a sociedade salvadorenha. Os esquadrões da morte e os bombardeios geraram um dilúvio de refugiados. Triplicando de tamanho, as forças militares afastaram do trabalho produtivo milhares de jovens capazes, e adolescentes de até 14 anos eram apanhados nas esquinas e nas paradas de ônibus. A organização familiar salvadorenha entrou em colapso: a maioria das casas são hoje administradas por mulheres solteiras, as quais, mal remuneradas ou desempregadas, nem sempre conseguem alimentar seus filhos.

Ao terrível custo em número de vidas humanas, soma-se agora uma crescente crise ecológica. Apesar do desmatamento de mais de 97% da terra, os militares continuam queimando as florestas que sobraram no interior. Mais de três mil toneladas de bombas fabricadas nos Estados Unidos já foram lançadas, abrindo enormes crateras e desenca-

deando incêndios devastadores.

O programa econômico de Washington para El Salvador não foi mais bem-sucedido que o seu esforço de guerra. A renda atual caiu ao nível de 1960. Em outras palavras, em uma década na qual os EUA forneceram mais de 33 bilhões de dólares em ajuda a El Salvador – cerca de um milhão de dólares por dia – o desenvolvimento do país retrocedeu 30 anos.

Até mesmo a limitada reforma agrária foi abandonada pela metade. Em virtude da violenta oposição dos donos de terras, as cooperativas perderam o acesso ao crédito adequado, a sementes e adubos, e quase todas estão falidas. A combinação de corrupção governamental, evasão de capitais e sabotagem dos rebeldes colocou a economia à beira do colapso. Um terço do contingente total de mão-de-obra está desempregado, e outros 40% não têm emprego fixo, o que significa que menos de três em cada 10 trabalhadores salvadorenhos têm alguma renda constante. Noventa e seis por cento da população rural vivem ao nível – ou abaixo do nível – da pobreza absoluta. O salário real encolheu durante toda a década de 80, e é hoje apenas 92 centavos de dólar por dia para os trabalhadores urbanos e 52 centavos de dólar para os trabalhadores rurais.

O projeto político de Washington – o governo Duarte – também fracassou. Incapaz de promover a economia ou derrotar os guerrilheiros da FMLN, o governo Duarte passou a recorrer à corrupção generalizada como meio básico de preservar a fidelidade de seus partidários. Como principal canal dos bilhões de dólares que chegavam de Washington, o governo tinha dinheiro bastante para "molhar as mãos" que lhe interessava. Essa generosidade foi a sua perdição quando, em 1987, o partido de Duarte esfacelou-se em consequência de lutas internas em torno da divisão do produto da pilhagem.

**Fortalecimento dos movimentos locais** – Em contraposição ao fracasso da política dos EUA, as forças sociais e políticas que realmente tinham suas raízes na sociedade salvadorenha – em segmentos tanto de esquerda quanto de direita

cresceram e consolidaram-se contra o caos gerado pela receita norte-americana de "contra-insurgência com reforma".

Os que haviam fugido para as favelas urbanas começaram a organizar-se, exigindo agora acesso à terra, água e eletricidade. Ao mesmo tempo, muitas organizações de base têm apoiado cada vez mais abertamente os guerrilheiros e se mostrado cada vez mais severas em suas críticas ao governo.

Em 1985, o movimento sindical de El Salvador ressurgiu, depois de ter sido forçado a viver na clandestinidade pela repressão dos esquadrões da morte, e tem hoje poderosa presença na capital, desafiando o exército com suas greves e atividades políticas. Prova disso foi a onda de greves deflagrada em setembro de 1986, a maioria delas declarada ilegais pelo Ministério do Trabalho. Só nesse ano, houve 71 greves.

Por sua vez, a oligarquia tem conseguido resistir. Quando Washington ignorou os seus líderes em 1980 e tratou de instalar o governo Duarte, a extrema direita salvadorenha organizou a Arena para fazer-lhe oposição política. Uma vez que os programas de Washington mostravam-se incapazes de recuperar a economia e a guerra se prolongava, a Arena consolidou o seu apoio junto à comunidade empresarial e passou a construir uma base própria, usando as redes de "vigilantes" paramilitares criadas por governos militares anteriores.

Com a divisão dos democratas-cristãos em 1987, e com a esquerda ainda proibida de participar efetivamente da política eleitoral – duas consequências diretas da política norte-americana – o caminho estava aberto para o retorno dos oligarcas ao poder. Roberto D'Aubuisson, o notório chefe dos esquadrões da morte e fundador da Arena, assumiu um papel discreto, por trás dos bastidores, enquanto um empresário "moderado", com um inglês fluente, de nome Alfredo Cristiani, tornou-se a figura de proa junto ao público.

Em meio a uma campanha de mobilização eleitoral sem precedentes na história de El Salvador, com Cristiani como candidato, a Arena conquistou a presidência em março de 1989. A FMLN recebeu a vitória da Arena com uma ofensiva militar de dimensões nacionais,



Delegação da FMLN às conversações de paz: um diálogo que foi interrompido

prometendo tornar o país "ingovernável" para a extrema direita. Uma década de política norte-americana chegava, assim, a um beco sem saída.

**O dilema da política dos EUA** – Com a Arena no poder, El Salvador está hoje à beira de uma onda de violência ainda mais brutal. Muitos dos líderes da desse partido foram figuras centrais no comando dos massacres dos esquadrões da morte em meados da década de 80. E tudo indica que, se os grupos de oposição ameaçarem seriamente o regime, a extrema direita estará disposta a repetir, mais uma vez, a onda sangrenta de homicídios.

Vários líderes sindicais foram presos, acusados de "subversão", assim que a ARENA subiu ao poder em junho de 1989. O escritório da organização que coordenava a tentativa de retorno dos refugiados foi cercado por forças do governo, e todos os seus ocupantes foram presos. Em vários bairros da cidade, estão sendo instalados grupos de "vigilantes" patrocinados pelo governo. Novas vítimas dos esquadrões da morte têm sido encontradas, os corpos mutilados jogados à margem das estradas. E o Legislativo, sob o controle da Arena, prepara uma abrangente legislação "anti-terrorista" destinada a emprestar respaldo legal às táticas nazistas que vêm sendo empregadas.

Temendo uma escalada da guerra e da violência política que já ceifou 70 mil vidas, muitos setores da sociedade sal

vadorenha acreditam que a única opção viável é uma paz negociada. Os próprios rebeldes parecem preocupados com a possibilidade de uma guerra sem fim em El Salvador, e fizeram uma série de propostas de paz, pedindo a formação de um "governo de participação ampla" no qual todos os grupos políticos dispostos a participar procurariam formular um programa de "consenso nacional".

O governo do presidente Bush rejeitou as ofertas de paz dos rebeldes. Continua afirmando que estes não têm apoio popular e que as propostas são embustes destinados a ocultar o verdadeiro objetivo dos rebeldes, que é a tomada total do poder. No entanto, sem pressões dos EUA, nem o governo da Arena nem os chefes militares consentirão em negociar com a FMLN.

Uma década de fracassos, porém, deixa a Washington somente duas opções reais em El Salvador: continuar a guerra ou negociar com a FMLN. O custo de continuar a guerra será alto demais. Uma insurreição dos rebeldes, uma onda de terrorismo direitista, um estado policial, uma economia destruída, graves danos ao meio ambiente, outros tantos milhares de mortos e refugiados, e uma guerra cada vez mais cruel que se arrastará durante anos e anos – estas são as únicas alternativas possíveis a uma paz negociada em El Salvador. ●

\* Institute for Food and Development Policy (Food First)

# Colonialismo anacrônico

O valor estratégico da ilha caribenha, para o que os Estados Unidos consideram sua própria "segurança nacional", dificulta toda mudança no estatuto legal deste território latino-americano tutelado por Washington



Jorge Rodríguez Beruff

**H**á algum tempo, certos setores em Porto Rico começaram a afirmar que os Estados Unidos estão tendendo a adotar um processo de descolonização nessa ilha caribenha. Segundo eles, a crise do atual modelo colonial, combinado ao interesse dos Estados Unidos em utilizar Porto Rico mais ativamente como intermediário de poder no Caribe e na América Central, levou as principais instâncias de decisão desse país a considerar uma revisão fundamental das relações políticas entre Porto Rico e os Estados Unidos.

Como prova dessa nova orientação descolonizadora, esses setores apontam

um grande número de medidas de Washington em relação a Porto Rico. Quando os Estados Unidos, por exemplo, reduzem sua presença ou limitam suas atividades em algum aspecto, isso é visto como uma evidência de sua "retirada paulatina". Ao contrário, quando intervêm mais ativamente na política colonial, se argumenta que "estão colocando a casa em ordem", preparando as mudanças que se aproximam.

Por fim, se afirma que a fórmula política descolonizadora escolhida é uma vaporosa "república associada", cujo modelo seria o adotado em relação aos territórios dependentes no Pacífico. O mais audacioso dos defensores dessa tese, Juan Manuel García Passalacqua, chega a fixar uma data para o término desse processo descolonizador: 1992.

Essa tese conseguiu uma certa credibilidade nos meios políticos. Para alguns setores que têm se mantido alheios à luta pela independência, ela encerra a promessa de um processo descolonizador sem a trabalhosa tarefa de conseguir uma base interna de apoio popular para esse projeto. Para o fraco setor autonomista do Partido Popular, abre a possibilidade de uma ansiada "culminação" do Estado Livre Associado, sem entrar em grandes contradições com a atual política norte-americana.

Por outro lado, setores do Estado porto-riquenho percebem o perigo da colocação em marcha de um processo sobre o qual não têm controle, que pode levar a uma "traição" a seus aliados de Washington.

A recente iniciativa em favor de uma Assembléia Constituinte, impulsionada pelo Colégio de Advogados, se insere dentro dessa tese. Ali se encontram – e resolvem suas diferenças – esses setores heterogêneos compostos por advogados com aspirações de poder. O que os une é o interesse em incidir e acelerar um processo que, esperam, será imposto externamente pelos círculos governantes dos Estados Unidos. Só isso explica sua insistência em introduzir um tema no debate político, que não conta com uma base de sustentação social própria, fora do círculo de advogados que o está impulsionando, nem com o apoio dos principais partidos políticos.

**Dois mitos** – Consideramos que a tese da iminência da "república associada" é um mito, como também a da viabilidade de uma Assembléia Constituinte na atual conjuntura. Não resta dúvida de que esta é uma das opções levadas em conta pelo poder metropolitano, diante da crise do atual modelo colonial, e que resolveria vários dos seus problemas.

No plano interno, criaria uma situação neocolonial, que garantiria os interesses do capital transnacional e transferiria ao Estado local uma parte dos vultosos gastos em bem-estar, além do complexo problema da repressão política. Por outro lado, facilitaria a integração de Porto Rico no Caribe sob as condições ditadas pelos Estados Unidos e melhoraria a imagem desse país na América Latina.

No entanto, esse projeto esbarra em um obstáculo que consideramos intransponível, enquanto não ocorrer uma revisão na política de segurança nacional dos Estados Unidos ou uma redefinição fundamental das relações de poder em Porto Rico e no Caribe: o fator estratégico. Ou seja, enquanto não mudar os postulados básicos do pensamento geopolítico dominante nos Estados Unidos, no que se refere a Porto Rico e à sua função no Caribe.

Esse fator estratégico exclui a possibilidade de estabelecer uma situação neocolonial, tão ansiada por alguns setores políticos. Sem levá-lo em consideração, se torna difícil explicar a persistência de formas de controle colonial, que são claramente anacrônicas no mundo contemporâneo.

As funções militares que cumpre Porto Rico, por sua extensão, intensidade e natureza, adquirem um caráter político colonial. Não podem ser acomodadas sem revisões fundamentais, em um acordo neocolonial ao estilo de Honduras e Filipinas.

Essa tem sido, ao menos, a postura do Pentágono e do *establishment* de segurança nacional. Na falta de uma poderosa oposição interna e internacional que aumente o custo político da manutenção do estatuto colonial, e sem uma profunda revisão da política militar dos Estados Unidos, o imperativo estratégico continuará sendo um fator decisivo no terreno das relações políticas entre a metrópole e Porto Rico.

O generoso oferecimento dos setores defensores da "república associada", de uma "independência com bases", não chegará muito longe nos círculos de poder em Washington.

Para articular uma opção viável, rumo à descolonização e à integração do país na região, não só devem ser mobilizadas as forças anticoloniais e antimilitaristas em Porto Rico, como também todos os povos do Caribe. Os setores que se opõem às concepções de "segurança nacional", dentro dos Estados Unidos, também devem se manifestar. É da conjunção e do fortalecimento dessas forças, e não da *policy making* dos setores governantes dos Estados Unidos, que poderá surgir uma fórmula realmente descolonizadora e desmi-

litarizadora para Porto Rico.

#### **A geopolítica e a II Guerra Mundial –**

O papel dos militares desde o início da situação colonial tem sido um aspecto pouco estudado do desenvolvimento das relações entre Porto Rico e Estados Unidos. Uma tese de doutorado recente, da historiadora María Eugenia Estes, analisou profundamente esse papel durante o conflito armado de 1898 (quando os Estados Unidos declararam guerra à Espanha e intervieram em Cuba, para ganhar influência no Caribe). A ingerência direta dos militares metro-

---

**No pós-guerra houve algumas reformas que responderam a múltiplos fatores internos e externos. Mas o fator estratégico, então manifestado no contexto da guerra fria, contribuiu para bloquear opções descolonizadoras ou mesmo neocoloniais em Porto Rico**

---

politanos na administração também foi abordada por Estes<sup>1</sup>.

Aqui vamos nos referir a um período mais recente, o da década de 30 e 40, que possui muitos paralelos com a situação atual. Naquela época, chama a atenção o contraste entre as linhas gerais dessa política e a estratégia seguida em relação a Porto Rico.

A política de "boa vizinhança" do presidente Roosevelt tratou de neutralizar as forças nacionalistas e antiimperialistas da região, que estavam em um momento de auge. Pôs fim à prática de ocupações militares prolongadas e realizou concessões parciais às forças políticas emergentes. Seu projeto, mais amplo, buscava uma aproximação política com a América Latina.

Em Cuba, Roosevelt contribuiu para liquidar com o regime ditatorial de Machado e revogou a Emenda Platt, herança do período em que os norte-americanos governaram o país (1899-1902). Essa emenda dava aos Estados Unidos o direito de intervir mili-

tarmente em Cuba e reter uma parte do território, na província de Guantánamo, onde estabeleceram uma poderosa base aeronaval que ainda mantêm.

Seguindo essa política, Roosevelt retirou suas forças militares da Nicarágua e do Haiti e buscou uma acomodação com o México.

No entanto, Porto Rico e Panamá – ambos os países considerados chaves do ponto de vista estratégico – se transformaram em exceções na política de "boa vizinhança". Em Porto Rico, Roosevelt nomeou, em 1934, como governador, Blanco Winship, um general conservador do exército, com ampla experiência colonial, e o encarregou de esmagar o emergente movimento anticolonialista, bloqueando, assim, a possibilidade da independência. Winship desencadeou uma violenta repressão, que culminou no Massacre de Ponce, em março de 1937.

A designação de Winship e o apoio à sua política repressora e reacionária, até 1939, não podem ser considerados um acidente da política norte-americana. Era uma medida necessária, segundo a ótica da segurança nacional de Washington, crescentemente ameaçada pela deterioração da situação européia. Nesse contexto, era crucial manter um controle sobre um enclave considerado vital para a defesa do Canal do Panamá, para o controle militar do Caribe e para proteger o flanco sul dos Estados Unidos.

Essa interpretação é confirmada pela escolha do sucessor de Winship, o almirante William D. Leahy. É difícil pensar em uma figura militar mais próxima a Roosevelt que Leahy. Ele acabava de deixar o mais alto posto na Marinha – chefe de Operações Navais – para assumir o cargo de governador de Porto Rico. Com Leahy, os Estados Unidos iniciam um processo de expansão militar na ilha caribenha, que durou toda a guerra e colocou um ponto final a qualquer hipótese de um processo descolonizador. A nomeação de um governador civil, Rexford Guy Tugwell, não significou de forma alguma a perda da importância estratégica que os Estados Unidos dão à ilha.

**A posição dos militares –** Esse processo de expansão militar durante a guerra

criou uma ampla infra-estrutura de novas bases e instalações militares e fez de Porto Rico o principal eixo de todo um sistema defensivo regional no Caribe, aumentando o valor militar da ilha no pós-guerra.

A oposição dos militares norte-americanos a qualquer forma de descolonização se tornou patente durante as discussões no Congresso de um projeto do senador Myllard Tydings, que concederia a independência a Porto Rico. Em maio de 1943, John McCloy, secretário auxiliar do Departamento de Guerra, foi chamado a opinar no Congresso sobre o projeto Tydings. Segundo ele, o Departamento de Guerra se opunha à independência ou a qualquer discussão em torno desse tema durante o conflito mundial, mas aceitaria, com as devidas garantias, voltar ao tema depois do seu término. Porém, quando o senador Taft perguntou a McCloy se ele "permitiria que seja operada (sic) uma nação independente em uma base tão importante, na qual vocês estão usando tantas partes da ilha", a resposta foi: "Acho que o sr. levantou um aspecto importante. Pelo menos, devemos estudá-lo... no Departamento de Guerra".

Em junho, se submeteu a McCloy um estudo cujos resultados são citados em outro documento, preparado para a análise do projeto de Tydings no Congresso, em 1945. O relatório, do mês de março, dizia o seguinte:

"Em 1943, se preparou um estudo integral para determinar a importância estratégica de Porto Rico. Esse estudo demonstra que: a) Porto Rico é uma base de vital importância estratégica para as operações militares, navais e aéreas na defesa das regiões leste, central e sudeste do hemisfério; b) é altamente desejável que os Estados Unidos tenham autoridade completa tanto nos assuntos militares, quanto nos civis em Porto Rico. E não há base para se pensar que essa ação seria possível em um Porto Rico independente...".

No pós-guerra houve, porém, algumas reformas que responderam a múltiplos fatores internos e externos. Mas o fator estratégico, agora manifestado no contexto da guerra fria, contribuiu para bloquear opções descolonizadoras ou mesmo neocoloniais em Porto Rico.

A tese do comodoro Diego Hernández, recentemente designado comandante da base naval de Roosevelt Roads, que analisa a utilidade do modelo de Estado Livre Associado na América Central, mostra o entusiasmo dos militares pela atual situação colonial.

Sobre isso, basta mencionar alguns poucos dados bem conhecidos: 1) a transformação da base aérea de Ramey Field, em uma instalação nuclear do Comando Estratégico e sua expansão, que obrigou a evacuar toda uma comunidade, em San Antonio, sem dar-lhes nenhuma compensação;

---

**A busca de uma fórmula descolonizadora não pode estar baseada unicamente nas forças políticas de Porto Rico. O futuro de Porto Rico concerne a toda a região. Sem um Porto Rico desmilitarizado, diminuem as possibilidades de mudança social e de respeito à autodeterminação de toda a região.**

---

2) O uso contínuo, até a década de 70, da maior parte da ilha de Culebra;

3) expropriação da maior parte da terra da ilha de Vieques, durante e depois da guerra, e evacuação de sua população;

4) expansão da base naval de Roosevelt Roads;

5) transferência das instalações de comunicação da marinha, da ilha Verde para Sabana Seca, com fundos do governo de Porto Rico, para construir o aeroporto internacional;

6) prorrogação para tempos de paz do serviço militar obrigatório e alistamento em massa de porto-riquenhos para lutar na II Guerra Mundial, na guerra da Coreia e do Vietnã;

7) realização de experiências com radiação em bosques tropicais e uso do desfolhante conhecido como agente laranja;

8) utilização do território porto-riquenho para realizar intervenções no Caribe, como ocorreu no caso da República Dominicana, em 1965.

Na realidade, o Estado Livre Associado foi uma panacéia para o militarismo durante a guerra fria. Já um ajuste neocolonial permitiria que o Estado local pudesse, em algum momento, canalizar as reivindicações da população em prol de um acordo de segurança diferente.

**Algumas concessões** – A partir de 1973, se reduzem as atividades militares em Porto Rico. O exército limitou de maneira notável sua presença com o fechamento de um número considerável de instalações que controlava desde a II Guerra Mundial. A força aérea fechou a base do Strategic Air Command, em Aguadilla (Ramey). A Marinha de Guerra também reduziu o seu nível de atividades, tendendo a concentrá-las na base naval de Roosevelt Roads.

Por sua vez, o Pentágono se viu obrigado a fazer importantes concessões ao movimento de resistência ao militarismo que se desenvolveu em Porto Rico, ao calor da guerra do Vietnã: fim da perseguição aos que se opunham ao serviço militar obrigatório; redução das atividades do Reserve Officer Training Corps-ROTC na Universidade de Porto Rico e transferência para o controle civil das terras da Marinha de Guerra na ilha de Culebra.

Esse processo se deveu, em parte, aos reajustes realizados em escala global pelos Estados Unidos como consequência da sua derrota na guerra do Vietnã. Além disso, a situação econômica e política na região caribenha e centro-americana era considerada relativamente estável e sem ameaças imediatas aos interesses norte-americanos, o que tornava desnecessário manter uma presença militar no mesmo nível da década anterior.

A invasão da República Dominicana havia, segundo o ponto de vista dos Estados Unidos, estabilizado a situação interna nesse país; a primeira manifestação guerrilheira na América Central (Guatemala) havia sido contida; as rebeliões que ocorreram no Caribe de língua inglesa (Anguila e Trinidad) não exigiram o uso de forças militares norte-americanas.

No Haiti, havia ocorrido uma "transição ordenada" (a substituição de Papa



Doc pelo seu filho, "Baby" Doc). O Caribe oriental estava ainda em processo de descolonização. No Panamá, se conseguiu encontrar uma saída política e diplomática para o conflito sobre o Canal, através dos Tratados Torrijos-Carter.

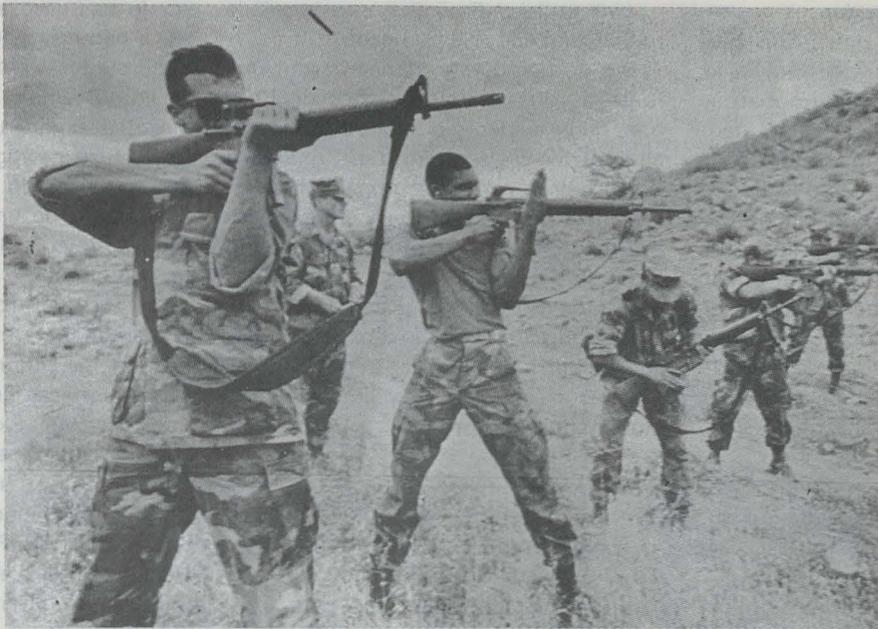
Porém, a partir de 1979, começa a se delinear uma redefinição da política regional dos Estados Unidos, que levou a uma revisão gradual das funções de Porto Rico, a nível econômico, político e militar. Os

Estados Unidos trataram de envolver Porto Rico, de maneira mais direta, no projeto de reconstrução do seu poder na região e se afastaram da política seguida após a Revolução Cubana, de manter a colônia o mais isolada possível dos processos regionais.

**Novo papel** – Vários elementos mostram que nos últimos anos aumentaram a presença e as atividades das forças armadas regulares dos Estados Unidos nessa ilha caribenha. Houve ajustes na estrutura de comandos e foram ampliadas as instalações existentes (se intensificou o uso de Porto Rico para funções de treinamento, foi reativado o Forte Allen e se construíram novas instalações em Roosevelt Roads).

Também se intensificou o recrutamento de porto-riquenhos para todos os setores das forças armadas dos Estados Unidos, ampliando-se assim o número de efetivos caribenhos de língua espanhola que podem ser utilizados na região (o número de porto-riquenhos em todas as forças militares regulares aumentou de 18.850, em 1978, para 25.724 em 1983 e continuou crescendo durante os últimos anos).

Também é evidente o fortalecimento e a regionalização do papel da Guarda Nacional de Porto Rico, que foi integra-



Tropas norte-americanas participando de manobras em Honduras

da em atividades de assistência e treinamento no Caribe e América Central. Essa força militar recebeu um apoio que a transformou em um auxiliar potencial de futuras operações. Recentemente, por exemplo, unidades da Guarda Nacional participaram em manobras em três países da América Central: Panamá, Honduras e Belize. Os efetivos da Guarda Nacional aumentaram de sete mil, no final dos anos 70, para mais de 16 mil, atualmente.

Por sua vez, a polícia de Porto Rico regionalizou suas atividades de assistência, treinamento e informação, através da Interpol, e está sendo utilizada para treinar forças policiais do Caribe e América Central.

Essa intensificação do papel militar que desempenha a ilha de Porto Rico, dentro da nova política regional, se refletiu também em um rápido aumento nos gastos militares dos Estados Unidos. Somente os gastos de operação das agências do Departamento de Defesa em Porto Rico (que constituem apenas uma parte dos gastos militares totais) aumentaram de 101,2 milhões de dólares, em 1979, para 234,5 milhões, em 1985. A Guarda Nacional recebe mais de 70 milhões de dólares adicionais em fundos do Departamento de Defesa, que não se refletem no orça-

mento do governo de Porto Rico.

Há um aspecto novo da escalada militar: a tentativa de integrar a economia de Porto Rico à produção bélica dos Estados Unidos. Inicialmente, isso foi experimentado em pequena escala na ilha de Vieques, com um plano de desenvolvimento industrial destinado a neutralizar a oposição às atividades da marinha. Nos últimos anos, cresceram rapidamente as compras de material e equipamento mili-

tar às indústrias estabelecidas em Porto Rico.

Finalmente, a reação oficial do governo Reagan diante da controvérsia sobre as atividades nucleares em Porto Rico deixou patente a determinação dos Estados Unidos de manter a ilha dentro do seu esquema nuclear global. De fato, a expansão militar parece envolver também um aumento das instalações nucleares nas bases militares, apesar das proibições nesse sentido do Tratado de Tlatelolco.

Todas essas medidas confirmam e aprofundam o papel de Porto Rico como eixo de um sistema militar que abrange toda a região caribenha e se complementa com as instalações militares baseadas na América Central. Ou seja, Porto Rico cumpre, no Caribe, funções análogas às que assumiu Honduras na América Central, com bases de operações sub-regionais de menor escala em Barbados e Antígua.

Esse aumento nas atividades militares foi acompanhado de uma revalorização do papel estratégico de Porto Rico por parte do *establishment* de segurança nacional nos Estados Unidos.

Por exemplo, em 1981, a então embaixadora perante a ONU, Jeanne Kirkpatrick, disse sem meias palavras a um grupo de porto-riquenhos que se reuniu

com ela para propor mudanças nas relações com esse país, que Porto Rico não era nem um assunto doméstico, nem internacional, e sim, um bastião geopolítico e estratégico militar, não-negociável para os Estados Unidos.

Um outro importante estudo para o planejamento militar em relação ao Caribe – ordenado pelo Escritório de Operações e Planos do Exército e pelo Southcom e realizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos do Colégio de Guerra – também assinalava que “o potencial para a instabilidade no Panamá e Porto Rico aconselha reter as bases em ambos os casos...”.

Dois anos mais tarde, o relatório sobre a invasão de Granada voltava a sublinhar a importância estratégica de Porto Rico nos seguintes termos:

“...(censurado) a (censurado) importância do aeroporto da base naval de Roosevelt Roads, Porto Rico, foi claramente demonstrada levando em conta a atual instabilidade na região do Caribe. (censurado) ...aeroporos podem não estar disponíveis para operações semelhantes em outros lugares no futuro. O acesso a Roosevelt Roads constitui uma ... (censurado) necessidade”.

George Fauriol, do ultraconservador Center for Strategic and International Studies, da Universidade de Georgetown, afirma que “devido à sua localização no centro da cadeia de ilhas-nações do Caribe, Porto Rico pode ser visto como um fator importante na estratégia dos Estados Unidos”.

Essa não era a situação nos anos 70. Mais recentemente, várias instalações foram fechadas, sendo o caso mais notável o da base Ramey, da força aérea. Mas, por diversas razões, estas decisões estão sendo reconsideradas. Enquanto isso, Roosevelt Roads e os locais de treinamento na ilha de Vieques continuam sendo fatores de grande importância nas operações regionais de defesa.

Avaliações como essa não se podem atribuir unicamente ao círculo de estrategistas neoconservadores do governo republicano. Manifestam, na verdade, uma política do Estado metropolitano que não mudou substancialmente no período do pós-guerra e cuja tendência tem sido se endurecer na última década.

Um indício disso é que a escalada militar dos anos 80 começou sob o governo do democrata James Carter. Durante as duas administrações de Reagan, ficou evidente a falta de propostas alternativas de segurança em relação a Porto Rico e ao Caribe, dos setores dominantes do Partido Democrata. Esses setores parecem se mover dentro do discurso da “nova direita”, sobre a necessidade de uma “política de força”.

Esse discurso geopolítico, além disso, encontra sustentação nas múltiplas funções estratégico-militares que atualmente cumpre Porto Rico. Elas

---

**Todas essas medidas confirmam e aprofundam o papel de Porto Rico como eixo de um sistema militar que abrange toda a região caribenha e se complementa com as instalações militares baseadas na América Central. Ou seja, Porto Rico cumpre, no Caribe, funções análogas às que assumiu Honduras na América Central, com bases de operações sub-regionais de menor escala em Barbados e Antígua**

---

abrangem desde a guerra nuclear até os escalões mais baixos da chamada “guerra de baixa intensidade” e respondem à necessidade de controle interno e regional, assim como à estratégia nuclear global.

**Militarismo versus descolonização** – Existem inúmeros exemplos recentes e não tão recentes na nossa região de processos de mudança social, que conseguiram desatar o nó górdio do esquema militar dominante, ou pelo menos redefinir a inserção desses países nesse esquema.

É necessário formular uma estratégia a longo prazo que possa ir acumulando uma força política capaz de articular e impor uma visão diferente da segurança de Porto Rico e do Caribe, para conseguir um acordo de segurança ba-

seado nas necessidades de nossos países e não nos planos globais e regionais dos Estados Unidos. A gradual cristalização desse novo conceito de segurança nacional exigirá uma outra inserção de Porto Rico na região e, portanto, facilitará a solução do problema colonial.

A busca de uma fórmula descolonizadora, que realmente consiga impor uma alternativa ao papel destinado a Porto Rico dentro da estratégia dos Estados Unidos e encerre uma concepção própria de segurança, não pode estar baseada unicamente nas forças políticas de Porto Rico. Exige a união dos esforços entre os que lutam nesse sentido dentro da ilha e os movimentos afins no Caribe e nos Estados Unidos.

O futuro de Porto Rico concerne a toda a região. Sem um Porto Rico desmilitarizado, diminuem as possibilidades de mudança social e de respeito à autodeterminação de toda a região.

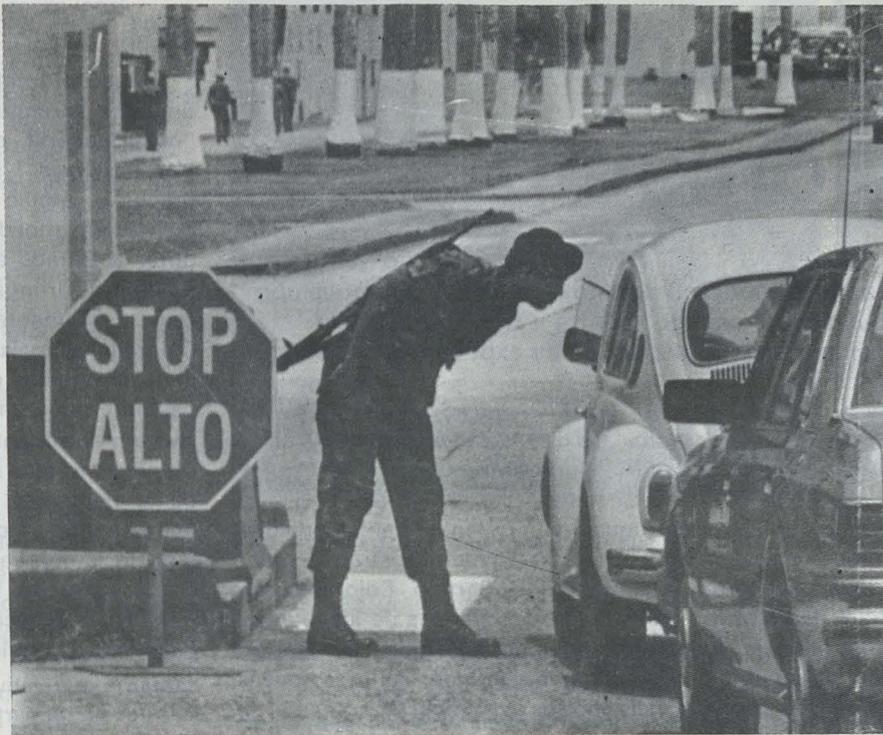
A consciência dos males trazidos pela militarização imposta pelos Estados Unidos tem crescido em algumas regiões. Poderíamos mencionar, por exemplo, a oposição gerada em Trinidad contra a base de Haguaramas, que o próprio primeiro-ministro, Eric Williams, inicialmente articulava, e os amplos movimentos de oposição às atividades militares no Panamá, que levaram às reivindicações de caráter nacionalista do governo de Omar Torrijos.

Mesmo em países altamente dependentes, como Honduras e Filipinas, a questão da presença militar dos Estados Unidos levanta sérias contradições políticas, que ameaçam sua continuidade.

Ao descartar a tese da descolonização por iniciativa dos Estados Unidos, nos deparamos imediatamente com o problema de quais serão os agentes sociais capazes de articular uma concepção alternativa de segurança e de impô-la no terreno do poder. Pensamos que essas forças sociais estão entre as massas populares dos países que arcam com os custos da “segurança nacional” dos Estados Unidos e para os quais essa “segurança” só significou crescente insegurança.

No que se refere a Porto Rico, podemos apontar, por exemplo, a insegurança que sentem seus habitantes diante da inserção da ilha, sem consulta

da população, no esquema de guerra nuclear; o enorme custo das guerras que travaram os Estados Unidos, onde perderam a vida ou ficaram incapacitados um sem-número de porto-riquenhos; o custo econômico de grandes extensões de terras férteis dedicadas a objetivos militares e o esbanjamento de recursos que poderiam ser canalizados para o desenvolvimento econômico; a penetração na sociedade civil de estruturas e valores militaristas que rendem culto à violência.



Zona do Canal: uma área vedada aos próprios panamenhos

Perguntas semelhantes podemos fazer em relação ao Caribe: que segurança trazem o processo de militarização regional e o intervencionismo? Quem se beneficia com o desvio de recursos econômicos para objetivos militares, com o desenvolvimento de formas autoritárias de controle político e com violações dos direitos humanos, consequências da militarização?

Nos últimos anos se delinearam os elementos que poderiam dar forma a uma concepção caribenha de segurança, na qual se poderia inserir um Porto Rico descolonizado e desmilitarizado. Essa concepção surgiu nas instâncias que buscavam uma solução para o conflito centro-americano, como o Grupo de Contadora, e de propostas caribenhas, como a de uma Zona de Paz, defendida pelo Conselho Caribenho de Igrejas.

Diante das concepções de "enclave estratégico", "terceira fronteira", "Mediterrâneo norte-americano" e "guerra de baixa intensidade" do pensamento geopolítico dominante nos Estados Unidos, podemos contrapor uma concepção de segurança para o Caribe ba-

seada nos seguintes elementos:

- 1) liquidação dos enclaves coloniais existentes e de todas as bases e instalações militares externas;
- 2) proibição efetiva de toda a atividade nuclear na região;
- 3) não-participação em pactos militares internacionais;
- 4) adesão ao princípio de não-intervenção;
- 5) aceitação do pluralismo político e ideológico;
- 6) adoção democrática de doutrinas de segurança que priorizem mecanismos não-militares (econômicos, sociais, políticos e diplomáticos) de segurança;
- 7) redução das forças e gastos militares aos níveis mínimos necessários para a segurança nacional e regional, e busca de mecanismos efetivos para reduzir a dependência externa em relação à doutrina, treinamento e armamento;
- 8) controle civil sobre as forças militares;
- 9) desmilitarização das forças policiais;
- 10) criação de mecanismos multilaterais de consulta e cooperação no

campo da segurança, capazes de desenvolver uma estratégia e uma política própria;

11) apoio regional aos esforços para a distensão e o desarmamento mundial.

Uma concepção de segurança baseada nesses pontos obviamente enfrenta obstáculos. O principal, embora não seja o único, é a atual política militar dos Estados Unidos e os setores políticos que a apoiam no Caribe.

Porém, se não começarmos a caminhar nessa direção e articular essas reivindicações, a opção será a crescente militarização, instabilidade e subordinação do Caribe. Na medida em que nós, latino-americanos, sejamos capazes de apresentar uma concepção alternativa de segurança, se tornará mais viável o desenvolvimento de movimentos sociais, dentro dos Estados Unidos, com programas que modifiquem o curso militarista de sua atual política no Caribe. •

<sup>1</sup>Estades, Maria Eugenia, "Interesses estratégicos e dominação colonial: a presença militar dos Estados Unidos em Porto Rico, 1898-1918". Tese de Doutorado, Div. de Estudos de Pós-Graduação, Faculdade de Ciências Políticas e Sociais, Unam (Universidade Nacional Autónoma do México), 1986.

<sup>2</sup>Para uma discussão da expansão militar em Porto Rico durante a guerra, veja Stetson Conn, Rose C. Engelman e Byron Fairchild, "Guarding the United States and Its Outposts", Office of the Chief of Military History, Washington, 1964.

<sup>3</sup>Strategic Studies Institute (U.S. Army War College, Carlisle Barracks), "The role of the M.S. Military: Caribbean Basin" (ACN 80049), Final Report, 26 de outubro, 1980.

<sup>4</sup>Cinclant, Operation Urgente Fury Report, Out. 25 Nov. 2, 1983, Comando Atlântico, Norfolk, Virginia, 6 fevereiro, 1984, p. 6.

<sup>5</sup>"Puerto Rico and the United States: Understanding the foundations of a strategic relationship, Final Report and Executive Summary", Center for Strategic and International Studies, Georgetown University, 8 abril, 1985, pp 14-15.

# A débâcle do situacionismo

A ampla derrota sofrida pelo Partido Colorado nas eleições de novembro foi interpretada como um "voto castigo" contra a administração do presidente Sanguinetti, que não correspondeu às expectativas populares

Micaela Ramada

Os resultados da eleição realizada no Uruguai, em 26 de novembro passado, mostraram que o povo anseia mudar os rumos da condução do país. A vitória do Partido Nacional (ou Blanco), pelo qual resultou eleito para a presidência da República o candidato conservador Luis Alberto Lacalle, e o fato da coligação de esquerda Frente Ampla-FA ter conquistado a importante prefeitura de Montevideú, a capital, foram interpretados nos meios políticos como um "voto castigo" contra os cinco anos da administração de Julio María Sanguinetti. As expectativas da população com a redemocratização teriam sido frustradas pelo governo do Partido Colorado, penalizado pelo eleitorado com uma maciça migração para candidaturas da oposição.

Na verdade, o fenômeno não é exclusivamente uruguaio; repetiu-se o que já havia acontecido em outros países emergidos de períodos ditatoriais. "O partido do governo pagou o alto preço derivado da transição e dos ajustes necessários para superar a herança autoritária de doze anos de regime *de facto*", assinalou o conhecido sociólogo uruguaio Juan Rial. Na sua opinião, o que aconteceu com Sanguinetti não é essencialmente diferente do fenômeno argentino, com a derrota do candidato do Partido Radical, do presidente Raúl Alfonsín, e dos resultados da eleição brasileira, na qual os dirigentes Ulysses Guimarães, do PMDB, e Aureliano Chaves, do PFL, partidos que deram sustentação ao governo Sarney, receberam

uma baixa votação no primeiro turno, em 15 de novembro passado.

Segundo Rial, no entanto, o caso uruguaio tem um ingrediente particular: as pesquisas vinham mostrando que o eleitorado do Partido Colorado está constituído por pessoas de idade avançada, enquanto o Partido Nacional e a FA conquistaram os eleitores jovens, mais abertos às mudanças<sup>1</sup>.

**Continuismo econômico** — Mas com a vitória de Luis Alberto Lacalle, neto do caudilho do Partido Nacional, Luis Alberto de Herrera, que marcou a política uruguaia do pós-guerra, as mudanças podem ser mais cosméticas que reais, em particular no plano econômico. O programa de governo do presidente eleito não difere muito daquele apresentado pelo seu principal adversário,

Jorge Batlle, candidato derrotado do Partido Colorado.

Lacalle promete estimular os investimentos estrangeiros, por meio de uma "política aberta" em relação aos capitais transnacionais; se comprometeu a manter o câmbio único e livre e os depósitos em moeda estrangeira; a assegurar a entrada e saída de capitais e a manter o Uruguai como praça financeira. Exatamente o que fez o Partido Colorado. E mais: na edição em espanhol de **terceiro mundo**, de novembro passado, publicamos em caráter exclusivo um documento reservado do Banco Mundial, no qual se mostra que o presidente eleito está preso a acordos assinados à última hora pelo governo Sanguinetti, e que Lacalle teria concordado em assumir, caso fosse eleito.

Na sua pregação liberal, o único aspecto que o presidente *blanco* pretende alterar é o relativo às greves: a partir de 1º de março, quando tomar posse, Lacalle promete regulamentar esse direito assegurado na Constituição. A partir daí, só a greve que for aprovada (por voto secreto) pela maioria de cada catego-



Lacalle (direita) e o seu vice, Aguirre, comemoram a vitória sobre Jorge Batlle (acima)

ria sindical, será considerada legal.

Mas, o Partido Nacional terá menos de 40% dos futuros parlamentares (52 num total de 130), fato que o obriga a costurar alianças para ver os seus projetos de leis aprovados pelo Legislativo. Os resultados eleitorais mostram que o partido vencedor terá 13 senadores e 39 deputados, contra 9 senadores e 35 deputados do Partido Colorado, 7 senadores e 21 deputados da Frente Ampla e dos senadores e 9 deputados do "Novo Espaço", constituído pela Democracia Cristã e o Partido da Vitória do Povo, que em maio de 1989 se desligaram da coligação de esquerda.

**Conseguir a maioria** – Ciente do desafio de conseguir com articulações políticas a maioria que não lhe deram as urnas, Lacalle começou já nos primeiros dias de dezembro a dialogar com os seus adversários. Mas nos primeiros contatos, o presidente eleito buscou acordos internos dentro do seu partido.

Cabe assinalar que na legislação eleitoral do Uruguai vigora a sublegenda, pela qual um partido pode apresentar vários candidatos a todos os cargos eletivos. O Partido Blanco apresentou três candidatos à presidência: o vitorioso Luis Alberto Lacalle, o mais conservador de todos, que foi eleito por ter obtido a maior votação individual dentro do seu partido, o mais votado a nível nacional; Alberto Zumarán, de centro, que é o herdeiro do falecido Wilson Ferreira Aldunate; e Carlos Julio Pereira, o mais progressista, que fora o único blanco a apoiar o "voto verde" no plebiscito de abril do ano passado, isto é, o voto em favor do julgamento dos militares comprometidos nas violações aos direitos humanos durante a ditadura.

Na primeira etapa da negociação de alianças, Lacalle tem que garantir o apoio dos dois adversários internos, cujas bancadas lhe serão decisivas na hora de levar adiante as suas iniciativas políticas.

Depois de conseguir a unidade interna – nem sempre pacífica – Lacalle estará apto para abrir as negociações para eventuais coligações ou simplesmente acordos suprapartidários. Sem isso, só lhe restaria agir como fez Sanguinetti, que de fato viu-se forçado a usar e abusar do poder de veto que brinda a



Tabaré Vázquez (dir.), eleito prefeito de Montevidéu pela Frente Ampla

Constituição uruguaia ao chefe de governo, para contornar a falta de maioria parlamentar. Mas, pelo visto, Lacalle tirou a lição do alto preço que pagou Sanguinetti por essa política que já foi chamada de "vetocracia" e decidiu tentar o diálogo.

**Deu "zebra" em Montevidéu** – Tendo conquistado 16 das 19 prefeituras do país, a vitória do Partido Nacional só não foi maior porque a coligação de esquerda Frente Ampla ganhou em Montevidéu, que representa 47% da população do país e é a sede dos três poderes do Estado, do setor financeiro, e das principais indústrias, gerando a maior parte do PIB nacional.

A vitória da Frente – integrada pelo Partido Comunista, Partido Socialista e agrupações independentes – obriga a uma co-habitação, ao estilo uruguaio, entre os blancos e a esquerda, que cria um fato novo e surpreendente na história política do país, dominada por quase um século de governos colorados, com um breve lapso de um governo colegiado do Partido Nacional, que não foi bem-sucedido.

O candidato à prefeitura de Montevidéu pela FA é o médico oncologista Tabaré Vázquez, que, além de uma boa reputação profissional, goza de uma grande popularidade por ser o presidente do time de futebol "Progreso", da primeira divisão. Vázquez conseguiu em 1989 dois grandes feitos: ter levado

a esquerda ao poder municipal na capital do país e ter colocado o seu time – uma espécie de Botafogo uruguaio que levava muitas décadas sem ganhar – na final do campeonato da sua categoria.

À frente do clube "Progreso", o prefeito eleito de Montevidéu já havia se caracterizado pela sua política, voltada para a ação social e comunitária, tendo construído creches e uma policlínica no bairro de La Teja, na periferia pobre da capital uruguaia, que atendem não só às famílias dos filiados do clube, como a toda a população da região.

Essa prática social Vázquez pretende levar para a prefeitura – aliás essa foi, sempre, a pregação da Frente Ampla, o que quase lhe deu a vitória em Montevidéu em 1971, ano da sua fundação, e em 1984, quando perdeu por uma estreitíssima margem de votos.

Sem dúvida, os resultados eleitorais mudam o panorama político uruguaio, caracterizado até agora pelo rígido bipartidarismo, e podem augurar um período de mudanças políticas, já iniciadas com o próprio revezamento dos dirigentes que terão os destinos do país na mão nos próximos cinco anos. ●

<sup>1</sup> Assinale-se que, em 1984, quando resultou vencedor Julio María Sanguinetti, pelo Partido Colorado, estavam com os seus direitos políticos cassados os seus dois mais importantes adversários políticos: Wilson Ferreira Aldunate, do Partido Nacional, que estava preso por ter voltado do exílio antes do tempo, e o general Lber Seregni, presidente da Frente Ampla, que acabava de ser libertado depois de ter passado mais de uma década em prisão, pela sua fidelidade à Constituição e pelo fato de ter aceito presidir a recém-criada Frente Ampla. Na verdade, só nas eleições de 1989 houve no Uruguai total liberdade, sem nenhum tipo de restrições.



As eleições para a Assembléia Constituinte tiveram uma participação maciça da população, que almeja a independência do seu país

## Uma derrota do *apartheid*

A independência desse país, ocupado durante décadas pela África do Sul, muda a correlação de forças na região e altera positivamente o mapa geoestratégico do continente

Claudia Neiva

A recente vitória da Organização do Povo da África do Sudoeste-Swapo nas eleições para compor a Assembléia Constituinte do país – passo prévio para a formalização da independência, prevista para abril próximo – marca o começo do fim de uma luta, que vem sendo travada pelos namibianos há mais de um século.

Ocupada primeiro pela Alemanha e depois pela África do Sul, a Namíbia tem sua história contemporânea marcada pela resistência da população à dominação estrangeira. Devido à sua localização geográfica e riquezas minerais, a luta dos namibianos pela independência enfrentou poderosos obstáculos, não só de natureza militar, mas também econômica e política.

**Importância estratégica** – Para quem não conheça bem aquela região da África, talvez fique difícil entender a importância que a questão da Namíbia adquiriu a nível internacional. País com clima desértico ou semidesértico, e escassamente povoado, apenas as suas riquezas minerais não explicariam todos os interesses que estiveram em jogo na sua independência.

O problema central ali é que a Namíbia sempre foi uma peça-chave no projeto do regime sul-africano de exercer uma hegemonia política e econômica na África Austral, pretensão esta que sempre contou com o beneplácito e respaldo dos Estados Unidos. Na prática, esse projeto significou obstaculizar a chegada ao poder nos países vizinhos de governos de maioria negra e de caráter progressista e, quando isso já não foi mais possível, tentar por todas as formas desgastá-los, apoiando e finan-

ciando abertamente grupos contra-revolucionários. Assim ocorreu e continua ocorrendo em relação a Angola, a Moçambique e ao Zimbábue.

Acima de tudo, o domínio da Namíbia era uma questão estratégica, vital para a África do Sul. Do ponto de vista militar, garantia uma retaguarda segura para o avanço de suas forças em território angolano e para as incursões do grupo contra-revolucionário Unita, abertamente dirigido e apoiado pelo regime de Pretória.

Por outro lado, a ocupação do território lhe permitia a exploração de um minério de valor estratégico no mundo de hoje, o urânio, utilizado em usinas nucleares (na Namíbia se encontra a maior mina de urânio a céu aberto do mundo, a Rossing, controlada pela transnacional britânica Rio Tinto Zinc). Apesar da expressa proibição da ONU, o urânio extraído da Namíbia era utili-

zado em usinas nucleares na própria África do Sul, França e Inglaterra.

Em termos econômicos, a independência da Namíbia significa para o regime sul-africano a perda de uma inesgotável fonte de riquezas, já que aquele país possui enormes reservas de diamantes, além de jazidas de ferro, chumbo, zinco, cobre, manganês, tungstênio, entre outros minérios.

Os sul-africanos temem também que uma Namíbia independente contribua para fortalecer a integração econômica dos países da região, que vem sendo impulsionada desde 1980 pela Conferência para a Coordenação e o Desenvolvimento da África Austral-SADCC, criada com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico de seus membros, diminuindo sua dependência em relação à África do Sul.

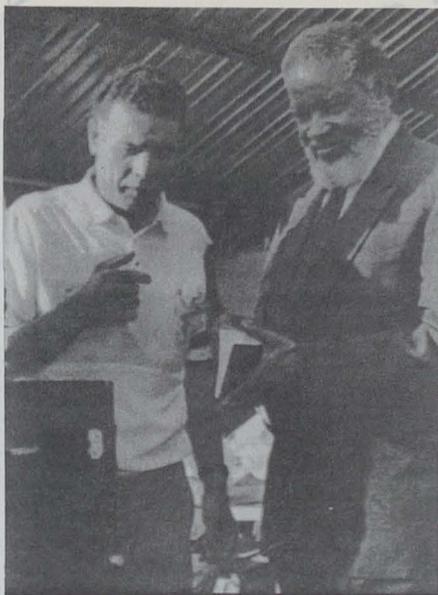
Por último, há um aspecto claramente político: Pretória estava consciente de que um processo de independência levaria ao poder um governo de maioria negra no país vizinho, o que poderia acirrar as contradições da sociedade sul-africana e servir de estímulo à população negra que luta para eliminar o regime do *apartheid*.

Após a independência de Angola, Moçambique e Zimbábue e a instalação no poder de governos populares, progressistas e anti-*apartheid*, a Namíbia era o último ponto de apoio de Pretória na África Austral. Além disso, a descolonização da Namíbia também poderia significar um fortalecimento da Linha da Frente, importante instância política de denúncia das agressões sul-africanas aos países da região.

Sob todos os aspectos, a África do Sul só tem a perder com a independência da Namíbia.

**Luta diplomática** – Ao longo dos últimos anos, a questão da Namíbia vinha sendo objeto de intensas discussões na comunidade internacional, que através da ONU majoritariamente se manifestou a favor da independência em diversas ocasiões, colaborando para impedir a legitimação da ocupação sul-africana.

Porém, a África do Sul sempre se recusou a aceitar as resoluções da ONU que pediam sua saída do território. Na verdade, o apoio aberto ou velado das



Nujoma: vitória da Swapo

potências capitalistas, principalmente dos Estados Unidos – seja por uma convergência de interesses econômicos ou de interesses estratégicos – lhe permitia não só manter a colonização da Namíbia, como contornar as sanções impostas pela comunidade internacional em repúdio ao sistema de *apartheid*.

As pressões diplomáticas, no entanto, não foram a única oposição que o regime sul-africano encontrou para perpetuar sua dominação. Internamente, a resistência do povo namibiano nunca pôde ser esmagada, apesar do cerceamento das liberdades e dos mé-

todos repressivos das autoridades coloniais. Em 1960, como ocorria em outros países africanos, um grupo de nacionalistas fundou o movimento de libertação da Namíbia, a Swapo (Organização do Povo do Sudoeste Africano, antigo nome do território), que seis anos depois iniciou a luta armada.

Após anos de combates, a Swapo foi ganhando prestígio a nível internacional e nucleando, internamente, a resistência contra a ocupação sul-africana. Liderada por Sam Nujoma, a organização não se limitava apenas à frente militar, desenvolvendo uma intensa ofensiva diplomática. Com o apoio da maioria dos países membros da ONU, se conseguiu que em 1968 as Nações Unidas declarassem a ilegalidade da ocupação do território, decisão ratificada pela Corte Internacional de Haia em 1971. Nesse mesmo ano, a Assembléia Geral da ONU reconheceu a Swapo como o único legítimo representante do povo namibiano e, em 1978, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 435, exigindo a saída da África do Sul do território e estabelecendo as condições para a sua independência.

Em 1982, porém, as longas negociações na ONU para implementar a independência do território esbarraram em um novo obstáculo colocado pelo principal aliado da África do Sul, os Estados Unidos: o *linkage* (a vinculação). O governo Reagan condicionou a descolonização da Namíbia à saída das tropas cubanas do território angolano. Chamadas



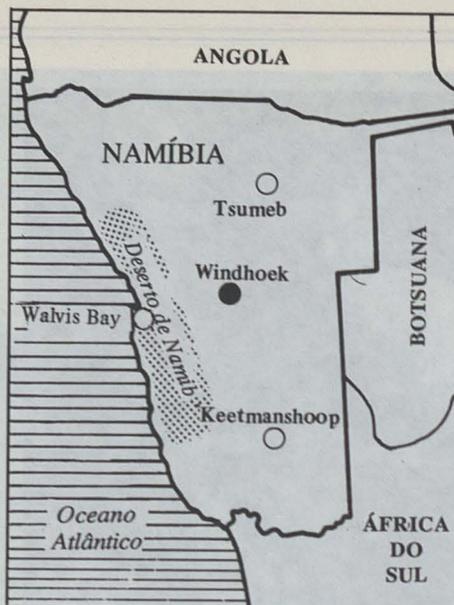
A repressão dos soldados sul-africanos não poupou a população civil

em 1975 pelo recém-instalado governo de Luanda para ajudar a repelir a invasão sul-africana, elas haviam desequilibrado a correlação de forças, naquele momento potencialmente favorável aos grupos apoiados pelo regime racista. Sua permanência havia sido determinada pelos contínuos ataques da África do Sul e da Unita (em agosto de 1981 milhares de soldados sul-africanos invadiram o sul de Angola, ocupando a província de Cunene).

O *linkage* foi rejeitado de imediato não apenas por Angola e a Swapo, mas também pela Organização da Unidade Africana-OUA, pelo Movimento dos Não-Alinhados e pela Assembléia Geral da ONU. Em 1985, o próprio Conselho de Segurança terminou considerando inválida tal vinculação entre a descolonização da Namíbia e a presença de tropas cubanas em Angola.

A questão do *linkage* deixou bem claro as implicações regionais da independência da Namíbia e que, junto às pressões diplomáticas, o desenvolvimento da luta nos campos de batalha do sul de Angola seria decisivo para definir o destino do país.

**A virada de Cuito Cuanavale** – A posição de Angola nessa guerra foi decisiva e impôs aos angolanos um preço muito alto em vidas humanas e bens materiais. O governo do MPLA deu um exemplo extraordinário de fidelidade a



Segundo a Resolução 435 da ONU, o porto de Walvis Bay, base de importantes instalações militares sul-africanas, continuará sob controle de Pretória, mesmo após a independência

princípios, empenhando-se na guerra pela independência do país irmão e vizinho.

Após enfrentar uma nova ofensiva sul-africana em 1986, no segundo semestre de 1987 Angola foi alvo da maior invasão já realizada pelo regime de Pretória. Os sul-africanos não contavam, porém, com um fato novo e determinante: a resistência colocada pelas forças armadas angolanas, não apenas pelo seu exército, mas também pela sua moderna força aérea. Com o apoio das tropas cubanas, a invasão foi repelida. A

batalha de Cuito Cuanavale, na qual o exército racista foi derrotado, marcou um momento histórico nessa guerra. Pela primeira vez, caía por terra o mito, bem propalado por Pretória, da invencibilidade sul-africana.

As derrotas no campo de batalha em maio de 1988, junto a renovadas pressões diplomáticas, levaram a África do Sul a estabelecer conversações com os governos de Angola e Cuba. Nesse contexto, a independência da Namíbia não podia mais ser escamoteada.

O passo decisivo para a independência exigiu complexas negociações entre os três países – com a intermediação da União Soviética e Estados Unidos –, que resultaram nos chamados Acordos de Nova Iorque, assinados nessa cidade em dezembro de 1988.

Depois de marchas e contra-marchas, foi definido um cronograma para a descolonização da Namíbia – processo esse todo supervisionado pela ONU – e um compromisso de saída gradual das tropas cubanas do território de Angola.

As recentes eleições são, portanto, um dos capítulos finais na longa história de resistência do povo namibiano e abrem uma nova etapa neste país, não isenta de desafios. O fato da Swapo não ter vencido com maioria absoluta as eleições obrigará o movimento de libertação a negociar com os partidos pequenos, fiéis da balança, como forma de enfrentar a Aliança Democrática de Turnhalle-DTA, aliada da África do Sul, que obteve 20 cadeiras das 72 da Assembléia Constituinte. Dessa negociação e da habilidade da Swapo, na condução dos trabalhos no Legislativo recém-eleito, vão depender o conteúdo da nova Constituição do país e a possibilidade de se chegar a bom termo com o processo de independência.

Seja como for, politicamente, daqui para frente o regime racista estará ainda mais isolado na região. Do ponto de vista interno, essa perda de terreno deverá ter consequências já a curto e médio prazos. Aliada às pressões internacionais e à luta dos movimentos anti-apartheid, ela poderá forçar Pretória a implementar novas reformas no seu regime, além das que vem fazendo, e conter seus ímpetos expansionistas. ●

## Acelerar a independência

Apesar das divergências, os partidos políticos representados na Assembléia Constituinte na Namíbia decidiram acelerar os trabalhos de redação da Carta Magna, para tentar antecipar a data de independência dessa nação do sudoeste africano.

A data fixada para a declaração formal de independência é 1º de abril de 1990, mas diversas fontes consideram que ela estará em fase final de elaboração e pronta para aprovação já no mês de março. Até a Aliança Democrática de Turnhalle-DTA – aliada da África do Sul e que se opôs à Resolução 435 da ONU sobre a independência da Namíbia – expressou, através de vários de seus membros, que não serviria de nada atrasar a independência.

Ernest Tjiriange, funcionário da Organização do Povo do Sudoeste Africano-Swapo, que apresentou o projeto de Constituição elaborado por esse movimento, anunciou que o texto inclui “a rejeição total e incondicional do *apartheid* e do colonialismo”. Da mesma forma, a Swapo quer eliminar todas as tradições discriminatórias e começar a promover a participação popular nas decisões governamentais.





Há 15 anos, os saarauís lutam pela independência do seu território, ocupado pelo Marrocos

## A nova consciência

Depois do otimismo causado pelo encontro do rei Hassan II do Marrocos com uma delegação da Frente Polisario, o processo de negociações sobre o futuro do Saara ficou estacionado

**E**m 13 de outubro passado, o secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuéllar, solicitou ao governo do Marrocos e à Frente Polisario (o movimento de libertação do antigo Saara Ocidental, chamado originariamente de Saguia el Hamra e Río de Oro, daí o nome de Frente Polisario) a retomar o diálogo direto, que "poderia contribuir para melhorar as perspectivas de êxito" do processo de pacificação nessa ex-colônia espanhola da costa ocidental africana.

Num relatório da Assembléia Geral, Pérez de Cuéllar destacou a importância do primeiro encontro entre o rei Hassan II e os dirigentes da Frente Polisario, ocorrido na cidade marroquina de Marrakeche, em janeiro de 1989. Uma segunda reunião entre as partes em conflito no Saara, prevista para o mês seguinte, ainda está pendente. O encontro em Marrakeche aconteceu seis meses depois de ambas as partes acei-

tarem uma "proposta de entendimento" pacífico para o conflito, que se prolonga há 14 anos.

Essa proposta de paz, patrocinada pelo próprio Pérez de Cuéllar e pelo presidente em exercício da Organização de Unidade Africana-OUA, contempla negociações diretas entre as duas partes com o objetivo de conseguir o cessar-fogo e estabelecer as condições para a realização de um plebiscito "pacífico e justo".

Segundo Pérez de Cuéllar, "ambas as partes aceitaram que as Nações Unidas, em colaboração com a OUA, organizem e supervisionem o plebiscito e já confirmaram que respeitarão os resultados". No entanto, o secretário-geral da ONU disse que antes da realização do plebiscito, será necessário que se dissipem certas "inquietudes" manifestadas pelos dois lados. No caso do Marrocos, a dúvida principal se refere à questão da segurança e da paz no ter-

ritório durante o plebiscito. Por sua parte, a Frente Polisario deseja receber garantias de que se criarão as condições necessárias para a realização de uma consulta popular livre e equitativa.

Pérez de Cuéllar disse também que tanto o Marrocos como a Frente coincidiram em que participem do plebiscito só os habitantes do Saara Ocidental, tomando como ponto de partida o censo realizado pela Espanha em sua colônia, em 1974.

Bujari Ahmed, membro do Birô Político da Frente Polisario e responsável pelo Departamento Europa, nesta entrevista<sup>1</sup> faz um balanço da situação atual da luta do povo do Saara e do apoio que tem a nível internacional, em especial no velho continente.

*Qual é o seu balanço sobre esses 14 anos de luta?*

- Qualquer observador ou analista desse conflito se dá conta de que o nosso povo, resistindo desde 1976, conseguiu um milagre: não só enfrentou uma dupla invasão até 1978 (ver quadro), mas também resistiu à guerra imposta por um poderoso aparelho bélico, financiado e armado pelas grandes potências. E isso apesar de sempre lutarmos em condições sumamente difíceis, sob qualquer ponto de vista: geográfico, climatológico, etc.

Nosso povo também tem travado uma grande batalha diplomática. Como consequência, hoje estamos presentes desde a costa do Pacífico na América Latina, até o Extremo Oriente, indo por um eixo vertical que vai dos países nórdicos até a Austrália. A África tem sido o principal pilar de solidariedade com nossa causa. E os resultados estão à mostra: a República Saarauí conseguiu seu lugar na OUA.

No início do conflito, no Marrocos se

dizia "a Europa está comigo", mas a verdade é que hoje a Europa já não está tão próxima a Rabat. Com o passar do tempo, os europeus tiveram oportunidade de realizar um debate profundo, histórico, através de conferências e dezenas de visitas de delegações parlamentares e jurídicas.

Por outro lado, o velho continente se deu conta da impossibilidade do Marrocos dar uma solução militar ao conflito. A evolução da guerra, as gestões das Nações Unidas, mais o encontro de Marraqueche, entre o rei do Marrocos e a Frente Polisario, desmascararam o regime de Rabat. A pretensão de tirar a legitimidade da nossa luta ficou desmentida quando o próprio rei Hassan II reuniu-se com a Frente Polisario, reconhecendo a representatividade do povo do Saara, antes por ele negada.

*Quando a Europa começou a mudar de atitude?*

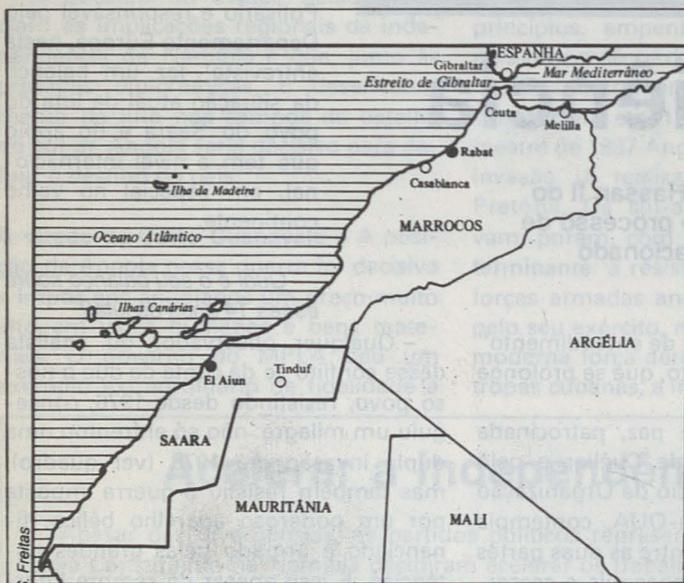
– Eu diria que em 1989. No ano passado, a Europa despertou de um longo sono. Ela descobriu que existe um povo saariano que tem uma causa justa. Isso explica, por exemplo, a importante visita do responsável de Relações Exteriores da Frente Polisario a Madri, com a qual se reinaugurou em outro nível e com outra profundidade o diálogo hispano-saariano. Também é símbolo desse despertar europeu, a visita do presidente Mohamed Abdelaziz aos países nórdicos e à Itália.

Por outro lado, o Parlamento europeu aprovou uma resolução em favor da causa saariana que – sem pecar por falta de modéstia – podemos dizer que foi uma derrota da tese expansionista marroquina, a nível de opinião pública e

das forças políticas da Europa.

Na última Conferência de Cúpula de Chefes de Estado e Governo dos países que integram o Mercado Comum Europeu, foi inscrita pela primeira vez, como questão prioritária, nossa causa. Além disso, o Parlamento sueco, numa sessão praticamente dedicada à causa saariana, nos deu seu apoio por unanimidade. Mas não só o apoio tradicional, humanitário, como também político, solicitando a seu governo que se exerçam pressões diretas e permanentes para vencer a intransigência marroquina e persuadir Rabat de que é necessária sua ida à mesa de negociações, respeitando o plano de paz elaborado pela comunidade internacional.

*Qual a influência da Espanha no processo de paz?*



## Os antecedentes

A ocupação do território do Saara por parte da Espanha remonta ao século passado, quando Madri decide dar cobertura ao flanco das ilhas Canárias e se estabelece na costa saariana. Mas, até 1886 essa presença se limitou à Vila Cisneros (atual Dakla). A população local mantinha seu estilo de vida nômade, sua cultura e gozava de uma relativa liberdade. A partir da Conferência de Berlim, a Espanha decidiu ampliar sua penetração, para "não deixar espaço vazio" a outra potência. No entanto, Al-Aiun (a atual capital do Saara) só foi fundada em 1932, para melhorar as

comunicações com o norte, colonizado pela França.

O verdadeiro processo de colonização, dirigido fundamentalmente para a exploração dos fosfatos, a grande riqueza do solo, começou em fins da década de 50, quando o regime franquista se associou a monopólios transnacionais. Em dez anos, investiram-se no Saara mais de 160 milhões de dólares, que transformaram a fisionomia do país.

Através do chamado "Acordo Tripartite", assinado em 14 de novembro de 1975, seis dias antes da morte de Franco, a Espanha, em seu caráter de potência colonial do Saara, cedeu o território ao Marrocos e à Mauritânia, contrariando as orientações das Nações Unidas que tinham se pronunciado a favor da independência da ex-colônia. Pouco depois, na parte territorial sob seu controle, a Frente Polisario proclama a República Árabe Saarauí Democrática-Rasd (27/2/76).

O Marrocos permanece até hoje em parte do Saara Ocidental, do qual controla as principais cidades e os recursos fundamentais da economia. Quando a guerra chegou ao interior dos países ocupantes, a Mauritânia decidiu retirar-se da luta. Em junho de 1978, foi deposto o presidente Ould Daddah e, em agosto de 1979, o novo governo assinou um acordo de paz com a Frente Polisario.

O Marrocos passou a ocupar imediatamente a parte sul do Saara, que a Mauritânia controlava, e prosseguiu a guerra com apoio da França e dos Estados Unidos.

No último ano, aconteceram importantes passos diplomáticos tendentes a buscar uma solução negociada ao conflito entre a Frente Polisario e o Marrocos, sob auspícios das Nações Unidas.

Para maiores informações, ver o *Guia do Terceiro Mundo*.

- Na Europa existem dois países implicados histórica, política e militarmente no conflito do Saara. Eles são a França e a Espanha, com diferentes graus de responsabilidade. A Espanha colonizou nosso país e saiu dele sem deixar absolutamente nada com que honrar a sua presença de um século, salvo o Acordo Tripartite de Madri.

A Espanha franquista se lançou à conquista de nosso povo, para o seu extermínio e sua divisão, como se fôssemos um rebanho. Seja qual for a evolução dos tempos, esta responsabilidade não pode ser perdoada, não prescreve em termos jurídicos. No entanto, podemos compreender que esse crime histórico foi executado por outras mãos que não são as da Espanha democrática.

Desde 1984, esse país vota permanentemente nas Nações Unidas em favor das resoluções que defendem a causa saariana. E isso causou uma turbulência nas relações hispano-marroquinas. Mas, ao mesmo tempo, ela continua vendendo armas ao Marrocos, continua sendo prisioneira das pressões e da chantagem do Marrocos.

Ainda que deseje, a Espanha não pode ser neutra nesse conflito: ou está com a guerra ou com a paz. Ou está com a causa marroquina ou com a causa de um povo com o qual a Espanha tem responsabilidades especiais.

**Soldados saarauís apreendem um tanque abandonado pelas forças marroquinas**



**Bujari: "A Europa conhece o problema"**

*E a França?*

- Infelizmente, todos os esforços de países amigos, de forças políticas francesas e de nós mesmos para que a França adote uma posição favorável à legalidade internacional não tiveram ainda um eco desejado.

A principal potência que arma o exército marroquino é a França. No entanto, o governo francês tem elementos para reavaliar sua posição.

*A Frente Polisario decidiu pôr em liberdade 200 prisioneiros vítimas da guerra de Hassan II contra a Rasd. Para isso se dirigiu a países e organizações europeias. Por que essa opção?*

- A libertação dos 200 prisioneiros de guerra marroquinos (que em alguns casos estão há mais de 12 anos separados

de seus parentes) é um ato coerente da Frente Polisario e do governo saariano dentro do processo de paz. Todas as organizações, que visitaram os prisioneiros de guerra marroquinos em mãos da Frente Polisario, comprovaram que eles recebem o mesmo tratamento, a mesma comida, que os próprios saarianos. Sua libertação é um gesto de paz claro, direto, sem contrapartida, que se soma a outros gestos anteriores, como a trégua unilateral do mês de fevereiro de 1989.

*Como reagiu a opinião pública em relação à rejeição marroquina de aceitar que esses homens voltem à sua pátria?*

- A decisão de Hassan II de rejeitar o retorno à pátria desses prisioneiros mostra um grau inútil e absurdo de intransigência e expressa a desonestidade do governo de Rabat com o processo de paz.

Nós não necessitamos desse tipo de demonstrações brutais para chegar à conclusão de que o governo de Rabat joga com o processo de paz e tem uma profunda repugnância pelos sentimentos humanitários. Essa reação desmascara o Marrocos frente à comunidade internacional e lhe trouxe um grande desprestígio, sobretudo em sua política para com os países europeus, que sempre se apoiou na ilusão de que o Marrocos é uma monarquia constitucional, democrática.

Se essa ilusão conseguiu uma certa repercussão favorável porque foi sustentada num enorme aparato de propaganda, a reação marroquina frente ao tema dos 200 prisioneiros deixou claro que tudo isso é uma mentira bem montada. E ajudou a entender melhor a natureza do conflito entre o nosso país e o Marrocos, desmascarando Rabat diante dos grupos que foram enganados pela propaganda marroquina sobre a questão dos direitos humanos.

A opinião pública marroquina também sofreu o impacto dessa decisão, pois cada família marroquina escuta a Rádio Nacional Saariana. Isso aproximou mais o povo marroquino e o povo saariano. ●

<sup>1</sup> A entrevista de Bujari é uma versão condensada e editada do "Saara Livre" nº 345

# Sem concessões

**Aumenta a presença militar da França na ilha para fortalecer a administração colonial e reprimir o movimento de independência**



Parade promovida pela FLNKS em Thio pedindo a independência da Nova Caledônia

Teresa Apin (TWNF)

**N**ova Caledônia é a colônia francesa que mais espaço tem ocupado nos meios de comunicação nos últimos anos. Dezenas de militantes canaques morreram na luta pela independência e a resposta do governo francês foi aumentar a militarização da ilha. Mais de dez mil soldados – um para cada seis canaques – foram enviados para a colônia.

A posição da metrópole se resume numa frase de Paul Kijoud, ex-secretário de Estado dos Territórios de Ultramar da França: "Devemos lutar para que a Nova Caledônia continue sendo francesa".

A Marinha francesa ocupou a principal ilha do arquipélago em 1853 e, a partir de então, a brutalidade tem sido uma característica permanente da ad-

ministração colonial. Os canaques (também conhecidos como melanésios) perderam a maioria de suas terras para os colonos franceses e foram confinados em "reservas" isoladas. Os nativos foram dizimados por doenças, desnutrição e pela sangrenta repressão dos colonizadores. Nem sequer sua cultura foi preservada da devastação produzida pelos europeus.

**Ecos da libertação da Argélia** – Em 1946, a Nova Caledônia transformou-se em Território de Ultramar da França. Desde então, os canaques passaram a ser minoria dentro do seu próprio território, superados amplamente em número pelos **caldoches**, descendentes dos europeus que chegaram à região no século XIX.

Quando, em 1962, a França perdeu a Argélia – sua mais rica colônia, no norte da África –, o impacto dessa derrota repercutiu, imediatamente, na longínqua

Nova Caledônia, que se transformou em refúgio para os **pied noirs**, os colonos franceses de extrema-direita, expulsos das terras argelinas.

Na década de 70, a proporção de canaques na população total do arquipélago diminuiu ainda mais, em grande medida devido a uma política intencional da administração colonial. A França se empenha em preservar a colônia a todo o custo: a Nova Caledônia representa para Paris uma fonte insubstituível de matérias-primas e tem particular valor estratégico.

As ilhas possuem a segunda mais importante jazida de níquel do mundo e têm reservas abundantes de cromo, ferro, cobalto e manganês, além de ricos nódulos polimetálicos, recentemente descobertos no fundo de sua plataforma marítima.

O seu valor estratégico está na proximidade com a pequena ilha de Mururoa, onde a França realiza suas provas nucleares. Qualquer ameaça para o domínio francês do arquipélago da Nova Caledônia se transforma em risco para a ilha de Mururoa e, indiretamente, afeta a posição francesa de potência mundial. Depois dos Estados Unidos, a França é o país que mais bases militares possui em todo o mundo, incluindo as de Djibuti, ao norte da Somália; Mayotte, no canal de Moçambique (em frente ao país de mesmo nome); Reunião, a 200km das ilhas Maurício; Taiti, na Oceania; Martinica, no Caribe; e Senegal, na África ocidental. O presidente francês, François Mitterrand, visitou a Nova Caledônia em 1984 e propôs a criação de uma base militar estratégica na colônia.

**Negociação interrompida** – A França não só se opôs taxativamente à independência da Nova Caledônia, mas também se manteve tolerante com os grupos neonazistas, formados pelos **caldoches**. Os ânimos começaram a esquentar em julho de 1984, quando a Assembleia Nacional Francesa aprovou uma lei especial que reconhecia a autonomia da colônia, mas rejeitou todas as emendas propostas pelo movimento independentista.

Em novembro desse ano, a principal força da oposição canaque, a Frente de

Libertação Nacional Canaque Socialista-FLNKS, decidiu boicotar as eleições de representantes à Assembléia local, que teriam garantido à França a possibilidade de adiar a independência do arquipélago indefinidamente. O boicote obteve apoio de 80% da população e obrigou o governo a anular as eleições e iniciar negociações.

Em dezembro de 1984, com um governo local totalmente nas mãos dos *caldoches*, a FLNKS proclamou unilateralmente a independência da Nova Caledônia e o estabelecimento de um Estado canaque. Os franceses deram uma rápida resposta: aceitaram discutir a independência com os representantes da FLNKS.

O processo de negociações foi interrompido abruptamente com o assassinato de dez ativistas canaques pela repressão. Sete franceses confessaram o crime, mas foram absolvidos porque o juiz encarregado do processo considerou que tinham atuado em legítima defesa. A sentença judicial levantou muitas dúvidas, sobre a forma como a Justiça francesa atua na ilha.

No início de 1985, começou um período de violência que durou um ano. Durante esse tempo, grupos de extrema-direita, que atuavam em estreito contato com a polícia e o exército francês, assassinaram mais de 25 ativistas canaques e feriram centenas deles.

O governo francês decidiu reforçar a presença militar na ilha, enviando pára-quedistas. Logo depois, membros das forças de segurança foram identificados como participantes do assassinato de dois dirigentes da fração armada da FLNKS. Eloi Machoro e Marcel Nonnaro foram alvejados por atiradores do Grupo de Intervenção da Polícia Nacional, que cercou uma casa de campo, onde os dois dirigentes estavam reunidos com outros membros do braço armado da FLNKS. Machoro e Nonnaro foram assassinados quando saíram da casa para negociar com os militares. O processo judicial aberto para determinar a responsabilidade pelos crimes nunca foi concluído.

**Breve período de paz** – Nas eleições locais, realizadas em setembro de 1985, a FLNKS obteve maioria em três dos



Manifestantes levam foto de Tjibaou, assassinado em 1989

quatro distritos da Nova Caledônia, mas, por outro lado, ganhou a proposta de manter o *status* colonial ou estabelecer a situação de território independente "associado".

Com a chegada ao governo do Partido Socialista na França, a administração colonial convocou um plebiscito, em setembro de 1987, no qual, obviamente, os canaques ficaram em minoria, já que foram chamados a se pronunciar sobre o destino do país, não só a população autóctone, mas todos os colonos *caldoches* e outros imigrantes. Todos os que pudessem comprovar três anos de residência no arquipélago foram autorizados a votar.

O referendo foi realizado com a presença de nove mil soldados franceses e foi considerado pelo embaixador da Austrália nas Nações Unidas, presente como observador, como "irremediavelmente nulo". A FLNKS, em protesto, convocou a população a se abster de votar (o índice de abstenção foi de 41,5%).

Dessa forma, as conquistas mais recentes do movimento independentista foram colocadas em xeque. Assinale-se que, pouco antes, em dezembro de 1986, a Assembléia Geral das Nações Unidas tinha proclamado, por 89 votos contra 24, o direito do povo canaque à independência e à autodeterminação e

propôs o reconhecimento da FLNKS, como seu legítimo representante.

#### Estado de guerra –

Em abril de 1988, a FLNKS decidiu se abster nas eleições para a Assembléia local, que deveriam se realizar de forma simultânea com o primeiro turno das eleições presidenciais, francesas (a mesma posição a Frente tomou no segundo turno, realizado em maio). Naquele momento, o movimento independentista lutava, em particular, contra a lei denomina-

da "Estatuto Pons", a qual declara que "...nenhuma pessoa pode ser considerada um indígena canaque. Só existem (na ilha) cidadãos franceses. Ninguém tem o direito de reivindicar a independência do país, aludindo ao fato de ser povoador originário do território".

No dia 22 de abril, a FLNKS prendeu um grupo de policiais de fronteira franceses e os manteve como reféns na ilha de Ouvea. O objetivo era utilizar os reféns como elemento de negociação com o governo da França, depois do segundo turno da eleição presidencial. A Marinha francesa reagiu ocupando uma série de aldeias e impondo na colônia um virtual estado de guerra.

As iniciativas canaques em prol da negociação resultaram infrutíferas e os franceses decidiram atacar militarmente a ilha de Ouvea, habitada por 2.700 pessoas. Em maio de 1988, três unidades de elite do exército francês desembarcaram em Ouvea, matando 19 ativistas da FLNKS. Pelo menos três deles foram executados *depois* de terem se rendido e existe a suspeita de que outros 14 foram fuzilados. Até agora, ninguém foi acusado por esses crimes.

As tropas coloniais realizaram incursões em todas as aldeias do norte de Ouvea. A população da região denun-

ciou as tropas francesas por crimes de guerra, acusando-as de assassinato de prisioneiros e tortura em civis. Existem testemunhas que sustentam as denúncias do uso de tortura, seja através de choques elétricos, estrangulamento das vítimas até a perda da razão, longos plantões de pé, durante os quais os presos não recebem alimentos nem bebidas, confinamento de pessoas e simulação de fuzilamento.

Em junho de 1988, o presidente da FLNKS, Jean Marie Tjibaou, e Jaques Lafleur, líder da chamada Assembléia Popular Caledoniana para a República, que defende o *status quo* e se opõe tenazmente à independência, assinaram, em Paris, a Seção I do Acordo de Matignon, sob os auspícios do primeiro-ministro, Michel Rocard. O efeito imediato da assinatura do tratado foi o restabelecimento do governo direto da Nova Caledônia, desde Paris, a partir de julho deste ano.

A Seção II do Acordo estipula a adoção de medidas preparatórias para a votação da autodeterminação, em 1998, entre elas a suspensão do cadastramento de novos eleitores até aquela data, para evitar que a França continue inflando o número de votantes com o envio de novos colonos. O Acordo estabelece que o território do arquipélago será dividido em três regiões autônomas, das quais duas serão governadas por canaques. Os franceses se comprometeram a fornecer ajuda para o desenvolvimento e apoiar a formação de quadros dirigentes.

Rocard declarou que esse acordo permitiria formar uma elite nativa, tão vinculada à França, que optaria por manter o estatuto colonial.

Tjibaou aceitou o plano, antes que seu próprio partido, a União Caledônia (UC) tivesse tido tempo de examinar seu conteúdo. Obviamente o resto da coalizão agrupada na FLNKS, tampouco teve oportunidade de pronunciar-se sobre o tratado.

Em maio de 1989, Tjibaou e outro dirigente da FLNKS, Yeiwene Yeiwene, foram mortos a tiros por Djoubelly Wea, um líder tribal canaque, quando chegavam a Ouvea para participar de uma homenagem aos 19 mártires do massacre ocorrido um ano antes. ●

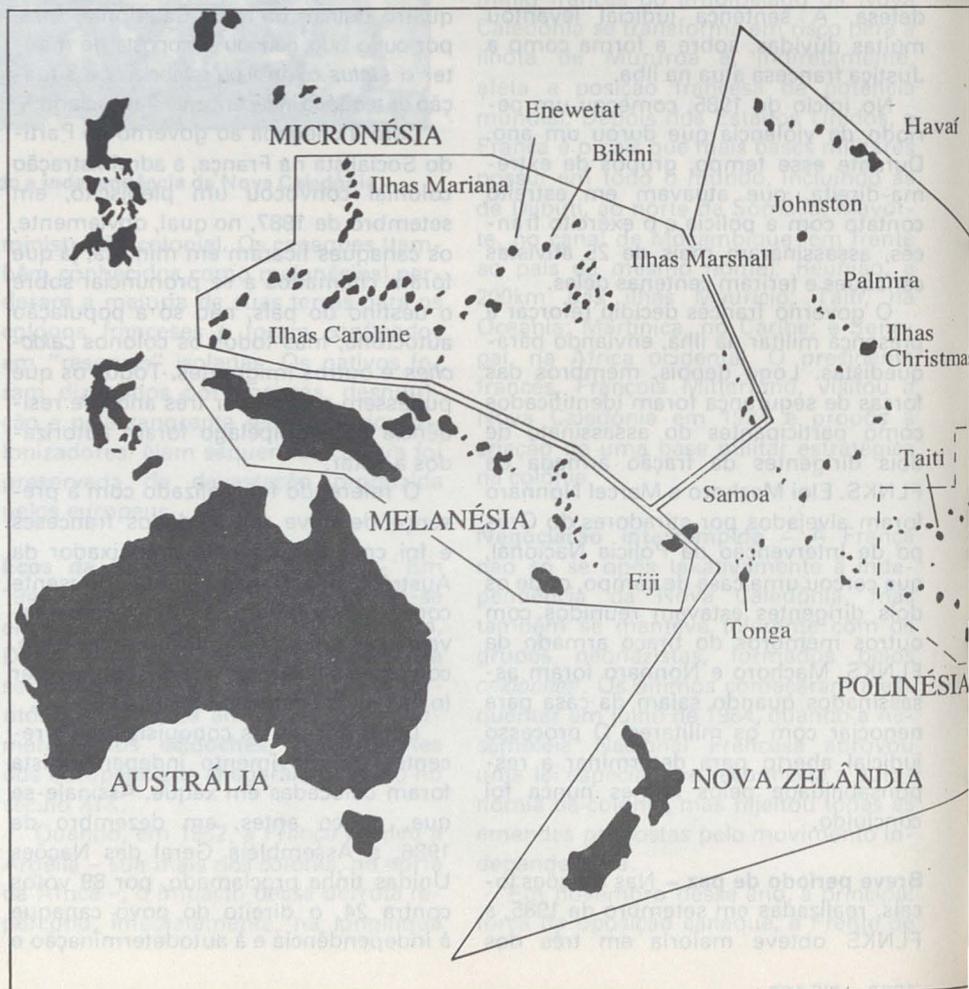
## Liberdade, Igualdade e Fraternidade?

**A política da França em relação às suas colônias da Oceania, que tem por objetivo assegurar a continuidade de suas experiências atômicas, contradiz abertamente os ideais da revolução de 1789**

O mundo testemunhou os recentes festejos, na França, dos 200 anos da revolução que levantou os ideais da sociedade moderna: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Paradoxalmente, no entanto, o governo socialista francês continua negando esses direitos a suas colônias. A política colonial francesa tem promovido o aumento da presença militar, operações de cará-

ter terrorista e violações dos direitos humanos.

O Taiti e as 129 ilhas e ilhotas que formam o arquipélago da Polinésia se converteram oficialmente em colônias francesas em 1880. O movimento pela independência no Taiti começou em 1949. Desde então, a França tem mantido uma prática sistemática de violação dos direitos humanos para aniquilar o



movimento em prol da independência.

Agora, a intransigência da França em negociar a independência das ilhas é explicada pela necessidade de manter esses territórios como bases de provas nucleares.

Em setembro de 1966, os franceses detonaram sua primeira bomba atômica na região, na ilha de Mururoa. A radiatividade liberada pela explosão afetou todo o oceano Pacífico a oeste do Taiti. Durante os oito anos seguintes, 40 bombas atômicas – incluindo cinco de hidrogênio – foram detonadas no Pacífico. Em 1975, Paris utilizou a ilha de Fangataufa para suas experiências atômicas, contra a vontade de todos os habitantes da região, em especial da Nova Zelândia, que se opõe terminantemente ao aumento da militarização da região.

Apesar dos protestos das nações do Pacífico, a França ratificou sua decisão de continuar utilizando as ilhas do ar-

quipélago da Polinésia para realizar provas nucleares. As explosões têm ocasionado uma série de problemas de longo prazo. Existem altos índices de radiatividade na atmosfera e as análises das camadas subterrâneas mostram um esgotamento da resistência do solo da ilha de Mururoa. Isso obrigou as autoridades francesas a transferir as provas para Fangataufa.

No Taiti, a economia tradicional foi destruída e substituída pela imposição de uma "economia nuclear". A ilha ficou totalmente dependente dos gastos militares franceses e de outros subsídios da metrópole. Fora o turismo, a economia do Taiti não tem outros recursos, a não ser os que provêm das operações militares francesas. A cultura da população polinésia, por sua vez, tem sido agredida pela presença de um fluxo anual de mais de dois mil estrangeiros.

**Segredo de Estado** – Os males causados à saúde da população por 20 anos de experiências nucleares realizadas na Polinésia "Francesa" se traduzem num crescente aumento dos casos de tumores cerebrais, leucemia e câncer da tireóide. Apesar das reiteradas reclamações da Assembléia Territorial, o governo francês se nega a aceitar a visita de uma comissão médica internacional para investigar a situação sanitária da população.

Mas esse é só um aspecto da política de "segredo de Estado" que a França pratica nessa questão. Desde que começaram os estudos para detectar possíveis incidências da radiatividade sobre a saúde humana, o governo francês se nega a publicar os resultados.

Apesar da luta pela independência que travam há 20 anos os partidos polinésios, todas as decisões importantes são tomadas pelo governo francês e implementadas por seu representante na região, o Alto Comissário, que representa diretamente o governo de Paris. Na prática, a França controla não só a política de relações exteriores e de defesa – como está previsto na legislação vigente –, mas também a Justiça, a polícia, os problemas de comércio exterior, a comunicação aérea e marítima, taxas de câmbio, política monetária, a área de educação e pesquisas.



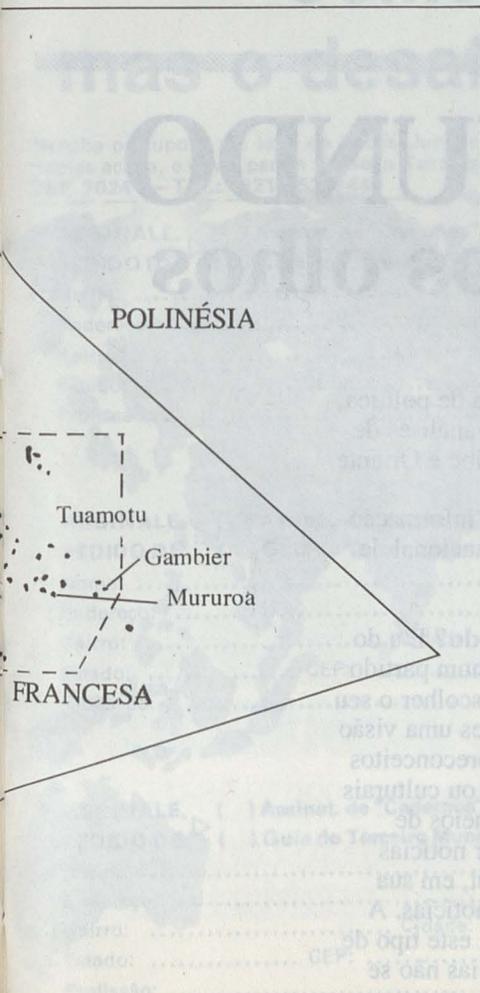
Teste nuclear: perigo para os polinésios

**Polinésios ou franceses?** – Um elemento importante da política colonial no Taiti é o seu esforço para transformar os polinésios em "franceses". O currículo escolar é exigido inteiramente em francês, excluindo a cultura e o idioma nativo. A educação começa aos três anos de idade, de tal forma que aos dez anos muitas crianças já adquiriram uma formação francesa que os predispõe a aceitar a existência do sistema colonial. Na realidade, nunca conheceram nada diferente.

Em julho de 1985, violando o direito internacional, a França afundou o navio "Rainbow Warrior" pertencente à organização pacifista internacional *Greenpeace*, quando estava ancorado no porto de Auckland, na Nova Zelândia. No atentado, morreu um membro de sua tripulação. O "Rainbow Warrior" estava na região para tentar impedir uma explosão nuclear francesa. Pouco depois, a polícia neozelandesa deteve dois agentes dos serviços secretos franceses, acusados do assassinato.

Os últimos eventos ocorridos em relação à questão nuclear na Polinésia, entretanto, beneficiam o governo francês. Em fevereiro deste ano, a resolução do Parlamento Europeu que exigia investigação imparcial sobre os efeitos, na atmosfera e na saúde da população, das provas atômicas em Mururoa foi derrotada por escassa margem de votos.

Teresa Apin



Consumer Lifelines: Ciguatera (No. 21/89)

MAP: JOCU



## **ASSIM CAMINHA**

Quinze de novembro de 1889. Quinze de novembro de 1989.  
No dia do Centenário da República, fazemos a primeira eleição direta para Presidente, nos últimos 30 anos. Completamos a transição para a Democracia.





## A DEMOCRACIA.

cia. A República é uma realidade, com o seu voto. Voto de cada um e de todos  
E que a voz da igualdade seja sempre a nossa voz.  
Viva a República! Viva o povo brasileiro!

REPÚBLICA



100 ANOS

**BRASIL. TUDO PELA DEMOCRACIA.**

# As promessas de Bush

Para convencer a Hungria e a Polônia das vantagens do sistema capitalista, os Estados Unidos prometem muito crédito e apoio financeiro, retirados da ajuda ao Terceiro Mundo

Pablo Piacentini

O trânsito do socialismo ao capitalismo da Polônia e da Hungria significará uma nova redução de ajuda e créditos para o Terceiro Mundo. As potências capitalistas, com os Estados Unidos à frente, assumiram os mais diferentes compromissos: desde a cooperação para aliviar a dívida do Terceiro Mundo e encaminhá-lo ao desenvolvimento, até o financiamento do oneroso retorno ao capitalismo por parte dos "elos frágeis" da área socialista. Porém, os recursos econômicos que seriam colocados a serviço de tantas ambições não primam pela quantidade.

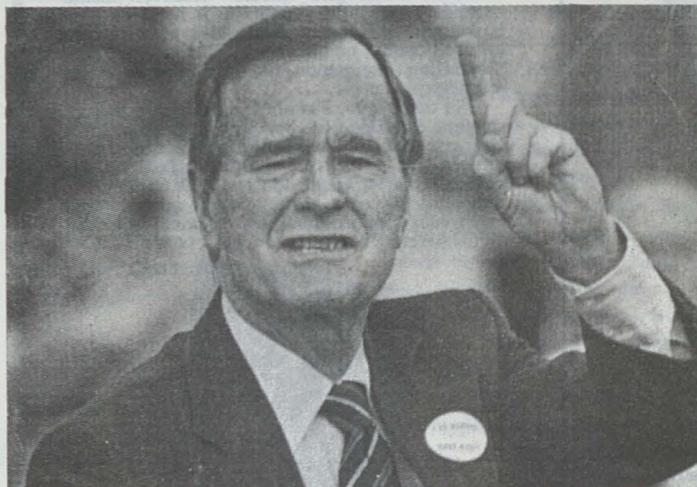
O convite a países como a Hungria e a Polônia para acelerarem a transição de um sistema para o outro é a última missão universal que assumiram o presidente Bush, seus colegas da Comunidade Econômica Européia-CEE e o Japão. Trata-se de uma manobra do mais alto nível, já que as vantagens e estímulos oferecidos a esses países se dirigem, indiretamente, à União Soviética e a todas as nações que possuem um sistema socialista.

Portanto, cabe supor que, para se livrar do pesadelo do comunismo, ou pelo menos tentar, os grandes expoentes do capitalismo se inclinariam, benevolmente, a uma generosa dotação de fundos especiais, destinados a um gigantesco programa de "tentativas" para provocar a reforma do socialismo real.

No entanto, quando se passa das declarações aos números, os fundos adi-

cionais não aparecem e se cai na suspeita de que novos compromissos seriam custeados, tirando recursos destinados aos compromissos precedentes. Algo assim como comprar duas mercadorias pelo preço de uma.

Essa econômica atitude foi se delineando no decorrer da assembléia anual do Fundo Monetário Internacional-FMI e do Banco Mundial, realizada em Washington, em fins de setembro passado. A real magnitude dos fundos ainda não é conhecida, mas, desde agora, pode-se prever que estará bem distante do necessário para satisfazer os



Bush: manobras de alto nível se dirigem à União Soviética

múltiplos, simultâneos e universais compromissos assumidos pelo comando superior do capitalismo.

**Aspectos positivos e insuficientes** – A solução do problema da dívida externa foi uma tarefa a que o governo de George Bush se propôs ao ocupar a Casa Branca, em janeiro do ano passado. O secretário do Tesouro, Nicholas Brady, delineou um plano que leva seu nome e implica o reconhecimento do

fracasso de seu antecessor, o "Plano Baker".

O "Plano Brady" continha novidades importantes, já que postulava a redução do montante dos débitos, junto com a diminuição das dívidas e a aplicação de políticas de ajuste. Reconhecia, também, que as dívidas eram um fardo intolerável para os países afetados.

Segundo o plano, o novo fluxo de créditos bancários aos países beneficiados facilitaria a saída da crise e a consequente transição para um desenvolvimento econômico sólido e sadio.

Os governos dos países endividados reconheceram as novidades e os aspectos positivos, em termos gerais, sem deixar de sublinhar suas insuficiências. A propósito da fórmula proposta para o México, que foi indicado como o país piloto do plano, observaram que a redução da carga equivaleria a cerca de um terço do total e que para diminuir o montante a um nível compatível com o crescimento econômico seria necessário eliminar a metade ou mais. Mesmo assim, se realizaram as negociações entre os representantes do México, dos banqueiros e do governo norte-americano.

Em 23 de julho, acendeu-se a luz verde. Depois de suportar fortes pressões por parte de Brady, os banqueiros tinham aceitado prazos que, segundo eles, haviam sido mais onerosos dos que os propostos ao iniciar as discussões. A fórmula continha três opções, que se definiriam numa segunda etapa: a redução do principal da dívida em 35%, a diminuição dos juros de forma equivalente ou a abertura de novas linhas de créditos.

Apesar dos banqueiros terem afirmado que tinham aceitado estas condições só no caso mexicano, e que as mesmas não se estenderiam a outros países, os analistas se inclinaram a pensar que o precedente criado terminaria se impondo. Acreditavam que as pressões políticas de Washington induziriam os banqueiros a aplicar o Plano Brady, com variantes, nos demais países.

Voltemos, agora, à assembléia do Fundo e do Banco Mundial, palco onde ocorreu a agitada reunião entre Brady e um grupo de proeminentes banqueiros norte-americanos. Ali, os banqueiros disseram em voz alta que a experiência mexicana tinha lhes custado muito caro (bancos como Chase Manhattan, o Citicorp e o Manufacturers Hannover tiveram que contabilizar como perdas 45% de seus créditos) e que não pensavam na possibilidade de novos empréstimos.

Isso significaria, em primeiro lugar, que para os bancos privados o caso mexicano começava e terminava nas fronteiras daquele país; em segundo, que os bancos prefeririam perder a ter que outorgar mais créditos. Seria o fim do Plano Brady, já que sem injeções de capitais a profunda crise das economias endividadadas não obteria alívio.

Entre os diferentes fatores dessa crise, se destacam o enorme custo do serviço da dívida e o paralelo corte de créditos. Como os países pagam muito e recebem pouco, se verifica uma drenagem de recursos dos países do Terceiro Mundo.

Isso quer dizer que, ainda havendo uma redução parcial da dívida, caso o fluxo de créditos não se renovasse, a crise continuaria por falta de capitais. Não parece fácil que o governo Bush possa persuadir os banqueiros a mudarem de postura. Com impecável lógica bancária, eles dizem que não se pode pedir que absorvam sozinhos as perdas e, ao mesmo tempo, concedam novos



Terceiro Mundo: sob ameaça de cortes nos créditos que seriam dados pelos países ricos

empréstimos que podem terminar significando mais perdas.

Aqui surge uma incógnita, que poderia deixar à mostra um ponto fraco, fatal para o Plano Brady. Ao apresentar sua política sobre a dívida, tanto o presidente norte-americano quanto seus colegas da Grã-Bretanha e da Alemanha Federal disseram que a solução não poderia ser encontrada com dinheiro dos contribuintes. Quer dizer, excluíram a participação de fundos oficiais.

Cabe aqui lembrar que os governos da França e da Espanha estudaram variantes que incluíam garantias para os bancos que outorgam créditos. Essas, obviamente, consistiriam em respaldos oficiais e, sobre essa base, os bancos estariam dispostos a dialogar.

Mas, o governo norte-americano ex-

Michel Camdessus (dir.), presidente do FMI e Barber Conable (BM): não a novos empréstimos



clui a possibilidade de dar garantias. O que equivale a ser parcimonioso com o seu próprio dinheiro e generoso com o dinheiro dos bancos. Levando em conta que os bancos não se destacam por sua generosidade, o Plano Brady está paralisado. Alguns dizem que está morto.

### Preocupação nos

**meios financeiros** – O afã de poupar do governo Bush também preocupa o FMI e o Banco Mundial. É conhecido o papel do FMI no sistema financeiro internacional e, em particular, nas situações de emergência provocadas pelas crises devedoras.

Teoricamente, o governo Bush propicia o fortalecimento do FMI. Na prática, porém, não é bem assim. O FMI está precisando de recursos e vem pedindo uma reposição de suas reservas que leve em conta suas necessidades e o fato de que desde a última fixação de suas quotas, em 1983, o crescimento da economia mundial atingiu 58%. Por isso, apoiado pelos países subdesenvolvidos, o Fundo pediu uma duplicação de suas quotas.

Entretanto, o governo norte-americano, respaldado pela Grã-Bretanha e pela Arábia Saudita, rejeita essa possibilidade e propôs um pequeno aumento. Essa quantia ainda não foi fixada, apesar de se falar em cerca de 35%. Na verdade, é evidente que o governo norte-americano quer conceder poucos fundos e que se tal atitude pode ser coerente com as dificuldades fiscais da superpotência, não ocorre o mesmo com seus propalados objetivos de reforçar o FMI.

Como se isso fosse pouco, os governos dos Estados Unidos, do Japão e a CEE reafirmaram seu compro-

misso de facilitar o trânsito da Polônia e da Hungria rumo a uma economia de mercado.

A "vocação" ocidental de reformar, ou se possível eliminar, o socialismo não   nova, mas essa missionária atitude recebeu agora um grande impulso com a recente forma o do primeiro governo não-comunista na Pol nia, presidido por Tadeusz Masowiechi, e com as perspectivas eleitorais da oposi o na Hungria.

Por sua vez, o ministro da Economia polonês está pedindo às potências ocidentais uma ajuda de 2,5 bilhões de dólares, só para curto prazo. A d vida externa polonesa   de 40 bilhões de dólares. Essas somas podem dar uma idéia do que custaria o caminho de transi o de um sistema para outro.

Mesmo esperando-se, que por motivos de vizinhança geográfica, os países da CEE participem de maneira importante nessas opera es, os Estados Unidos também deveriam conseguir fundos vultosos, entre outras razões, porque se colocaram como líder dessas mudanças.

Depois de sua espetacular visita   Hungria e   Pol nia, o presidente Bush pediu ao Congresso que aprovasse uma dota o de 120 milhões de dólares para esse último país. Não só os polone-



Baker (esq.) e Brady: propostas paliativas para o problema da d vida externa

ses julgaram ínfima a quantia, como também o próprio Comitê de Rela es Exteriores do Senado, que propôs a soma de 425 milhões de dólares. Sufocado pelo enorme déficit orçamentário da superpotência e pela urgência de cortar gastos, Bush terminou negociando com o Congresso uma ajuda de 200 milhões de dólares para a Pol nia.

Esse episódio serve para ilustrar quão poucos recursos as grandes potências destinam   coopera o econômica. Em rela o aos países socialistas, esse problema só está começando. Sabe-se que as potências ocidentais

condicionam os créditos e os investimentos em grande escala na Pol nia e na Hungria   garantia de que se ponham em execu o profundos programas de reforma econômica. Quando chegue esse momento, os Estados Unidos e seus aliados se verão obrigados a cumprir suas promessas.

De onde sairão os recursos? Os representantes do Terceiro Mundo prevêem que não haverá dota o de recursos adicionais em níveis significativos e, portanto, se congelar  ou reduzir  o montante da coopera o com os países subdesenvolvidos.

**México: uma experiência piloto que, segundo os banqueiros internacionais, tinha lhes custado muito caro**



Ainda que isso não ocorresse, parece difícil imaginar que Bush e seus aliados modifiquem sua política de não oferecer garantias aos bancos. E em consequência, não se vislumbra como poderia se persuadir os banqueiros a estender a aplica o do Plano Brady. Se se dissiparem as ilusões que suscitou o Plano Brady, a frente dos países devedores se agitar  e novamente propor  a moratória como resposta. O presidente Bush foi um pouco longe demais na hora de fazer promessas. ●

# Um jogo sem fronteiras

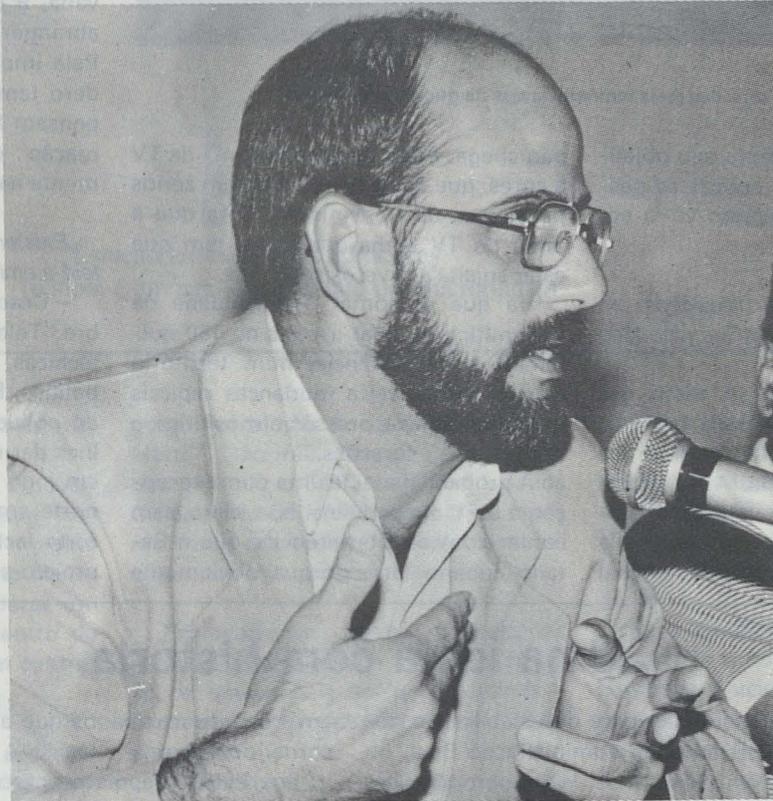
Com o objetivo de desestabilizar o governo cubano, como tentou com a chamada "Radio Martí", os Estados Unidos planejam colocar em funcionamento, neste início de ano, a estação de televisão "Tele-Martí"

Aldo Gamboa

Estacionado a pouco mais de 180 quilômetros do território cubano, um globo aerostático colocará um empecilho a mais nas relações entre os Estados Unidos e Cuba: o complexo sistema servirá para transmitir um canal de televisão com musicais, filmes, programas de auditório e noticiários, todos com a expressa intenção de desestabilizar o governo liderado por Fidel Castro. O projeto, cuja origem é antiga, constitui um triste marco na história da guerra psicológica, pois até o momento não se conheciam antecedentes da iniciativa de enviar sinais de TV, de um país a outro não-límitrofe, com o objetivo de desestabilizá-lo internamente.

Esse projeto milionário se soma à estação também chamada "Radio Martí", que de Miami envia ondas radiofônicas a Cuba, em aberto desrespeito a acordos internacionais. Pela violação que isso representa, Cuba desenvolve uma intensa ofensiva diplomática, na tentativa de obter respaldo e conseguir que o projeto seja repudiado internacionalmente.

O reconhecido especialista cubano em meios de comunicação, professor Vicente González Castro, falou a **terceiro mundo** sobre "Tele-Martí". Físico, pedagogo, autor de vários livros sobre teoria da comunicação e analista do papel da TV na sociedade moderna, González Castro diz que esse meio é, hoje



"Tele-Martí viola acordos internacionais assinados pelos EUA"

em dia, uma das mais temíveis armas da guerra psicológica.

*Como devemos entender esse novo projeto norte-americano de dirigir um meio de comunicação contra Cuba?*

— O problema deve ser abordado em dois níveis. Primeiro, devemos ter claro que se trata de uma iniciativa de guerra psicológica contra nosso país, que busca desorientar as pessoas, através de boatos, e criar um sentimento generalizado de incerteza.

O segundo aspecto talvez seja o mais importante: está se criando um perigo precedente na legislação internacional. Os direitos de radiodifusão são univer-

sais, e estão regulamentados e assegurados por convênios internacionais, baseados no respeito às ondas de frequência, aos canais internos e às faixas de transmissão. Os Estados Unidos assinaram todos esses convênios. "Tele-Martí", no entanto, os viola abertamente.

*Mas, nesse caso, por trás da violação dos acordos internacionais existem intenções políticas muito claras.*

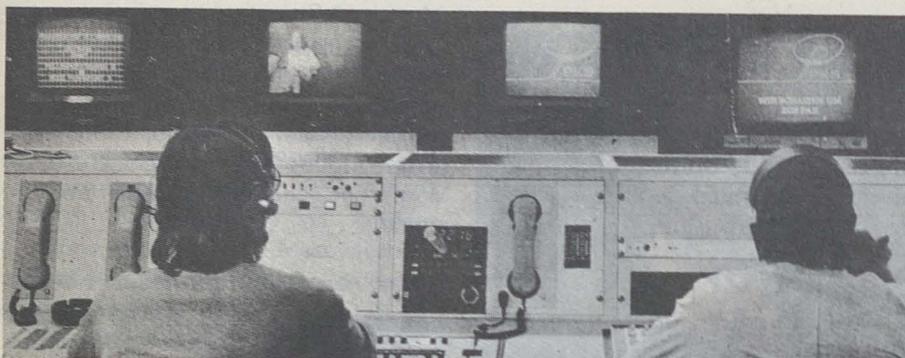
— É verdade. Os Estados Unidos justificam essa campanha perante a opinião pública mundial, dizendo que Cuba é um país repressivo. Na realidade, Cuba — como país e como sistema ideológico — já não teme tanto o efeito da guerra psicológica, porque conhece o antecedente da chamada "Radio Martí", que foi um fracasso.

*Por que a "Radio Martí" foi um fracasso?*

— Foi um fracasso porque não atingiu seu propósito de desestabilizar o

governo cubano. Foi um êxito nos Estados Unidos, já que serviu para unir os grupos contra-revolucionários de Miami. Nesse aspecto deu certo, mas em sua repercussão dentro de Cuba, não. Em meu país, ouvem a "Rádio Martí" os elementos mais reacionários, que iriam escutá-la de qualquer modo; os dissidentes mais agressivos (os menos agressivos não acreditam nessas mentiras), e, finalmente, alguma dona de casa, que gosta de melodramas e novelas de rádio. Não é um público que, do ponto de vista da guerra psicológica, justifique até agora os investimentos que se fizeram na "Radio Martí".

Portanto, é de se esperar que a "Te-



"A televisão é, hoje em dia, uma das mais temíveis armas da guerra psicológica"

le-Martí" tampouco cumpra seu objetivo. Mesmo porque são poucas as pessoas que terão condições de vê-la em nosso país.

*Onde está a principal dificuldade em captar o sinal da "Tele-Martí" em território cubano?*

– No aspecto técnico. A rádio usa ondas de transmissão esférica, que não têm que vencer obstáculos, nem se deterioram com a distância. A TV utiliza ondas frontais, que não vencem obstáculos. Se existe uma montanha entre a emissora e o aparelho receptor, o sinal

não chega. Além disso, o sistema de TV a cores, que se usa em Cuba, tem sérios problemas de transmissão. Para que a onda de TV tenha qualidade, tem que estar sujeita a severos controles.

Há que se somar a dificuldade de transmitir um sinal a mais de 180 quilômetros de distância, num território tropical suscetível a mudanças radicais de temperatura e pressão atmosférica, a frentes frias e furacões.

A probabilidade de uma ótima recepção é bastante pequena. Isso, claro, sem contar com as interferências que o Estado cubano fará, porque obviamente

não ficará com os braços cruzados.

*Para qual região do país o canal estará direcionado?*

– Estará dirigido, fundamentalmente, à região ocidental de Cuba. Isso se deve a um estudo da CIA, que definiu as zonas de maior interesse para eles, do ponto de vista ideológico. Abrange um espectro, em forma de leque, que tem Havana, a capital, no centro, e que deve abranger até o balneário de Varadero. Pela importância que a praia de Varadero tem para o turismo internacional, pensam fazer um trabalho de desinformação e contra-propaganda diretamente na zona.

*Existem informações sobre o perfil que terá a emissora?*

– Desde o início, as informações sobre "Tele-Martí" se referiam a questões técnicas, mas não ao tipo de discurso político. Eu penso que definir o conteúdo político da programação é o que vai lhes dar mais trabalho. Porque ali estão em jogo dois interesses: os do governo norte-americano – que tem que manter certa fachada internacional, para que o projeto seja o menos escandaloso pos-

## Uma idéia com história

A idéia de utilizar a televisão para desestabilizar o governo cubano não é privativa da administração Bush ou Reagan. Já em 1962, em plena Crise de Outubro, Edward Murrow, então diretor da Agência de Informação dos Estados Unidos-Usia, propôs ao presidente Kennedy enviar propaganda anticubana, através das ondas de Tv. Seu plano consistia em usar dois aviões DC-6, que sobrevoariam a uma altura superior aos 18 mil pés, ou seja, muito próximo ao espaço aéreo cubano. A proposta terminou sendo rejeitada.

Durante o governo Carter, o professor inglês Hugh Thomas voltou com uma proposta semelhante, projeto que foi retomado pelo catedrático George Chester, da Universidade de Maryland. Segundo essa proposta, era possível alcançar os receptores cubanos utilizando uma antena em Cayo Hueso, uma ilha próxima à península da Flórida. Naquela ocasião, o projeto tampouco prosperou.

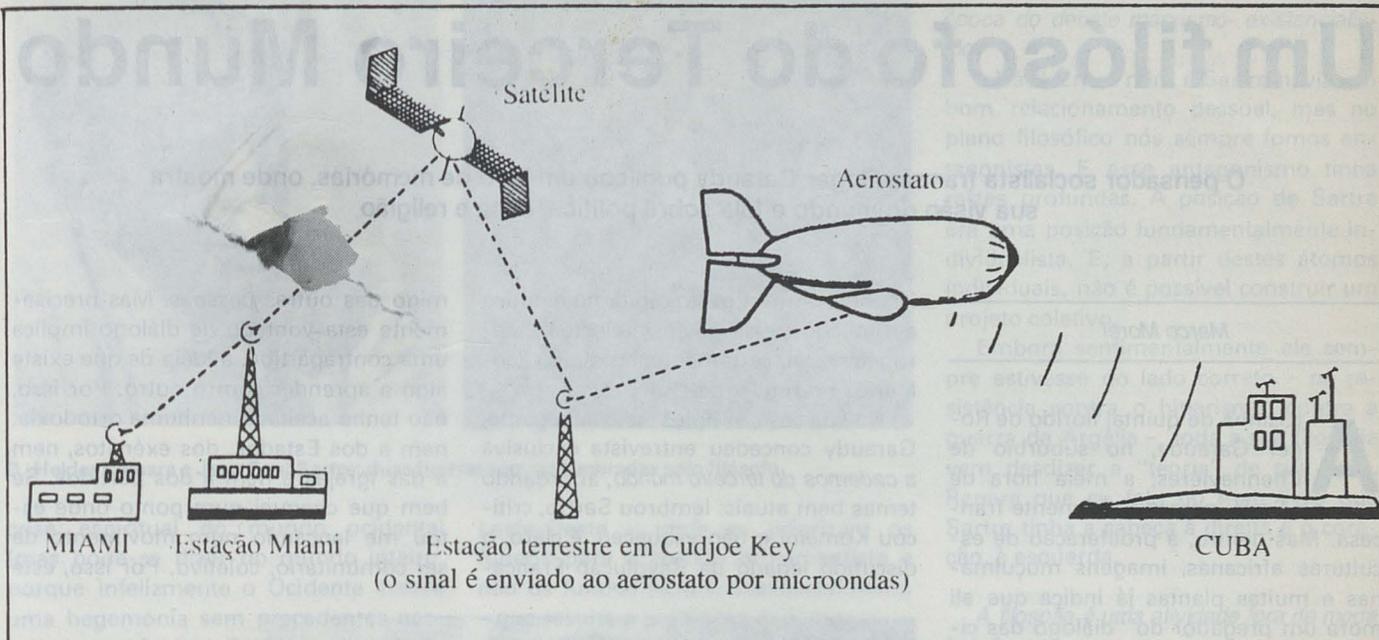
A primeira vez que o Congresso norte-americano discutiu a possibilidade de usar ondas de Tv contra o governo cubano foi no segundo semestre de 1985, quando analisou um plano apresentado em julho daquele ano pela Fundação Nacional Cubano-Americana, um organismo formado

em Miami por cubanos que abandonaram a ilha por discordar do regime.

Em 1988 – depois de percorrer estranhos caminhos e angariar apoios não menos complexos – o projeto ganhara forma e os especialistas se manifestaram pela utilização de um globo aerostático na zona de Cayo Cudjoe. O globo estaria localizado entre 10 e 14 mil pés de altura e portaria um transmissor de alta potência e uma antena orientada em direção a Havana (ver esquema). O plano foi apresentado ao Congresso como parte da Lei de Fundos de Operações do Departamento de Estado.

Após o triunfo de George Bush, "Tele-Martí" (nome do principal herói da independência cubana, José Martí, duro crítico dos Estados Unidos já no século passado) ganhou impulso. Em fevereiro de 1989, os senadores Connie Mack, Bob Graham e outros legisladores pediram 32 milhões de dólares para financiar o canal de Tv durante este ano e o próximo. Em maio desse mesmo ano, após passar pela Câmara dos Deputados, o plano foi aprovado pelo Subcomitê de Relações Exteriores do Senado.

\* Dados: *Teleagresión II*, Editorial José Martí, Havana, Cuba, 1989



sível – e os que defendem os contra-revolucionários mais virulentos.

Estes últimos, se pudessem, articulariam um discurso extremamente violento, cheio de agressões. Mas imagino que existe por parte do governo norte-americano a intenção de moderar um pouco a linguagem. Enfim, dentro do projeto se percebe que existem contradições.

*Inicialmente, houve marchas e contra-marchas sobre o uso dos anúncios publicitários como arma ideológica. Sabe-se o que foi decidido a respeito?*

– Disseram que não utilizarão anúncios comerciais, mas é estranho. Dentro da guerra psicológica, é de se supor que se a escassez de produtos em Cuba atormenta os cidadãos não-simpáticos à revolução – com um consumismo bastante desenvolvido, apesar de tudo – os anúncios comerciais serão um importante fator de desequilíbrio para nossa população.

Por outra parte, a dificuldade para veicular publicidade vem do fato de que ninguém em Cuba seria comprador do que se anuncia, e o objetivo do comerciante é vender. O interesse seria então político, no contexto da guerra psicológica.

Além disso, se não tem anúncios,

quem vai ajudar a sustentar a “Tele-Martí”? Não irão sustentá-la só com os milhões que o Congresso dos Estados Unidos lhes deu. Vão precisar de alguma fonte de receita. Portanto, é de se supor que incluam anúncios.

*Provavelmente, essas contradições que você aponta influam no tipo de discurso da emissora. A contra-propaganda – como incitação a boicotes ou greves – terá seu espaço?*

– Acredito que o perfil definitivo da “Tele-Martí” ainda não está muito bem definido. Anunciaram que será bastante imparcial quanto à linguagem, mas acho que as pressões são muito fortes. Teremos que ver como resolvem suas contradições internas.

*Você acredita que certos desentendimentos entre as partes interessadas nesse projeto possam dar chance a outras iniciativas desse tipo?*

– É muito possível, pelo que custa o sistema do globo aerostático. Esse sistema pode sustentar vários transmissores e não apenas um, porque são transmissores muito pequenos. Existem setores que estão pressionando muito para ter seu próprio espaço. É provável que essas emissoras clandestinas, pagando uma certa soma, possam ter

acesso a um dos transmissores e possam colocar em Cuba um segundo ou terceiro canal, no futuro. Está claro que a “Tele-Martí”, como experiência será só a primeira. Por isso, não pode ser permitida, porque abriria um precedente.

Essa emissora é um projeto inteligente. Por um lado, utilizam os grupos contra-revolucionários como cobaias, experimentando um dispositivo que pode deixar lições para serem utilizadas em outros lugares. Por outro, não são bobos e sabem que de todos nossos meios de comunicação, o mais vulnerável é a TV.

*Quais são os principais convênios internacionais que regulamentam as transmissões de rádio e televisão?*

– Fundamentalmente, os convênios da Associação Internacional de Rádio e TV, e os acordos do uso do espectro radioelétrico. Mas, os Estados Unidos desconhecem todos. É precisamente nesse ponto que Cuba está baseando a primeira parte da campanha de denúncia do projeto, a nível diplomático. Os povos de todos os países do mundo devem saber que se trata de uma violação elementar dos Estados Unidos contra nosso país. E essa transgressão deve ser condenada com firmeza. •

# Um filósofo do Terceiro Mundo

O pensador socialista francês Roger Garaudy publicou um livro de memórias, onde mostra sua visão do mundo e fala sobre política, ética e religião

Marco Morel

**A** casinha de quintal florido de Roger Garaudy, no subúrbio de Chennevières, a meia hora de trem de Paris, parece tipicamente francesa. Mas dentro, a proliferação de esculturas africanas, imagens muçulmanas e muitas plantas já indica que ali mora um pregador do "diálogo das civilizações". Até o Brasil está presente: o anfitrião mostra, orgulhoso, seu retrato feito por Portinari, ocupando lugar de destaque na sala de estar.

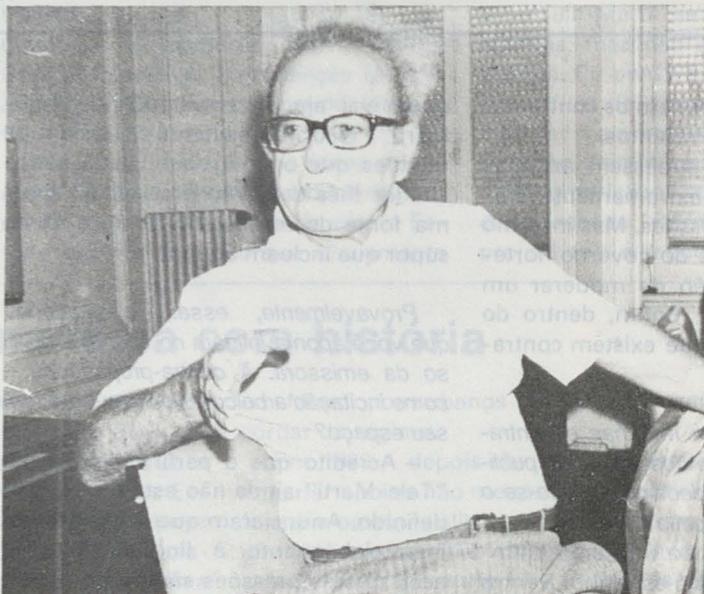
Seu livro de memórias acaba de ser lançado na França: *Mon tour du siècle en solitaire*, Éditions Robert Laffont. Nele há muitas referências ao Brasil e a brasileiros, com destaque para d. Helder Câmara, sem falar de personagens de outros países, que vão de Stalin a Nasser, de De Gaulle a Fidel Castro, de Bachelard a Sartre, de Neruda a Picasso. Mas o livro é ainda inédito na língua portuguesa.

Garaudy é um sobrevivente da geração de filósofos franceses que marcou época – a mesma de Sartre. Sua trajetória é conhecida através dos livros que tem publicado, vários traduzidos no Brasil. Durante três décadas, no pós-guerra, foi o principal teórico do Partido Comunista Francês, onde sempre defendeu o diálogo entre cristãos e marxistas. Em maio de 1968, contrariando as posições do partido, aproximou-se das manifestações estudantis. Dois anos depois, as divergências se aprofundaram e ele saiu do PCF, numa decisão que provocou inúmeros comentários.

Desde então, viaja intensamente pelo mundo, em busca do diálogo das civilizações. Em 1982, como ele mesmo disse, carregando a Bíblia numa mão e "O Capital" de Marx na outra, abraçou o

islamismo, num gesto ainda hoje pouco assimilado pelas elites intelectuais europeias. Daí, certamente, a palavra "solitário" no seu livro de memórias.

Na sua casa, simples e aconchegante, Garaudy concedeu entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo*, abordando temas bem atuais: lembrou Sartre, criticou Komeini e não esqueceu, é claro, o discutido legado da Revolução France-



Roger Garaudy mostra em suas memórias sua atual visão do mundo

sa. Sentado numa poltrona na sua biblioteca, Garaudy pediu, ao final da conversa, que seu entrevistador brasileiro levasse em mãos uma carta para d. Helder Câmara. Nada mais natural, pois, no decorrer da conversa, o filósofo francês deixou claro que vê o mundo com os olhos do Terceiro Mundo.

*No seu livro de memórias, qual o sentido da palavra "solitário" no título?*

– Solitário não quer dizer que esteja retirado do mundo. Ao contrário, todo o livro é uma série de diálogos, onde eu busco mostrar tudo o que eu trago co-

migo das outras pessoas. Mas precisamente esta vontade de diálogo implica uma contrapartida, a idéia de que existe algo a aprender com o outro. Por isso, não tenho aceitado nenhuma ortodoxia: nem a dos Estados, dos exércitos, nem a das igrejas e nem a dos partidos. Se bem que cheguei num ponto onde estou me lançando num movimento de ser comunitário, coletivo. Por isso, este

giro pelo século tem sido solitário.

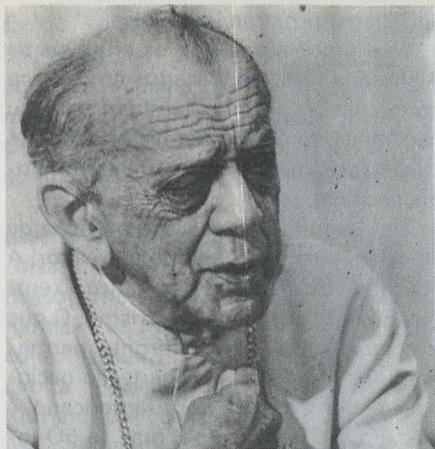
*Não é uma forma de individualismo?*

– De modo nenhum! Ao contrário. Eu sempre sonho estar *com*. Mas, infelizmente, essa posição, precisamente porque aceita repensar suas próprias convicções, se coloca em oposição a todas as ortodoxias, quaisquer que elas sejam. Hoje, minha convicção é o Islã.

*Você identifica uma onda de ceticismo e desesperança na cultura ocidental contemporânea?*

– O que me parece característico da





D. Helder Câmara e Jean Paul Sartre: duas figuras sempre lembradas pelo filósofo

crise espiritual do mundo ocidental (mas pode-se dizer do mundo inteiro, porque infelizmente o Ocidente exerce uma hegemonia sem precedentes nestes cinco séculos) é que este mundo perdeu o senso de totalidade, de unidade. Quer dizer, perdeu seu centro e seu senso. Nas cidades gregas, o homem sentia bem a presença da totalidade, onde ele era um elemento. Com a decomposição do Império Romano, esta totalidade desaparece. Cada indivíduo fica entregue a si mesmo e reina o caos.

Nas sociedades contemporâneas, eu tenho a impressão de que vivemos algo parecido à decadência do Império Romano. Quer dizer, é um momento de desintegração.

Atualmente, os frigoríficos da Europa transbordam de manteiga e de carne. Limitam-se as plantações de trigo nos Estados Unidos. E no Terceiro Mundo, em 1988, soubemos que 50 milhões de seres humanos morreram de fome ou de desnutrição. É um exemplo típico dessa desintegração.

As recentes discussões dos países mais ricos do mundo sobre a dívida do Terceiro Mundo mostram o quanto essa desintegração tem ganhado terreno. E no plano das relações Leste-Oeste, estas estão se restabelecendo, pois os países do Leste têm mais a dar do que os países do Terceiro Mundo... Mas ainda não é uma unidade; podemos chamar isso de "equilíbrio do terror". Ou seja, ainda existe a possibilidade de destruição mútua. Essa possibilidade é uma loucura. E é dessas formas de relação

Leste-Oeste – onde se priorizam os fundos para a corrida armamentista e não os fundos para o desenvolvimento – que resulta o problema da fome.

Existe a possibilidade de destruição, sim, somada à ausência de projetos. O que me afeta hoje no mundo ocidental é a ausência de projetos. A ação dos indivíduos, como a dos Estados, é determinada exclusivamente por relações de mercado, pelo choque de interesses entre milhões de forças individuais, grupos, nações, com características anárquicas, caóticas. E a resultante é algo que ninguém queria. Daí o caos em que estamos vivendo.

*E quais os suportes filosóficos desta "visão de mundo" ocidental?*

– Minha preocupação principal é mostrar este caos, que se expressa no plano filosófico e espiritual quando Albert Camus disse que o mundo é um absurdo, que não tinha sentido. É um reflexo da realidade. Quando Sartre dizia que a vida é uma paixão inútil também refletia esse caos. O mesmo podemos dizer do senhor Jacques Monod, quando, no seu célebre livro, "O acaso e a necessidade", mostra que o mundo só é dominado pela necessidade e pelo acaso.

Me parece que esta é a característica espiritual da nossa época. Em todo o meu livro *Mon tour du siècle em solitaire*, eu me esforço em mostrar quais são as possibilidades de lutar contra o *non sense*.

*Neste seu livro de memórias você fala de Sartre. Será que hoje as suas posições*

*estão mais próximas das dele do que na época do debate marxismo-existencialismo?*

– Não! Entre mim e Sartre havia um bom relacionamento pessoal, mas no plano filosófico nós sempre fomos antagonistas. E esse antagonismo tinha raízes profundas. A posição de Sartre era uma posição fundamentalmente individualista. E, a partir destes átomos individuais, não é possível construir um projeto coletivo.

Embora sentimentalmente ele sempre estivesse do lado correto – na resistência contra o hitlerismo, contra a guerra da Argélia –, toda a sua filosofia vem desdizer a "teoria" de sua ação. Repare que eu falo no meu livro que Sartre tinha a cabeça à direita e o coração, à esquerda.

*A filosofia é uma atividade fora de moda hoje?*

– Eu digo francamente: hoje em dia, não há filósofos nem filosofia. Estes que se auto-intitulam de "novos filósofos" não trazem nenhuma parcela de novidades, nem de filosofia. Eu creio que a filosofia hoje em dia tornou-se uma atividade marginal, que não tem eficácia alguma sobre o mundo. Por razões que me parecem evidentes.

Quando a filosofia teve alguma importância? Infelizmente, quando olhamos a História do Ocidente, observamos que ela teve alguma importância quando refletiu uma situação de fato. Por exemplo, no século XVIII: é verdade que a filosofia teve um papel de mobilização. Não de massas, mas pelo menos dos intelectuais. Mas ela mobilizou em torno de que idéias? Em torno do individualismo que a Revolução Francesa gerou.

*Qual a sua posição diante do tão festejado legado das idéias da Revolução Francesa?*

– São raros os exemplos onde os intelectuais e a filosofia desempenharam um papel político, ao mesmo tempo lúcido e cínico. Penso, em particular, no maior destes filósofos franceses do século XVIII, Diderot, que deu a regra do que seria a linha de conduta da Revolução Francesa. Num artigo de sua Enciclopédia, que se chama "Representan-

tes" (refere-se aos representantes nas assembleias parlamentares), Diderot escreveu: "Só o proprietário é cidadão". É exatamente isso o que está expresso na primeira Constituição francesa. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão diz que todos os homens nascem livres e iguais, mas em seguida elimina este postulado, chamando de "cidadão passivo" todos os que não dispõem de propriedades, quer dizer, a maioria dos franceses.

*Este, então, é o legado filosófico ocidental...*

- Creio que a filosofia só se coloca em ressonância com a realidade para refleti-la, não para orientá-la. Da minha parte, eu não acredito no papel da filosofia. Vejo que, para mobilizar os espíritos, são muito mais importantes as religiões do que a filosofia. Lutero teve muito mais importância que Robespierre. O homem que está na origem de toda a ordem capitalista atual não é Robespierre, é Lutero. É Calvino quem primeiro reconhece a legitimidade do lucro. É a origem - Max Weber bem o demonstrou - do capitalismo moderno.

Foram essas idéias, por exemplo, que proporcionaram aos países protestantes do Norte um avanço sobre os países católicos do Sul, que ficaram cercados pela condenação da usura. Eu não compartilho as teses weberianas, mas é verdade que a ideologia protestante contribuiu muito para o desenvolvimento do capitalismo, embora seja mais um reflexo do que uma orientação.

Se nós olhamos a história de longe, percebemos que, ao longo de milênios, as grandes revoluções foram revoluções religiosas. Penso em particular no Islã. Em geral, se esquece que o Islã representou uma grande revolução social.

*Há frequentemente uma imagem conservadora do islamismo.*

- O Islã foi o contraponto da concepção romana da propriedade - caracterizada pelo direito de usar e abusar -, o contraponto do sistema feudal, que atribuía um direito divino ao príncipe e ao feudo. O Islã não compartilha desses pontos de vista, pois ele dá a terra a quem trabalha nas sociedades agrícolas.

O princípio islamita fundamental é

que só Deus possui e, por consequência, a propriedade do homem é relativa. Se o homem não faz frutificar sua propriedade, ela pode lhe ser tomada. Esta relativização da propriedade foi o que fez o sucesso do Islã nos países feudais, como o Irã daquela época, a antiga Pérsia. Ou em países como a Espanha, dominada por reis visigodos. É um exemplo bem claro do papel que pode ter a fé religiosa no movimento real das massas. Uma lugar que a filosofia jamais alcançou.

*Sua tese é a de que o discurso religioso fala à totalidade do homem e o discurso político é apenas racional?*

**"Os militares durante toda a história jamais fizeram história. Penso que todas as ditaduras militares são catastróficas para os povos. É próprio da estrutura militar não permitir nenhuma iniciativa privada. Tudo vem do alto e uma pessoa, na base, não tem voz. É o tipo de sociedade que bloqueia todas as estruturas sociais. Por isso, em princípio, o regime militar é sempre ruim."**

- Não, eu vejo que o discurso político atual não apela à razão, ele se vale de mitologias. Penso na mitologia nacional. Por exemplo: a idéia de nação é uma noção inventada pelo Ocidente e que foi exportada. Penso na África. Se você olhar, as fronteiras dos Estados africanos são as que foram decididas pelo Congresso de Berlim, em 1885. Na América Latina, as fronteiras dos Estados correspondem, a grosso modo, à divisão dos vice-reinados e capitânias gerais de Portugal e Espanha. O Tratado de Tordesilhas dividiu o mundo entre portugueses e espanhóis.

*Você tem criticado a idéia de nação. Por quê?*

- Na França ela significa que uma nação é um mercado protegido por seu Estado e pelas forças armadas e justificada por uma mitologia nacional. Mesmo a história de Michelet<sup>1</sup> busca a crença no nacionalismo moderno. Quer dizer: a França existia antes dos franceses! E o nacionalismo alemão é a mesma

coisa, uma projeção ideológica.

Não é por acaso que os arquivos da Alemanha foram publicados no começo do século XIX, como também ocorreu na França, onde muitos historiadores a partir dessa época criaram esta mitologia nacional.

Um segundo exemplo é a noção de liberdade: é a liberdade do mercador. A liberdade de possuir. Dou outro exemplo: quando se fala de terrorismo. O que é o terrorismo? Um confronto permanente com as lutas de libertação nacional. Se um banco norte-americano é atacado, é "terrorismo", mas se 50 jovens são massacrados em Túnis, é a "luta contra o terrorismo". Se um diplomata israelense é tocado no ombro por um palestino, é "terrorismo". Se o Estado de Israel invade o Líbano em represália e faz mil mortos, é a "luta contra o terrorismo". Vimos que chamam de "terrorismo" a violência artesanal e de "luta contra o terrorismo" uma violência mil vezes mais forte.

D. Helder Câmara, na sua "Espirial da Violência", explicou bem isso, distinguindo a violência institucional, a injustiça, da violência revolucionária, que se dirige contra a primeira. É a violência repressiva que vai contra a revolucionária. Hipocrisia é chamar violência somente a segunda, a revolucionária, e esquecer a institucional, que foi a primeira delas.

*Quando se fala de "violência institucional", se tende a pensar em governos militares. Como situa o papel das forças armadas na sociedade moderna?*

- Os militares durante toda a história jamais fizeram história. Dou um exemplo típico: a ditadura de Napoleão. Quando ele acabou seu reinado, deixou uma França menor e muito mais descreditada do que encontrou. Penso que todas as ditaduras militares são catastróficas para os povos. Seja um coronel grego, argentino ou brasileiro...

É próprio da estrutura militar não permitir nenhuma iniciativa privada. É uma estrutura onde tudo vem do alto e uma pessoa, na base, não tem voz. É exatamente o tipo de sociedade que bloqueia todas as estruturas sociais, em todas as épocas e regimes. Em princípio, um regime militar é sempre ruim.

Existe preconceito, do ponto de vista ocidental, contra o regime iraniano? Como você viu o caso Rushdie?

– Penso que é preciso distinguir as coisas. Tudo se passou na propaganda da mídia como se, para criticar a posição de Komeini (de condenar Rushdie à morte), fosse preciso exaltar o seu livro, como um ato de defesa do humanismo, da arte...

“Versos satânicos” é um livro feito com espírito de “cruzada”. Existiram muitos livros assim durante esse século. Num de meus artigos, eu lembrava que eles podiam muito bem dizer que o Profeta (Maomé) é totalmente nefasto, como podem dizer que “isso não me importa”. Em diversos momentos históricos, como na Espanha, apareceram livros desta linha, num espírito de “cruzada” contra o Islã.

É uma operação puramente política. Deram para esse livro um adiantamento de 800 mil libras esterlinas. Fazem a mesma coisa com as memórias de Reagan, que serviram à propaganda do Partido Republicano dos Estados Unidos. Mas jamais fariam isso com um livro literário. Nenhum editor daria tal adiantamento para um romancista.

Em segundo lugar, há a condição da blasfêmia, que é considerada em todas as sociedades onde há religião do tipo abraâmico (judeus, cristãos e muçulmanos) como o crime maior, o crime contra o Espírito. Mas qual é a sanção? Na tradição judaica, no Torah, no Levítico mais exatamente, se diz que o blasfemador deve ser morto onde ele se encontrar, no país ou no exterior. No Evangelho, segundo São Mateus, se diz que é o crime maior e que Deus punirá o blasfemador neste mundo e no outro. O Corão não usa a forma levítica, mas a do Evangelho: “Deus punirá neste mundo e no outro”. Mas acrescenta: “Só a Deus cabe o julgamento”.



“O Islã foi o contraponto do sistema feudal em sua concepção romana”

Na tradição muçulmana, é verdade, que se mata o blasfemador. Mas Komeini em seu apelo se referia a uma tradição e não ao Corão. Por isso eu digo que esse apelo é inaceitável para um muçulmano. Eu respeito muito a tradição, mas quando ela fica em oposição à Revelação, eu prefiro a Revelação. E,

é encontrar o sentido. O mar é o símbolo desta unidade. O mar é talvez a imagem mais clara que a física contemporânea nos apresenta.

Durante séculos, durante milênios, sobretudo no Ocidente, se considerava o mundo feito de tijolos separados, como os átomos, etc. E justamente De-

por isso, protesto com veemência contra tal apelo.

Seu livro de memórias começa com o barulho do mar. Ainda hoje você escuta o mar?

– Sim. Porque o mar é um símbolo, eu diria, agnóstico. É a presença do infinito em nós. É próprio do agnosticismo procurar na consciência de si a presença de Deus e a presença do mundo. E ver a unidade disto tudo

## A fascinação pela Ameríndia

“A fascinação pela Ameríndia, eu não a experimentei somente através dos livros sagrados dos maias, do Popol Vuh (restaurado no seu esplendor primeiro pelo índio Chavez), ou da epopéia da resistência indígena durante cinco séculos, resgatada pelo historiador índio Raynaga, ou através do encontro clandestino na Amazônia, em 1949, com Carlos Prestes, ‘o cavaleiro da esperança’.

“Esta fascinação eu também senti através das vozes dos profetas cristãos denunciando o genocídio travestido de ‘evangelização’: Matolinos, o bispo Bartolomé de Las Casas e seus sucessores hoje: d. Helder Câmara – meu irmão há vinte anos – e o padre Gutiérrez, primeiro autor de uma ‘Teologia da Libertação’.

“De Paulo Freire, exilado em Genebra, senti o calor humano de sua pedagogia dos oprimidos e sua educação da liberdade. Também me impressionaram o México, atravessado por Pablo Neruda; o Brasil, visto por Portinari, pintor da miséria das crianças de Brodóski e as análises de Josué de Castro e de sua ‘Geografia da Fome’.”(p.424)

“Estamos no fundo do meu jardim. Sartre não começou a conversa com suas banalidades habituais. Não por falta de cortesia, porque esta não existia para ele. Eu queria lhe dizer o que eu remoia entre os dentes: ‘As castanheiras de Bouville, em *A náusea*, não existem sem a presença de Roquetin’. Mas não queria me perder em caminhos transversais”. (p.181)\*

\*Traduzido do original em francês de Roger Garaudy, “Mon tour du siècle en solitaire”

cartes, nos séculos XVIII e XIX, afirmou que o mundo era feito destas unidades. Isto se traduziu no plano moral pelo individualismo, pela idéia de que o indivíduo é uma pequena realidade isolada. Ora, a física contemporânea destruiu a idéia do átomo – tradução latina do conceito grego *atomos*, que não quer dizer cortado, mas sim *indivíduus* (“indivisível”). Isto é, justamente o contrário: o que não pode ser separado.

Na minha opinião, este atomismo no plano da física e este individualismo no plano moral e político são completamente refutados pela física moderna. Ela nos mostra que não existem partículas, mas apenas imagens. Trata-se de um oceano de energia sem margem. E cada partícula ou zona é habitada por todo o resto do mundo. Cada partícula traz em si o mundo todo.

No plano político, o indivíduo é uma noção abstrata, criada no século XVIII. Somos produtos de uma cultura, de uma função. E só é possível escapar a esse determinismo na medida em que

somos capazes de aceitar uma visão unitária. É a regra moral fundamental. É o que permite condenar toda espécie de nacionalismo, a idéia de que a Europa é uma invenção isolada do resto do mundo.

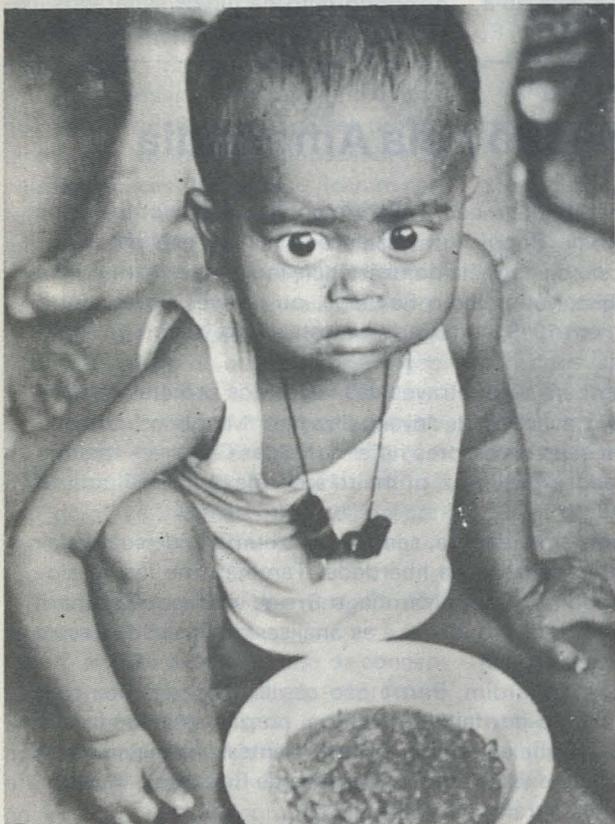
Tudo que não é “universalizável” é ruim. Kant já tinha uma primeira visão destas coisas quando dizia: “Agir de tal maneira, que a lei de sua ação possa ser uma lei universal”.

*Esta é a sua visão de mundo?*

– Sim, este é o meu ponto de vista. É uma condenação radical deste mundo, tal qual nos foi legado. Falei de nacionalismo porque hoje nenhum problema pode ser resolvido no quadro nacional. O problema econômico, por exemplo: se há um *crack* na Bolsa de Nova Iorque, nós sofremos imediatamente as consequências. Do ponto de vista ecológico: se no Brasil destroem a floresta amazônica, nós ficaremos grelhados como frango na brasa. Do ponto de vista da comunicação: a televisão não

permite que o homem fique isolado, para bem ou para mal (considero que, sobretudo, para mal, porque difunde modos de comportamento que não são os da sua pequena comunidade).

Do ponto de vista militar, a idéia de bases submarinas, bases militares, é um absurdo, pois existe a possibilidade de uma destruição global. O armamentismo é um problema insolúvel do ponto de vista nacional. É por isso que esta visão ampla aparece hoje como uma idéia reguladora de todas as políticas, de todas as ciências, de toda a moral. ●



“Os frigoríficos da Europa transbordam de carne, enquanto no Terceiro Mundo morrem por ano 50 milhões de pessoas de fome”

<sup>1</sup> Refere-se ao historiador francês Jules Michelet (1798-1874), que traduziu em seus trabalhos os ideais democráticos da Revolução Francesa e, mais especialmente, os antecedentes de sua lenta fermentação na Idade Média

**Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional**

**Diretor Geral:** Nelva Moreira  
**Diretor Geral Adjunto:** Pablo Placentini  
**Editora:** Beatriz Bissio  
**Sub-editores:** Roberto Remo Bissio, Procópio Mineiro

**Conselho Editorial Internacional:** Darcy Ribelro, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somavia

**Redação Permanente:** Nereida Daudt (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

**Correspondentes:** Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quinco (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Aldo Gamboa (Cuba), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

**Colaboradores:** Adrián Soto (Finlândia), Alberto Mariani (Suíça), Artur Poerner (Brasil), Ash Narali Roy (Índia), A.W. Singham (Sri Lanka), Angel Ruocco (Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos Castilho (Brasil), Carlos Nfiez (Uruguai), Cedric Belfrage (México), Fernando Molina (México), Gérard Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Selser (México), Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai), Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbert de Souza (Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor (Brasil), M. Venugopala Rao (Índia), Marcela Otero (Chile), Mario de Cautín (México), Mia Couto (Moçambique), Nils Castro (Panamá), Philipp Smucker (Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger Rumrill (Peru), Theotônio dos Santos (Brasil), Medea Benjamin (Estados Unidos), Juan Carlos Gumuclo (Líbano) e Adam Keller (Israel).

**Departamento de Arte:** Pedro Toste (editor), Diagramadores: Reginaldo Caxias, Dayse Vitoria, Acompanhamento Gráfico: Adérito Gusmão, Centro de Documentação: Maria Helena Falcão (diretora), Angelica Campello de Oliveira, Walmyr Peixoto da Silva, Isabel Falcão, Roberto de Oliveira Bastos, Yara Alexandrino R. C. Menezes, Administração do Banco de Dados: Raimundo José Macário Costa, Composição e Digitação: Luzia A. Neiva e Lidio Marinho P. Luna, Secretária de Redação: Jozira Salgado Santos, Revisão: Cléia Márcia Soares, Administração: Henrique Menezes, Comercial: Rafael Peres B. Filho, Circulação e Assinaturas: Mauro Mendes – Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 104-105 – Tel. Assinaturas: 252-7440.

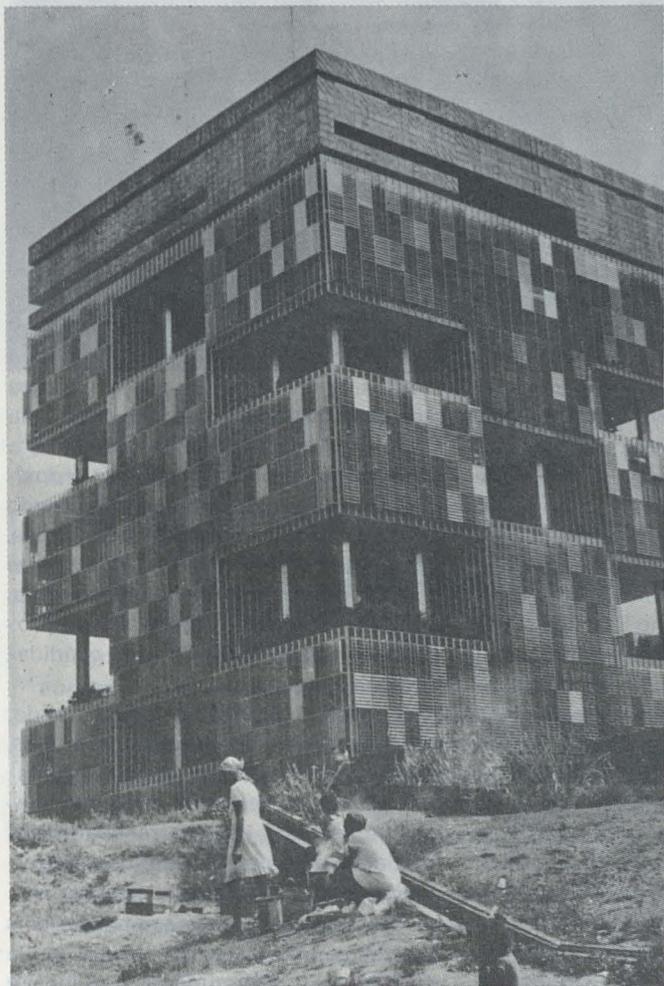
**EDIÇÕES REGIONAIS:**  
● Edição em Português:  
**Diretor:** Nelva Moreira/**Editores:** Procópio Mineiro e Claudia Neiva. **Sucursais:** Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia)

**Sede de Lisboa:**  
**Diretor:** Artur Baptista  
Tricontinental Editora Ltda. – Calçada do Combro, 10 / 1º andar – Lisboa, 1, 200  
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

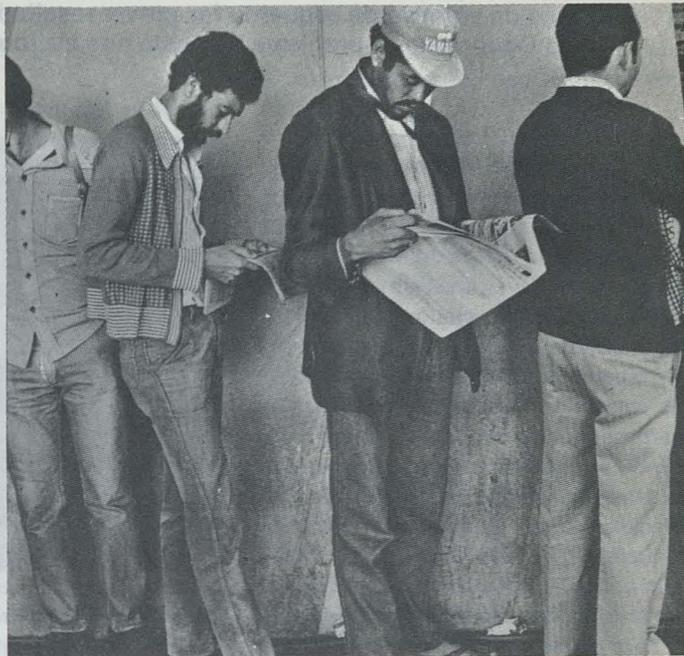
● Edição em Espanhol  
**Sucursal do Rio da Prata / Cone Sul**  
**Diretor:** Roberto Bissio  
**Assinaturas:** A.C.U. S/A: Miguel del Corro 1461/ Tel.: 49-61-92 Montevideu, Uruguai – **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esp. Ciudadela

**Distribuição na Argentina (em livrarias):** Ediciones Colihue – Buenos Aires – Argentina  
● Edição em Inglês:  
**Editor:** Bill Hinchberger/**Editor Adjunto:** Roberto Raposo./**Assinaturas e Circulação Externa:** Andréa Moutinho da Costa Santos.  
Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 – CEP: 20241 – Rio de Janeiro / Brasil – Tels. 222-1370/242-1957 – Telex: (021) 33054 CTMB-BR  
cADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (InterPress Service), ALASEI (México), PANAPRESS (Panamá), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFÁ (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Itália-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current, EUA. **Fotos:** Agence France Press (AFP).  
ISSN – 0101-7993  
**Capa:** Pedro Toste  
**Arte final – Capa:** Adérito Gusmão

# SUPLEMENTO BRASIL



O imponente prédio da Petrobrás reflete o conceito da estatal, que, em menos de 40 anos, tornou-se uma alavanca do progresso nacional e uma das maiores empresas do setor, no mundo. Mas, hoje, a Petrobrás (p. 65) vive sob graves riscos



As reformas exigidas pelo país (p. 51) devem fixar como objetivo e prioridade o bem-estar social, que começa pela garantia de emprego, estende-se a salários com poder de compra e prevê uma economia estabilizada



A cada início de ano, os exames vestibulares lançam o pânico entre centenas de milhares de estudantes, que são reprovados, em sua imensa maioria, atestando as distorções do ensino médio. (p. 59)

# 1990: Uma nova

O avanço da votação da esquerda faz prever resultados surpreendentes nas eleições para governadores e o Congresso. O problema não está nos eleitores, mas na unidade dos partidos progressistas

Neiva Moreira

Um velho amigo do Maranhão me comentava, após uma das muitas derrotas eleitorais das forças democráticas, ainda incapazes de romper o cerco da oligarquia regional: "Estou cansado de vitórias morais". Lamentavelmente, ele não viveu para ver como as coisas estão mudando, mesmo no Maranhão. Saber que o Lula venceu as eleições em pequenos municípios daquele estado, perdidos no isolamento e no atraso, é um avanço quase revolucionário, que contará muito para o futuro.

Para certas pessoas em nosso país, o êxito decorre do poder de nomear ou de conceder favores e isso condiciona o seu conceito de vitória ou derrota. Na verdade, quando Mitterrand era derrotado em sucessivas eleições, ele não perdia nada. Estava ganhando: construía-se o poderoso partido socialista de hoje e se preparava para ser, depois dos setenta anos, o mais popular e respeitado dos presidentes da França moderna.

E aqui ao lado? Exilado no Uruguai, acompanhei, nos idos de setenta, o nascimento, as lutas e o calvário da Frente Ampla, sobretudo do seu grande líder, o general Liber Seregni. Desde então, uma derrota após outra.

Em novembro último, ocorreu a primeira vitória, com a conquista da prefeitura de Montevidéu, capital política e administrativa do país e mais de quarenta por cento de sua população. A encantadora e hospitaleira capital uruguaia, tão aberta à cultura e tão solidária com os perseguidos políticos, tem agora um prefeito socialista: Tabaré Vasquez, que quebrou o mito de que a esquerda avança, mas não chega. Desta vez chegou.



Cooperação: Waldir, Brizola, Lula, Freire e Arraes têm quase 50% dos votos

Essas referências vêm a propósito das últimas eleições no Brasil. Tanto com Brizola no primeiro turno, e Lula no segundo, criou-se um clima eufórico do "já ganhou", que é um velho e renitente aliado da direita no Brasil. E como ambos perderam – e não examino aqui os escandalosos vícios do processo eleitoral –, muitas pessoas carpem a frustração de resultados que não esperavam.

Colocando-se com grandeza num plano histórico e não nas miudezas do cotidiano, Brizola, afastado do segundo turno, assumiu plenamente a candidatura de Lula e conseguiu um milagre nas nossas praxes políticas: transferir maciçamente os votos do PDT para o candidato da Frente Brasil Popular. Foi nas duas grandes bases brizolistas, o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, que o candidato da esquerda ganhou votações quase plebiscitárias. "Se o Brizola tivesse trabalhado por sua candidatura, como o fez pelo Lula, teria ganhado", observou um comentarista político.

Quanto a Lula, seu desempenho foi exemplar, revelando um grande conhe-

cimento dos problemas do país e posições ideológicas coerentes. Passando por cima de discrepâncias secundárias, conseguiu compor uma poderosa frente política, a primeira vez que a esquerda, no Brasil, se une em torno de um programa de consenso e de uma candidatura que a expressava.

É possível que tenha sido derrotado, não pelas posições que assumiu, mas, exatamente porque se negou a transformar a eleição em um "show" de televisão e a mentir ou recorrer a artifícios falaciosos para obter o voto de determinados setores das classes dominantes.

Apesar de todas as maquinações e os expedientes sujos usados contra a sua candidatura – sobretudo a ação ilegal e desafiadora da justiça eleitoral por parte da Rede Globo – Lula teve mais de 30 milhões de votos, cerca de 47% do total dos sufrágios apurados. Votos dados a um candidato de esquerda, sem dinheiro, operário, nordestino, baixinho, barbudo, que não se veste pelos figurinos europeus e diz as coisas como elas são.

É um resultado extraordinário, que

# batalha

revela a existência, hoje, de um novo Brasil, de uma realidade diferente que deixa o velho caciquismo político com os dias contados. O desafio atual é a substituição dos currais eleitorais pelo "cabresto eletrônico", que funcionou, em centenas de pequenas cidades em favor de Collor e que deve ser combatido e eliminado. Mas, dessa eleição também herdamos uma evidência: enquanto a Rede Globo for o único canal de informação para milhões de brasileiros, a democracia em nosso país será uma falácia.

Apesar de todos esses vícios e fraudes, os líderes das forças progressistas devem encarar as eleições passadas, não como uma guerra perdida, mas como uma das muitas batalhas já travadas, no duro e complexo confronto com o país velho e conservador. Uma etapa da luta ascendente pelas grandes con-

quistas que o povo espera. E esse processo é dinâmico.

A morosa justiça eleitoral ainda não concluiu os atos administrativos do pleito de novembro e já se verificavam as primeiras escaramuças da nova batalha, a da eleição dos governadores e parlamentares a 3 de outubro de 1990.

**O que fazer** – A direita irá, sem dúvida, jogar toda a máquina do poder para viabilizar o programa do novo governo e eleger uma maioria de direita no Congresso e nos governos estaduais. A abertura ilimitada ao capital estrangeiro; privatizações maciças, ameaçando, inclusive, empresas como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, Volta Redonda, a Eletrobrás e outras; fortalecimento do ensino privado, em detrimento da escola pública; arrocho salarial, limitações ao direito de greve, etc. serão alguns

objetivos em pauta, dissimulados por uma retórica moralista que recairá, principalmente, sobre os modestos e indefesos.

A eleição de governadores comprometidos com a causa popular, inclusive em São Paulo, cujo perfil político deve ser meticolosamente analisado, e de uma maioria progressista no Congresso é, assim, um desafio para as forças progressistas.

O ideal seria que tivéssemos um só e poderoso partido de esquerda. Como isso não é possível, é urgente buscar formas de unidade, seja através de fusões, incorporações ou alianças eleitorais. Nesse campo, as relações entre o PDT e o PT, que melhoraram consideravelmente, são uma referência obrigatória. Em declaração à imprensa Brizola disse o seguinte: "A união no segundo turno foi muito importante e a impressão que tenho é de que PDT e PT não serão os mesmos a partir de agora em matéria de relacionamento. Essa convivência intensa e decisiva permitiu que nos conhecêssemos melhor e quebrássemos muitos preconceitos de parte a parte".

As opiniões de Lula e de outros diri-

## As perspectivas da cooperação

Para os partidos progressistas, a geografia dos votos aponta a possibilidade de boa safra de governos estaduais e bancadas parlamentares, nas eleições que transcorrerão dentro de dez meses e que renovarão todos os executivos regionais, assembleias legislativas, Câmara Federal e parte do Senado. As sucessivas eleições têm permitido retrair os caminhos políticos do Brasil. E é isso que ocorrerá também em outubro próximo.

Assim, os grupos progressistas contam com excelentes chances de conquistar importantes governos estaduais: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e, possivelmente, o Maranhão.

Em termos gerais, em caso de vir a concretizar-se esse quadro de possibilidades, significaria que os progressistas comandariam os principais estados do país, formando um bloco que incluiria as seis maiores economias regionais brasileiras, toda a Região Sul e também a Região Sudeste, com exceção do Espírito Santo, e os três pilares da economia do Nordeste. Além de serem os estados citados os que têm maior contingente eleitoral e, portanto, as maio-

res bancadas regionais e federais.

Tal quadro – sem dúvida otimista, mas viável – seria a base para um futuro embate presidencial e, seguramente, fator de multiplicação das administrações progressistas, nas próximas eleições municipais.

Tais possibilidades, porém, pressupõem inevitáveis alianças e um amadurecido relacionamento interpartidário do bloco progressista. A fase é de alianças programáticas, depois de quase 30 anos em que a vida política se viu dominada pela síndrome da hegemonia ou da ilusão do "maior partido do Ocidente": por longo tempo, a Arena/PDS, do regime militar; na Nova República, o inchado PMDB do Plano Cruzado. Hoje, porém, o horizonte acusa a ausência de qualquer sombra, que lembre a possibilidade de um partido se constituir em dominador quase absoluto.

Ao contrário, o que se pode perceber da geografia do voto nos dois turnos da eleição presidencial é que, atuando em composições, os progressistas poderão estabelecer uma hegemonia real e induzir políticas de mudanças, mesmo fora do poder central.

*Procópio Mineiro*

gentes do PT também coincidem com essa visão unitária.

Seria fantasioso pensar que todos os segmentos do PDT e do PT pensam e agem assim. Apesar da coexistência na campanha, os setores sectários do PT, numericamente pouco expressivos, mas muito atuantes, e os grupos mais conservadores do PDT não aceitam bem o entendimento entre os dois partidos, mas não há dúvida, que a imensa maioria de ambos quer a unidade.

O PCB e outros setores da esquerda já se pronunciaram a favor desse entendimento, que não deve, necessariamente, eliminar a identidade das correntes aliadas, mas, sim, forjar um novo polo de poder que seja uma real alternativa eleitoral para 1990.

Sem dúvida, o lugar do PSDB está nesse lado, apesar de uma forte corrente neo-liberal que, por vezes, reduz o nível de sua inserção no conjunto das forças progressistas. Mas, o compromisso popular e nacionalista de líderes como Mário Covas ajudará, sem dúvida, a superar esses problemas e a integrar os tucanos na grande frente democrática em formação.

Há, no entanto, em tudo isso um fator de urgência. Alguns erros cometidos pela esquerda devem-se às suas vacilações. Líderes como Waldir Pires, Almino Afonso, Chico Pinto, Miguel Arraes e outros, do chamado Novo PMDB, se não se enrolam nas indecisões e estão atentos aos prazos, poderão exercer um papel relevante nesse período que se inicia. Mas o tempo urge. É uma hora de menos reunião e mais ação. A esquerda, incluindo o setor progressista do PMDB, alcançou extraordinários avanços no pleito que se encerra. Com uma plataforma objetiva e sintonizada com o povo poderá forjar uma força invencível, começando por reconquistar aqueles segmentos populares anestesiados pela Rede Globo, mas, que, essencialmente, estão com as idéias e os objetivos das forças progressistas. Uma campanha eficaz terá repercussão positiva nessa área, sobretudo quando o povo sentir que, com o governo Collor, nada vai mudar e se mudar será, sem dúvida, para pior, a favor dos ricos e dos poderosos e jamais dos pobres e marginalizados. •

## “Lembra-vos de Jânio”

Cientistas políticos alertam para os perigos a que poderá ser exposta a ainda frágil democracia brasileira

Procópio Mineiro

Com uma advertência, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, define o próximo período político do país, que será dominado pelo governo de Fernando Collor de Mello. “Diante dos enormes desafios que a situação nacional apresenta, as forças progressistas precisam despertar para o fato de que, de novo, se põe em causa a questão democrática. O jovem presidente eleito caracteriza-se por não ter compromisso com nada e faz lembrar a figura política de Jânio Quadros. Lembrai-vos de Jânio”, adverte Betinho, apontando para as potenciais crises que poderão ser desencadeadas pelas reações do temperamento de Collor ao complicadíssimo quadro social e econômico.

Também o professor Edmundo Moniz entende que a vitória de Collor é o triunfo das forças retrógradas, pois considera que ele “foi escolhido, moldado e construído para impedir a marcha democratizante do país, depois da ditadura militar”, e que representa, apesar de negar, os interesses dos grandes empresários, dos banqueiros e dos latifundiários – as mesmas forças que, nos últimos 25 anos, estabelecem os juros que desejam, o preço das mercadorias, o valor dos salários, e que manejam o sistema financeiro, a importação e a exportação, e controlam o crédito e a renda fundiária.

**Contradição** – Nesse quadro, existe um dilema, segundo Herbert de Souza, que são os compromissos contraditórios assumidos por Collor de Mello. Por um lado, ele tem os compromissos de classe (empresariado, bancos, FMI), expressos em seu projeto neo-liberal, que envolve políticas recessivas e desestati-

zantes. Por outro lado, para vencer, foi obrigado a fazer largas promessas às massas populares. “É impossível atender aos dois lados. Ele terá que fazer uma opção, e acho que já sei qual a opção dele. E para tentar justificar tal escolha, certamente vai contar com toda a grande imprensa”, prevê o sociólogo, indicando, nesse descumprimento das promessas de campanha, uma das raízes da instabilidade que pode dominar o governo Collor.

**Progressistas** – Tanto Betinho, quanto o professor Edmundo Moniz consideram urgente o debate sobre o monopólio da informação, uma causa primordial da vitória conservadora. Betinho aponta, como tarefa absolutamente fundamental, “iniciar a luta contra o monopólio da informação. Democracia e Rede Globo são incompatíveis. Este monopólio é insustentável” diz o sociólogo, para quem a vitória progressista teria sido inevitável, caso a propaganda eleitoral tivesse ocorrido apenas no horário gratuito.

Ambos os analistas vêem, na colaboração interpartidária, o caminho natural da afirmação do bloco progressista, seja como oposição ao novo governo, seja em vista das eleições de outubro próximo. “A cooperação é possível e necessária, como demonstrou o segundo turno das eleições presidenciais”, diz Betinho, segundo o qual “os progressistas têm, por desafios, aprender as lições da disputa presidencial, para não repetir os erros; trabalhar, em 1990, com um olho no Congresso e outro no acompanhamento crítico de todos os atos do governo Collor; e preparar-se para defender o processo democrático, ante as ameaças de desestabilização social e política”. Para Moniz, “cabe às forças progressistas unirem-se para a grande luta, que terão de enfrentar neste período histórico, e vencer”. •



# As urgências de um novo País

Respaldo pelo voto direto da maioria dos brasileiros, o novo presidente toma posse de um enorme desafio: tirar o país da crise, recuperando-lhe a estabilidade social, através do trabalho e da distribuição mais justa de bens, serviços e renda para o povo



Educação, saúde, habitação, emprego, terra e pão são prioridades sociais absolutas

Antônio Carlos da Cunha

**C**ombater a inflação, sem aviltar o salário da classe trabalhadora, sem recessão e sem desemprego. Estimular as pequenas e médias empresas. Pôr fim à especulação financeira e colocar os bancos a serviço da atividade produtiva.

Tratar de forma soberana a questão da dívida externa. Controlar o capital estrangeiro e evitar a evasão de divisas. Assegurar às estatais preços e tarifas fixados de forma clara, para o entendimento de toda a sociedade, e permitir investimentos. Dar às empresas brasileiras de capital nacional a preferência nas compras governamentais e tratamento creditício-tributário, que permitam seu fortalecimento e de forma a que possam concorrer com os grupos econômicos internacionais, que atuam no mercado interno. Combater as práticas cartoriais, isto é, monopolistas.

Democratizar a propriedade rural,



através da reforma agrária. Atender aos interesses dos pequenos e médios produtores e dos assalariados rurais. Valorizar o ensino público e o magistério em todos os seus graus. Priorizar a saúde e a habitação, como direito de todos e dever do Estado. Acabar com o fisiologis-

mo, o clientelismo e o nepotismo na administração pública e promover a profissionalização dos servidores. Desenvolver a ciência e a tecnologia. Compatibilizar o crescimento econômico com a defesa do meio ambiente.

Essa é a lista das principais expectativas que tem a população brasileira, em relação ao novo governo. Não é uma esperança gerada apenas nas promessas de campanha eleitoral. Muitas das sugestões foram discutidas nas comunidades empresariais, entre os grupos de profissionais liberais, de parlamentares e políticos em geral, nos sindicatos dos trabalhadores e associações comunitárias, constituindo-se hoje em imposições bastante afirmativas por parte dos diferentes segmentos da sociedade.

Em algumas dessas reivindicações, grupos sociais antagônicos – como patrões e empregados, direita e esquerda, privatistas e defensores da participação do Estado na economia – concordam plenamente. Em outras, divergem e se posicionam como adversários.

**O segredo é crescer** – “A sociedade”, explica o presidente do Conselho Regional de Economia do Rio-Corecon, professor José Clemente Oliveira, “quer que o governo tenha o perfeito entendimento de um programa de ação, que recoloca o país no caminho do crescimento de pelo menos 6% ao ano. É preciso que se eleve a renda per capita, com uma distribuição menos perversa da produção nacional, de modo que nos permita recuperar a década perdida. Este é o consenso da sofrida população brasileira, independente de posição política, ideológica ou partidária. O que precisamos é estar preparados para o novo século, que se aproxima”.

A seguir, destacamos alguns dos mais importantes compromissos que a população espera ver cumpridos pelo primeiro governo eleito através do voto direto em quase três décadas.

**Inflação** – A questão fun-

damental, a ser considerada no processo de retomada do crescimento, é a inflação, que exige solução urgente, por causa do fantasma da hiperinflação e da estagnação econômica mais prolongada. O controle da inflação passa pelo fim dos gastos e do déficit públicos, sobretudo no que diz respeito aos custos financeiros das divi-



os investimentos produtivos e concentram as aplicações em papéis de curto prazo do governo ou em ativos especulativos (ouro, dólar, etc.).



**Salário** – O salário mínimo – estipulado pela primeira vez, no país, através da Lei 399, de 30 de abril de 1938 – fixou a remuneração do trabalhador, de modo a atender a suas necessidades básicas. Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-Ibase, se admitirmos o índice 100 para o valor do salário mínimo, em 1940, observaremos uma deterioração real de 40% até 1951, quando foi corrigido, novamente, para o nível original e chegou a ultrapassá-lo em 20%, durante os anos de 1956 e 1959.

De lá para cá, assistiu-se a uma deterioração contínua, que foi atenuada entre 1975 e 1982, mas de novo agravada até agora. Em toda a sua existência, o salário mínimo nunca esteve tão baixo como nos últimos três anos. As tentativas de recuperá-lo esbarram sempre na inflação.

É urgente a elevação progressiva do salário do trabalhador, sustentada em lei, abrangendo desde as faixas mais baixas até as de renda média. Para isso, o reajuste salarial tem que variar acima da inflação, cobrindo-a, de forma a permitir ganho real.

Sem novos empregos, que proporcionem níveis justos e adequados de salários, a economia continuará patinando no terreno molhado da especulação financeira. Segundo o Ibase, não há

**A crise estimula a economia informal e limita o acesso ao comércio formal, que precisa recorrer a liquidações**

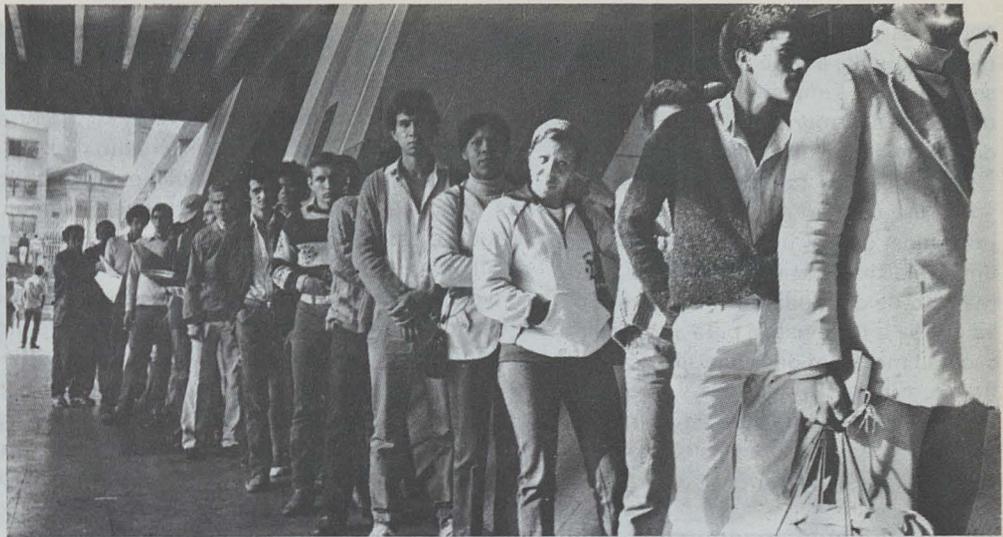
das interna e externa, que são verdadeiras sangrias nos cofres do governo.

Com a inflação, sofrem os assalariados e os empresários de pequeno e médio portes, setores mais fracos da sociedade. A inflação tem como mola-mestra a especulação, e quem não tem reservas de dinheiro para jogar na ciranda financeira leva a pior. Ainda que o sistema de indexação generalizada, através do BTN, reduza os riscos de desorganização da economia, é claramente impossível para a população conviver com inflação tão elevada. As incertezas inibem





Plano Brady não decola, enquanto a dívida estrangula a economia



dúvida de que existem oportunidades de emprego, convivendo com realidades sérias de desemprego. Mas, o que se constata mesmo é o subemprego e o desemprego disfarçados, materializados nas grandes cidades pelos guardadores de automóveis, os camelôs e os numerosos recursos da atividade econômica submersa. Também ocorre no inchaço do serviço público, que, secularmente, tem sido o refúgio, no qual a classe média busca uma nova forma de se equilibrar, aproveitando o clientelismo político e o famoso "pistolão". Permanecem os problemas de desemprego e subemprego no Nordeste e nas periferias dos grandes centros urbanos, inflados pela migração das regiões economicamente deprimidas.

**Dívida externa** – A Comissão da Dívida Externa, do Congresso Nacional, propôs a suspensão nos pagamentos da dívida e a realização de auditoria sobre os empréstimos contraídos pelo Brasil.

O país chega, neste final de década, devendo 113 bilhões de dólares ao sistema financeiro internacional, após ter remetido – só de juros – mais de 120 bilhões de dólares, nos últimos 18 anos, período no qual a dívida cresceu mais de 16 vezes.

A origem dessa situação, segundo o Ibase, pode ser encontrada nos seguintes fatos, ocorridos desde o início da década de 70: de um lado, os países produtores de petróleo, com elevados superávits, transformaram-se nos gran-

des emprestadores do sistema financeiro internacional; no outro extremo, os países em busca de financiamentos para seus balanços de pagamentos desequilibrados, como foi o caso do Brasil, transformaram-se nos grandes tomadores de empréstimos lá fora; como ponte entre os dois lados, os países industrializados mantiveram suas contas externas relativamente equilibradas e desempenharam o papel de grandes intermediários dos petrodólares entre os tomadores subdesenvolvidos e os emprestadores.

É preciso, agora, não ceder de forma absoluta aos interesses dos credores. Existe, no mundo, sobretudo nos setores não-financeiros e nas classes políticas, a compreensão de que o problema da dívida deixou de ser restrito ao credor. A dívida é uma responsabilidade coletiva e, como tal, tem que ser partilhada.

**Dívida interna** – A Inglaterra, o Japão, os Estados Unidos e outros países têm dívidas internas maiores do que a do Brasil. O nosso problema é a forma de financiar tal dívida.

Enquanto nos outros países as dívidas são financiadas a prazos longos – de 18 a 20 anos – no Brasil o financiamento é por 24 horas. Isto ocorre, por falta de certeza na economia e porque as instituições públicas e as autoridades econômicas não têm merecido credibilidade. A rolagem da dívida por 24 horas exerce pressão absolutamente insupor-

tável sobre as contas públicas e a poupança nacional.

O novo presidente terá que mudar esse perfil da dívida para um prazo razoável e verificar a possibilidade de uma reavaliação do seu valor.

**Setor financeiro** – É urgente uma reforma no sistema financeiro nacional, que hoje trabalha com custos bastante elevados e é sócio da inflação. Existem estudos, que mostram que é preciso uma inflação de 10% ao mês, para o nosso sistema financeiro operar com lucro. Isso é muito grave: mostra que o setor está com estruturas totalmente ineficientes, distorcidas e que exigem correção.

A legislação e a própria estrutura do setor penalizam os bancos públicos, em benefício da rede privada, e facilitam a internacionalização da economia. As distorções são tão graves, que ensejam que um megabanco privado, como o Bradesco, seja um verdadeiro Estado dentro do Estado, apesar de existir uma rede de 6.700 agências de bancos públicos. São urgentes também mecanismos legais, que estimulem a pequena poupança para o mercado de ações, cujas atividades devem ser mais transparentes.

**Reforma agrária** – A reforma agrária deve assegurar condições de fixação do homem no campo, de forma produtiva. Para isso, é preciso garantir a posse e a propriedade da terra; a organização dos

pequenos produtores e assistência técnica adequada; acesso a financiamentos, sementes e implementos agrícolas, transportes, armazenamento, condições de moradia digna, educação e saúde.

A solução da reforma agrária chega ao Brasil com muito atraso. Entre os princípios gerais para a execução de uma reforma no campo, deve-se enumerar o de que toda terra não-produtiva e toda a terra usada para a especulação não merecem permanecer nas mãos de quem por elas nada faz e delas não tira frutos. Enquanto toda terra produtiva, cujo proprietário investe, produz e dá empregos, deve ser protegida.

**Agropecuária** – Existem, no Congresso, 22 projetos sobre a nova lei agrícola, uma das medidas complementares exigidas pela Constituição. As propostas se dividem em dois campos ideológicos bastante claros.

De um lado, encontra-se a chamada Frente Ampla Agropecuária, representando os interesses dos empresários rurais, com apoio da União Democrática Ruralista-UDR. Do outro lado, estão os trabalhadores, com a proposta que melhor expressa os interesses do campo popular, pelas sugestões em favor dos pequenos produtores e assalariados rurais, e dos interesses da grande massa dos consumidores.

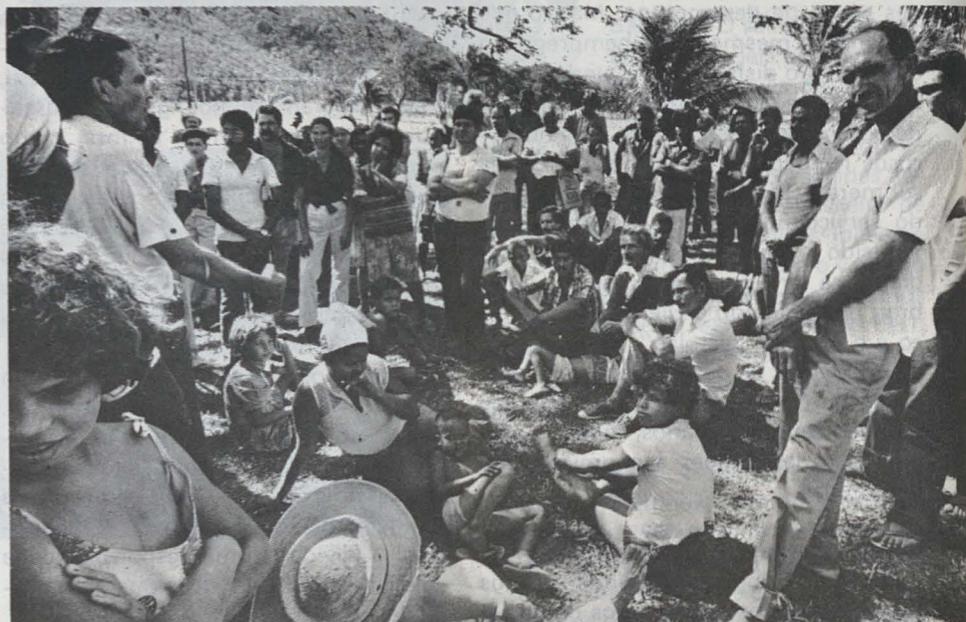
No projeto de lei dos trabalhadores, atribui-se ao Estado o papel regulador das atividades agrícolas, que terão seu

**Multissecular fator de atraso, a concentração de terras precisa ser eliminada**



planejamento a cargo do governo, sem que dele se exclua a ampla participação dos setores sociais interessados. O governo disporá de um conjunto de instrumentos de política agrícola (crédito rural e tributação, seguro agrícola, preços mínimos e formação de estoques, pesquisa, assistência técnica e extensão rural), para cumprir o objetivo de desenvolvimento de uma estrutura agrária e de um modelo de produção agrícola de caráter democrático e popular.

A proposta defende um conselho consultivo, com representação dominante de membros da sociedade civil, inclusive os trabalhadores rurais. Baseia-se numa visão de não-setorização deste órgão, buscando considerar inclusive os interesses urbanos nele implicados.



**Pequenas e médias empresas** – As pequenas e médias empresas têm um papel decisivo a exercer na recuperação da economia brasileira, especialmente por sua característica de grande empregadora de mão-de-obra. Os empresários do setor esperam a adoção de um programa de racionalidade econômica, que contemple o conjunto da sociedade e dê, aos pequenos e médios ne-

gócios, condições adequadas de sobrevivência e desenvolvimento.

A economia é extremamente concentrada e oligopolizada. Esse modelo, obviamente, não contemplou o pequeno empresário, que ficou como segmento auxiliar, marginalizado. O Estado, por sua vez, aparelhou-se, segundo o presidente da Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa-Flupeme, Benito Paret, para conviver com esse tipo de livre iniciativa, o que o levou a um relacionamento burocrático incomensuravelmente grande com os pequenos empresários. É uma burocracia que não tem o menor significado. A mesma situação que enfrenta a Autolatina – empresa que surgiu da união da Volkswagen e Ford, a nível latino-americano – é vivida por uma minúscula empresa de

fundo de quintal, que conserta carros de terceira mão.

Faltam às pequenas e médias empresas linhas de crédito, e sobram dificuldades de produção e comercialização de mercadorias. O setor depende de capital para comprar matérias-primas e tem que se sujeitar à ação do intermediário especulador. A atividade só cumprirá sua função social, se tiver, além do apoio previsto na Constituição, mecanismos de governo e estímulos legais.

**Estatais** – A incompetência do Estado



A reforma do campo propiciaria maior produção alimentar, alargaria mercado interno e impulsionaria indústria e serviços

na economia não é uma fatalidade, como apregoam os privatistas. A Cia. Vale do Rio Doce, por exemplo, competindo com as mineradoras australianas, coloca milhões de toneladas de minério de ferro no mercado japonês, a custo equivalente, não obstante a diferença de transporte de oito mil milhas marítimas. A mesma Vale do Rio Doce consegue, na estrada de ferro Vitória-Minas, índices operacionais superiores aos das ferrovias norte-americanas e canadenses.

A Petrobrás Distribuidora, competindo com as empresas Esso, Texaco, Atlantic, Shell, Sabba, Ipiranga, Hudson e São Paulo, foi considerada, por nove vezes, num período de 16 anos, a melhor do setor. A estatal brasileira, no setor de exploração e produção de petróleo, figura hoje entre as maiores do mundo.

O Estado tem papel de planejador e harmonizador da economia, em relação à qual deve regular os diversos interesses da sociedade. Só deve participar como empreendedor em situações necessárias ou por questões estratégicas, ou ainda pela ausência de possíveis parceiros para aquele empreendimento.

Por outro lado, o Estado tem que estar muito consciente sobre o seu papel de prestador de serviços aos contribuintes e à população em geral. Esses serviços estão muito degradados, per-

deram a qualidade. A razão é dupla: salário do servidor, totalmente deteriorado, e inchaço na quantidade de funcionários públicos.

**Capital estrangeiro** – O país permitiu a instalação, no mercado interno, de diversos bancos estrangeiros, sem nada receber em troca do exterior. A abertura do Brasil a esses capitais deve ser analisada, considerando a existência aqui de indústrias nascentes, que necessitam de mercados, interno ou externo, para se expandir. Sem mercado, a tecnologia não pode ser conquistada. Essa questão, os países industrializados procuram solucionar à sua maneira. E o exemplo deve ser seguido pelo Brasil.

A experiência mostra que o capital externo pode vir para a nossa economia, mas de forma suplementar. Nenhum país se desenvolveu ou encontrou a alavancagem para o próprio desenvolvimento com capital externo. Esse tipo de recurso nunca é investido para ter prejuízo e jamais demonstra preocupação social: o seu único objetivo é o lucro. Num primeiro momento, esse capital pode trazer alguma vantagem, mas, a médio prazo, passa a sugar a economia que o recebeu. Nesse sentido, a importação indiscriminada de capital, seja pelas exportações ou investimento de risco, mostra-se contraproducente, em relação à nossa realidade.

**Ciência e tecnologia** – O Ministério da Ciência e Tecnologia, segundo o seu ex-titular, Renato Archer, foi extinto por um acordo internacional, por submissão às pressões externas, e um pouco sucumbindo à idéia de internacionalização da economia brasileira.

A denúncia do ex-ministro mostra a premência de vir o governo a dar prioridade à ciência e à tecnologia, a partir de um programa de desenvolvimento de médio prazo, que comece por remodelar toda a educação, desde o ensino pré-escolar à universidade. O crescimento científico, com base num sistema de ensino e pesquisa coerente, eficiente e capaz de preparar para a vida, é a opção para o desenvolvimento nacional, em benefício de toda a população, sobretudo dos milhões de brasileiros que não encontram meio e lugar para sobreviver dignamente.

O presidente da Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz, Akira Homma, lembra, por exemplo, que o estabelecimento de condições, que propiciem um programa de ciência e tecnologia adequado ao país, é preceito constitucional, que deverá ser cumprido pelo governo. Ele sugere que esse programa contemple um prazo de pelo menos duas gerações. "Vamos levar no mínimo duas gerações para alterar a base educacional, que nos permitirá crescer adequadamente, na área científica".

Também o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, Ennio Candotti, quer a valorização da inteligência nacional, que precisa de meios para trabalhar, criar e não ser apenas uma tradutora da tecnologia do exterior.

Segundo Candotti, a formação de mão-de-obra de técnicos é crucial para o desenvolvimento científico e tecnológico. "É absolutamente importante que o nosso número de pesquisadores seja ampliado, de modo a termos gente em condições de contribuir para a solução dos grandes problemas que impedem o desenvolvimento nacional. O poder multiplicador que tem um bom emprego da capacidade inteligente nacional instalada, formada por nossas universidades, é fundamental para o Brasil".

**Educação** – A exemplo dos demais indicadores sociais brasileiros, a educação vem passando por um processo de estagnação. Não é mais suficiente bater apenas na tecla do analfabetismo. Segundo o Ibase, a sociedade moderna e a exigência da construção de uma cidadania plena não podem se contentar com

o acesso apenas às primeiras letras. A possibilidade de escolarização, no Brasil, ampliou-se, porém, de forma bastante desigual.

"Em 1978", lembra o Ibase, "78% dos estudantes encontravam-se no 1º grau, enquanto apenas 4% chegavam à universidade. Muito se fala do funil do vestibular, mas, em verdade, o mais dramático funil se encontra nas primeiras séries da escola básica, da qual é excluída a maioria dos filhos da população pobre. Tal realidade descortina uma série de outros problemas. Deve-se repensar o modelo de escola que se desenvolveu no país. Mal aparelhada, com instalações precárias, com turnos de duração insuficientes para um efetivo trabalho educacional, contanto com profissionais que estão entre os mais mal remunerados de todas as categorias, portadora de uma qualidade técnico-pedagógica em curva descendente, a escola básica é o retrato de uma política educacional, no mínimo incompetente. Para agravar a situação, as crises econômicas e a concentração de renda não cessam de 'roubar' alunos, precocemente chamados ao mercado de trabalho para complementar os baixos salários de suas famílias".

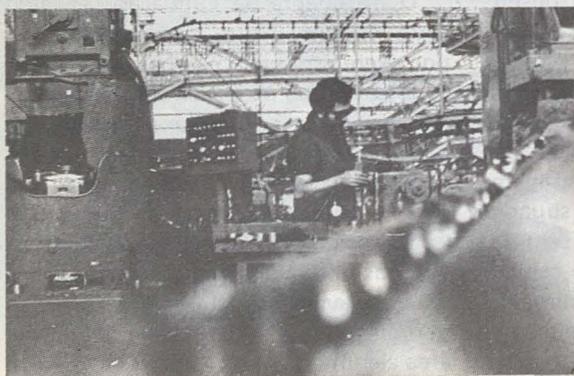
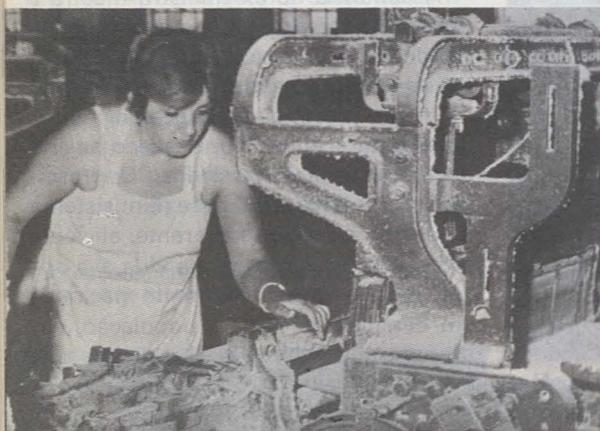
Ainda na análise do Ibase, proliferam, no país, escolas privadas, em especial de 2º e 3º graus, devido ao vazio quantitativo e qualitativo deixado pelo Estado.

**A modernização tecnológica é o caminho para o crescimento e autonomia do Brasil**

Cerca de 80% por cento dos alunos do ensino superior encontram-se matriculados em faculdades particulares, o que se constitui num impedimento de acesso à escola deste nível para quem não pode pagar. Segundo o Ibase, algumas possíveis sugestões para a melhoria da educação, no país, são quase automáticas: "Maior aplicação de recursos por parte do Estado é, por exemplo, uma conclusão óbvia. Todavia, todos os governos sempre proclamam que darão prioridade total para a educação. Assim também foi com a Nova República. Alçada à condição de instrumento de salvação nacional, em quase todos os discursos, a educação parece buscar sua identidade e resgatar seu papel de elemento importante na busca de um país melhor".

É um dos desafios básicos da administração que vai começar e servirá, dentro de pouco tempo, para determinar a verdadeira natureza e o alcance das preocupações sociais do novo governo.

**Saúde** – O Brasil é um dos líderes mundiais, nas estatísticas sobre a mortalidade infantil, causada pela desnutrição, superado apenas por alguns países africanos e latino-americanos. O Instituto Nacional de Alimentação-Inal informa que, a cada cinco minutos, morrem duas crianças de desnutrição, no país. Cerca de 50% dos diagnósticos em crianças de baixa renda, no Nordeste, têm relação com a fome. Diz o Ibase que o modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil alterou, sensivelmente, o quadro de doenças e morte.





O vertiginoso crescimento das favelas denuncia o empobrecimento do povo e a inevitabilidade das reformas sociais e econômicas

Verificou-se, ao longo dos anos, o aumento da incidência das doenças crônicas e degenerativas, sem, contudo, ocorrer diminuição significativa das doenças infecciosas e parasitárias. As chamadas doenças de massa (tuberculose, hanseníase, esquistossomose, doença de Chagas, etc.) permanecem como importantes fatores de redução de tempo de vida no país, onde se morre ainda de peste, malária, leishmaniose, meningite, febre, bócio, tracoma, brucelose, etc.

É a baixa qualidade de vida do conjunto da população que explica a situação. Ao lado disso, quase que inexiste a medicina sanitária e preventiva, em contraponto com uma prática de medicina curativa, cada dia mais concentrada nos consultórios e hospitais da rede particular, o que exclui mais da metade da população brasileira do "privilégio" de tratar e curar suas doenças.

A questão da saúde tem sido, nos últimos tempos, um dos pontos negativos contra o Estado, pois a calamidade que se instalou no setor aponta diretamente para a ineficiência dos instrumentos sob controle estatal direto.

O modo de atuar nessa área será

outro importante indicador da natureza dos compromissos sociais do governo que se implanta. Um eventual aprofundamento da privatização do atendimento à saúde, em curso galopante no país, significará o crescimento do atraso no setor, claramente expresso nos alarmantes índices sanitários brasileiros.

**Habitação** – Num país que vive a exploração urbana há 30 anos seguidos, um dos maiores desafios está na adoção de uma política urbana, que priorize o interesse social, atendendo à maioria da população. Carrear financiamentos para a construção de moradias, destinadas às populações de rendas média e baixa, tornou-se uma questão de fundamental importância.

Ao lado disso, deve-se assegurar o transporte e serviços urbanos aos bairros carentes, preservar o meio ambiente e desestimular a especulação imobiliária.

Em 1985, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar-Pnad, do IBGE, para um total de 31 milhões de domicílios, sete milhões são abastecidos apenas com água de poços ou nascentes.

Falta tudo, desde canalização interna a esquema de coleta de lixo ou energia elétrica.

Mais de 11 milhões de habitações, no país, são alugados, o que significa dizer que temos uma população de 55 milhões de pessoas vivendo em situação de insegurança. Na opinião do Ibase, os números indicam situação extremamente grave, no contexto urbano, e mostram as dificuldades de urbanização como questão maior do que a própria construção de habitações.

"A moradia", assinala o instituto, "é um direito fundamental do cidadão, mas, para ser efetivamente assegurada, implica não só a construção de unidades, como também a infra-estrutura básica (esgotamento sanitário, água, etc.) e serviços essenciais, relativos à educação, saúde, transporte, lazer, etc.. Um problema fundamental, em relação à moradia, diz respeito ao acesso à terra. O diagnóstico é gravíssimo, mas as soluções não são impossíveis, desde que haja decisão política, aplicação correta dos recursos e participação da população, nas diferentes etapas de discussão e elaboração dos programas e projetos habitacionais".

**Transportes** – Os transportes são estratégicos, tanto do ponto de vista econômico, quanto social. Num estudo sobre as prioridades do setor, o Ibase sustenta que, para a economia do país, um sistema de transportes de cargas eficiente significa maior competitividade de nossos produtos no exterior, além de capacidade de produzir, internamente, a custos que resistam ao assédio de exportadores. Isso é tanto mais importante, quando se sabe que, nos últimos anos, ampliou-se a fronteira agrícola do país e o processo de industrialização tornou-se mais complexo.

Diz ainda o Ibase, que o modelo adotado para o desenvolvimento do setor privilegiou o transporte rodoviário, como parte da articulação do interesse das grandes montadoras transnacionais de veículos com os interesses das empresas produtoras de derivados de petróleo, deixando de lado uma estratégia de maior equilíbrio entre os transportes rodoviário, ferroviário e hidroviário, exigência natural de um país com as características do Brasil.

“Do ponto de vista social”, prossegue, “um sistema de transporte de passageiros significa oferecer condições de qualidade de vida compatíveis com as necessidades da população. No caso brasileiro, o direito ao transporte está associado ao direito ao trabalho, dado que o desenvolvimento urbano ocorreu de forma tal, que as populações mais carentes residem em áreas distantes de seu local de trabalho. É tal o menosprezo pela mais mínima condição de digni-

dade no transporte, que acaba se tornando frequente a depredação de trens e ônibus. De resto, uma vez que o salário do trabalhador é baixíssimo, as tarifas de transporte se tornam sempre onerosas para o assalariado de menor renda”.

**Previdência** – A salvação da Previdência Social, bem como a única maneira de tê-la voltada para os interesses dos trabalhadores, é a implantação da administração colegiada, conforme experiência vitoriosa no período 1960/64.

Esta atividade deve ser totalmente estatizada, não se podendo permitir o desastre da privatização, conforme recentemente implantado no Chile, cópia do modelo vigente nos Estados Unidos. É inadmissível o aumento das contribuições dos trabalhadores, enquanto a União deve à Previdência 23 bilhões de dólares.

Além disso, quase 300 mil empresas e mil prefeituras precisam ter suas dívidas imediatamente executadas. É necessário o reajuste dos aluguéis dos imóveis do sistema previdenciário, com fins comerciais. Ainda nesta área, destaca-se a luta para garantir, aos aposentados e pensionistas, salário correspondente ao momento da aposentadoria ou da morte do segurado.

**Meio ambiente** – Para o presidente do Clube de Engenharia do Rio, Hildebrando de Araújo Góes Filho, o Brasil precisa definir com clareza uma política ecológica, que não dissocie a adequada proteção ao ambiente do desenvolvimento, colocando-o, ao contrário, como condição básica para a superação de nossas dificuldades mais prementes, inclusive aquelas de caráter ambiental.

Segundo ele, no que diz respeito à Amazônia, tal conceito se aplica perfeita-



O sistema de saúde piora e está mais privatizado

mente. “Todos sabem, que a maior agressão, que se faz, atualmente, à Amazônia, é o desmatamento indiscriminado, seguido de ocupação predatória dos solos por atividades agropecuárias. Não se pode pensar que uma região, que representa dois terços da área do país, ficará inteiramente intocado ao longo do tempo, para atender apenas à função de ‘pulmão do mundo’. Será, evidentemente, necessário estudar-se, criteriosamente, o desenvolvimento de projetos na região, sejam eles de aproveitamento hidrelétrico, de agricultura ou de mineração, que, desde que equacionados de forma a minimizar os danos ao ambiente, poderão trazer grandes benefícios para o povo brasileiro”.

“Ter acesso ao Pacífico por ligação rodoviar ou ferroviária, a partir da Amazônia, não é apenas um direito do Brasil, mas um imperativo econômico, que facilitaria o ingresso competitivo de nossos produtos agrícolas nos mercados consumidores mais avançados do mundo”, enfatiza Hildebrando.

O presidente do Clube de Engenharia diz que a soberania nacional e o desenvolvimento do Brasil exigem uma política ecológica adequada às nossas necessidades. “As comunidades científica e tecnológica brasileiras terão, com certeza, grandes contribuições a dar nesse campo, bastando que haja clareza, para que tal processo se inicie”.



Transportes caros e ineficientes são agonia diária

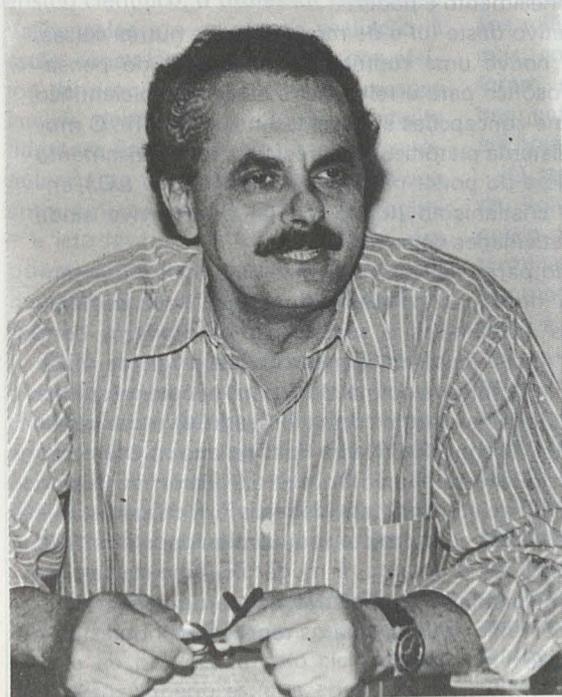


# Remendando os furos do ensino

Universidade parte para suprir deficiências conceituais dos novos alunos, tentando, como instrumento, o ensino paralelo da filosofia

Paulo Marinho

**P**ara que serve a filosofia? Quem se dispôs a fazer este curso nas duas últimas décadas teve, invariavelmente, de responder a esta pergunta, algumas vezes. Suprimida do segundo grau pela Lei de Diretrizes e Bases, no início da década de setenta, a disciplina foi trocada por matérias doutrinárias, à luz de um projeto de desenvolvimento imposto pelo autoritarismo. As consequências são conhecidas: as metas profissionalizantes do governo fracassaram e a política educacional, adotada para legitimá-las, deixou como herança um amontoado de disciplinas, que, desligadas entre si, comprometeram a formação de toda uma geração.



Prof. Isaac: experiência ajuda a repensar o 2º grau

Olhada, então, como uma forma de saber ininteligível e sem nenhuma relação com a transformação da realidade, a filosofia acabou igualmente afastada dos cursos superiores. Mas, no âmbito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-Uerj, repensa-se essa forma de saber. A interdisciplinaridade constitui um projeto que questiona todo o sistema educacional e coloca a filosofia na rota de seu inarredável destino: dar ao estudante a necessária visão humanista, sem a qual o indivíduo deixa de exercer sua plena cidadania.

**Ensinar a pensar** – Criado e desenvolvido na sub-reitoria de ensino e graduação, o projeto Regime Didático Especial-Rede pôde florescer, quando o primeiro vestibular isolado da Uerj registrou altos índices de reprovação e deixou vagas ociosas, nos quatro centros de ensino da universidade, no início do 1989. Às voltas com a contradição de ser uma instituição pública na iminência de conviver com cursos vazios, um grupo de professores concebeu uma alternativa destinada a preencher parte daquelas vagas, admitindo candidatos reprovados, que tinham ficado com notas pouco abaixo da média exigida.

“Os alunos de segundo grau não satisfizeram, no concurso, a cobrança de habilidades imprescindíveis ao acompanhamento de um curso superior, tais como organizar o pensamento e formular uma análise crítica. Por isso, os 96 estudantes aproveitados ingressaram na universidade com uma

carga horária paralela, que, ao longo do primeiro ano de faculdade, diminui, de oito para três, o número de disciplinas específicas do curso escolhido. Independentemente da carreira, já no primeiro semestre todos os universitários tiveram aulas de português, comunicação social, história e filosofia, cabendo a esta última estabelecer as relações entre as diversas formas do saber” – define o sub-reitor de ensino e graduação, Isaac João de Vasconcelos.

Reunindo, em torno do projeto, professores, alunos dos últimos períodos e aqueles que estavam ingressando no ensino superior, o Regime Didático Especial-Rede, com seu conceito de interdisciplinaridade, começou a mexer na vida da Uerj. Os primeiros temas abordados no curso giraram em torno da exibição do filme “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin, a partir do qual as questões foram suscitadas, analisadas e interligadas num painel, à luz das diferentes visões do conhecimento humano. Muita gente interessada apareceu no auditório, além de professores e alunos envolvidos diretamente na atividade, o que, na opinião de Isaac João Vasconcelos, demonstra a importância de uma disciplina, que é tão fundamental ao aluno da área de ciências humanas, quanto àquele que vai ser engenheiro, médico ou físico.

“Seja lá qual for sua atividade profissional, o indivíduo deve ter uma visão do sistema, pois, do contrário, transforma-se, como o Carlitos do filme, num alienado executor de tarefas, sem consciência do todo o processo e destituído de qualquer poder” – argumenta o professor.

**Pirâmide social** – Um dos criadores do projeto Rede e orientador de prática de ensino na Faculdade de Educação da Uerj, o professor Paulo Adler vê, no ex-

purgo da filosofia, conseqüências que transcendem a área educacional:

"A serviço de um projeto de industrialização voltado para a formação de mão-de-obra, o discurso tecnicista, adotado na década de 70 em detrimento da visão humanista francesa, ocupou um espaço destinado à formação integral do indivíduo e deixou, como herança, um rol de disciplinas desconectadas entre si. O pior, no entanto, é que a falta de interdisciplinaridade, em nosso sis-

tema de ensino, transforma a universidade em instrumento de supressão daqueles que, no segundo grau, não saíram do pensamento concreto e deixaram de adquirir a linguagem abstrata exigida para o terceiro grau, a universidade. Como selecionamos pela posse ou não de uma linguagem desenvolvida – sem a qual o aluno não apreende um conhecimento passado adiante com fórmulas – este processo, em última instância, cumpre a função de manter a



Vestibular: sem servir à qualidade do ensino

### Criar consciência

O que vem a ser o exercício pleno da cidadania e por que cabe à filosofia um lugar de destaque no sistema de ensino?

A capacidade, que cada indivíduo tem de transformar a realidade e influir na história, varia na razão exata do nível de consciência adquirido. Tal nível de consciência – já que uma consciência única não existe – depende do acesso que este indivíduo tiver a certos bens, que a sociedade insiste em negar à maioria.

Na relação desses bens, é possível listar fatores aparentemente díspares, como a precariedade da rede pública de ensino, a subnutrição e a luta pela sobrevivência num espaço social, onde a desigualdade é a regra geral – todos eles, sem distinção, contribuem para a evasão escolar e para os altos índices de reprovação, que afastam do processo talentos, aptidões e inclinações, assim desumanamente desperdiçadas.

Mas, o que acontece com aqueles que superam todas estas barreiras e a do próprio vestibular, transformado em autêntico ritual de passagem? Os mais preparados acabam desiludidos com o nível do ensino ministrado na universidade, enquanto os menos aptos, procedentes das escolas públicas, não conseguem acompanhar os cursos, por não dominarem a linguagem ali utilizada. Esta é a situação que justifica o projeto Rede.

Dos 110 alunos que ficaram com médias abaixo da exigida pelo vestibular, 96 aceitaram fazer a experiência, ingressando na Uerj com o compromisso de cumprirem as exigências do Regime Didático Especial. Distribuídos por dez cursos dos quatro centros de ensino da universidade – enfermagem, estatística, física, geologia, engenharia têxtil, nutrição, ciências contábeis, química, oceanografia e educação física – eles tiveram, durante o primeiro semestre, aulas ministradas pelos colegas dos últimos períodos. Estes, por sua vez, foram orientados por

uma perspectiva filosófica, na prática de ensino, e, pela primeira vez, planejaram, executaram e avaliaram o estágio profissional que, até então, era realizado longe da universidade – o que dificultava o acompanhamento da própria instituição. Neste segundo semestre, as aulas de português, comunicação social, história e filosofia, comuns a todos os alunos do projeto Rede, tiveram a carga horária diferenciada, levando-se em conta a carreira escolhida por cada um. As aulas de novo foram ministradas por alunos em final de curso, à luz do conceito da interdisciplinaridade. Aos alunos de filosofia, coube apresentar um seminário especial, em torno da relação existente entre conhecimento e poder.

O objetivo deste foi o de mostrar, entre outras coisas, que não houve uma ruptura, na passagem do pensamento filosófico para o religioso, e deste para o científico – conforme concepções simplistas ainda sugerem. O modelo do sistema platônico, superestrutura de pensamento legitimadora do poder na Grécia Antiga (séc. IV a.C.), envolveu o cristianismo (Idade Média) e sobrevive ainda hoje nas atividades do saber.

Surgido para resolver um problema prático – o preenchimento de vagas ociosas – o projeto Rede assumiu contornos acadêmicos e sua adoção já produziu bons efeitos. "Antes dele, dificilmente professores de áreas distintas se reuniam aqui na Uerj, para debater assuntos comuns a todas as formas do saber", admite o sub-reitor Isaac João Vasconcelos. Neste final de ano, a Comissão de Avaliação encaminha ao Conselho Superior de Ensino e Pesquisa o relatório de atividades, a fim de que a universidade decida se o projeto terá continuidade em 1990. "A expectativa, no entanto, é mudar o primeiro ciclo de toda a universidade e ministrar a interdisciplinaridade para todos e não apenas para os reprovados no vestibular", garante o sub-reitor.

pirâmide social", explica Adler.

Com passagens por escolas da rede estadual, nos subúrbios do Rio de Janeiro, Adler coordena os alunos de últimos períodos, que ministram aulas aos novos universitários admitidos pelo projeto Rede. Ele critica o modelo ocidental de ensinar fórmulas a serem usadas para resolver determinados problemas, sem que o aprendiz saiba *como, onde e por que* aquilo surgiu:

"Os norte-americanos sempre valorizaram a técnica e a simples passagem de modelos, no ensino das ciências. Até que viram os soviéticos – que apenas 30 anos antes haviam saído do feudalismo – colocarem uma nave na órbita da Terra. Os Estados Unidos, que a partir daí reformularam a maneira de ensinar ciência, descobriram que um livro de física russo ensinava com uma linguagem conceitual, compreendida por todos e absorvida da tradição filosófica que permeou a Revolução Soviética, isto é, a cultura germânica do marxismo".

**Movimento inverso** – Identificando, no projeto Rede, uma guinada tão significativa, quanto a que levou os norte-americanos a reverem seus métodos de ensino científico, o professor Isaac João Vasconcelos e a equipe de avaliação já estão constatando a extensão dos efeitos do programa. É que as impressões iniciais demonstram não haver muita diferença entre os alunos aprovados regularmente no vestibular e aqueles que entraram com média abaixo da exigida – e isto levanta, imediatamente, um questionamento sobre o processo de admissão utilizado pela instituição.

Além disso, o acompanhamento do trabalho no semestre passado trouxe consequências práticas: "As deficiências encontradas nos estagiários dos últimos períodos, responsáveis pelas aulas dadas aos alunos do Rede, estão gerando propostas de mudanças nos currículos" – alega-se o sub-reitor.

Ele acredita que o projeto pode promover um movimento exatamente oposto ao provocado pelo ciclo básico dos cursos superiores, que, criados com a pretensão de suprir uma carência do

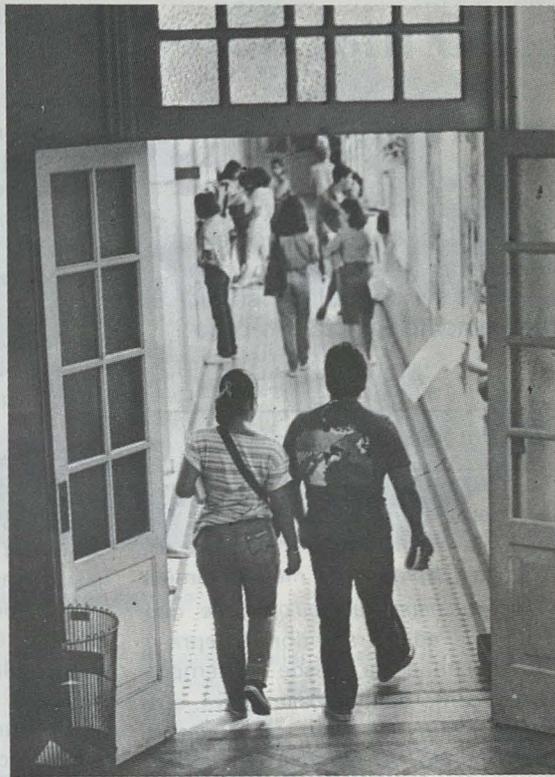
segundo grau, não cumprem esta tarefa e contribuem para manter a estrutura que deu origem ao despreparo dos estudantes. "O Rede – assinala o prof. Isaac – identifica, localiza e atua diretamente sobre a questão da queda do nível de ensino e, por isso, pode mexer não só na vida universitária, mas promover a reformulação do ensino da filosofia no segundo grau".

**Ciência e poder** – Preocupado com a falta de um projeto capaz de nortear o ensino da filosofia no segundo grau, o prof. Paulo Adler alerta, por sua vez, que a própria volta da disciplina ao antigo ginásio, no início da década de 80, foi "justificada por discursos vazios, que pregavam uma concepção crítica da realidade para o indivíduo, sem explicar bem o que é isso".

Na época, a esquerda – representada pelos marxistas e pelos adeptos da teologia da libertação – e a direita, tendo à frente os tomistas e católicos ligados aos militares, "curiosamente se uniram, mas, como os objetivos do grupo não foram explicitados, cada um faz o que bem entende nas escolas e os currículos até hoje propostos são ridículos" – critica.

O também coordenador do Colégio de Aplicação da Uerj entende, então, que o problema a ser enfrentado é determinar o que deve ser ensinado no segundo e terceiro graus. "Isso nos remete à própria questão do que vem a ser a filosofia. Como sabemos que existem filosofias, falta definir o que a sociedade quer desta disciplina, para então formular um programa e experimentá-lo".

Adler sustenta, ainda, que a formulação desta diretriz necessariamente deve ser feita à luz da inserção de nosso país no Terceiro Mundo: "Como somos dominados, não só financeiramente, mas também pela dependência tecnológica, deveríamos desenvolver uma filosofia das ciências, capaz de estabelecer as



Universidade: o aluno entra despreparado para pensar

relações entre ciência, poder, distribuição de conhecimento e manutenção da ordem social. Valorizando uma visão histórica, baniríamos dos bancos escolares o cientificismo, que não contextualiza a ciência e a transforma numa coisa dada, vinda do nada e com contornos nitidamente metafísicos" – sugere.

**Conflito esperado** – Se a interdisciplinaridade no segundo grau ainda não passa de um sonho acalentado por bom número de educadores, a experiência em curso na Uerj é considerada um passo importante, que está gerando reações e expectativas, quanto aos resultados ao longo dos próximos anos. "Alguns estudantes já nos perguntam o que vai acontecer, quando o período de adaptação acabar e os semestres restantes revelarem cursos ministrados sem a mesma visão do projeto", admite o sub-reitor Isaac. Para ele, o Rede está promovendo uma espécie de "choque, com o qual pretendemos demonstrar a importância da filosofia, questionar a universidade e alcançar sua transformação".

## O mal de Hansen

O Brasil detém a liderança continental em casos de hanseníase, uma doença que pode ser controlada, se o tratamento for iniciado cedo

Prof. Krishnamurti Sarmiento

A lepra é uma doença causada por outro "bichinho" – o *Micobacterium leprae* – da mesma família do *Micobacterium tuberculosis*, de que falamos na edição anterior. A lepra é bastante conhecida, desde os tempos bíblicos, como doença destruidora, que deforma, que faz cair os pedaços, transformando as pessoas em verdadeiros monstros. Ataca a pele e os nervos, com aparecimento de manchas e caroços. Daí, ter dois tipos: a lepra tuberculóide – que produz manchas pelo corpo (recebe o nome de tuberculóide, devido a sua visão microscópica de túberculos) – e a lepra lepromatosa, que provoca um espessamento da pele, principalmente na face e nas orelhas, podendo chegar a formar caroços. Esta última contamina com facilidade, por ter mais bacilos.

Ao contrário da tuberculose, não há vacina contra a lepra, embora os túberculos de ambas se pareçam. Entretanto, mesmo sendo a lepra uma doença contagiosa, o risco de apanhá-la de outra pessoa tem sido muito exagerado. São relativamente poucas as pessoas, que, estando expostas ao contágio, pegam a doença.

Para contrair a lepra, é preciso que o indivíduo tenha pouca resistência e viva em contato com um leproso, cujo corpo tenha grande número de germes (lepra lepromatosa). Além disto, o "bichinho" da lepra é por demais preguiçoso. Para se ter uma idéia, os bacilos, que tenham atingido uma pessoa no início do dia, estarão no mesmo local do corpo, quando chegar a noite: daí se conclui, que basta um banho com água corrente

e sabão de coco, para se eliminarem os respectivos bacilos.

**Cuidados** – A lepra, quando tratada no começo, não progride. É impedida de chegar até os nervos, não provocando deformações das mãos, nem dos pés. As manchas da pele podem desaparecer ou deixar apenas leves traços. Se observar apenas leves traços. Se observar mancha no corpo, procure o médico do seu Posto de Saúde: ele lhe dirá não ser nada alarmante, ou começará o tratamento. Em ambos os casos, uma ação tranquilizadora.

**Medicamentos** – Atualmente, é mais difícil encontrarmos casos de deformidade facial, devido aos medicamentos existentes no combate à lepra. As drogas usadas são as sulfonas e a rifampicina (a mesma da tuberculose). O tratamento é mais demorado e merece mais vigilância. No entanto, com uma educação em saúde da população, já vimos que é possível evitar perfeitamente a contaminação. Os ferimentos, ou solução de continuidade da pele, devem estar protegidos, para que o bacilo não encontre uma porta de entrada, já que ele é moroso. Como na tuberculose, a pessoa pode estar contaminada com o bacilo da lepra e não ser doente. Depende da resistência natural, que, aliás, é frequente em uma população bem gerada e bem nascida. O contágio é direto pela mucosa, sobretudo a nasal (nariz) ou lesões ulceradas da pele.

É interessante saber que os resultados da lepromino-reação, que informa se a pessoa está ou não contaminada (semelhante ao PPD na tuberculose), parecem ser idênticos na Índia, onde a lepra é milenar, e no Brasil, onde data de poucos séculos. Isto demonstra a fácil e rápida contaminação do brasileiro.

Clima, alimentação e moléstias debilitantes podem interferir no binômio exposição-resistência. Promiscuidade, subnutrição, baixo padrão de higiene e ignorância podem explicar e serem responsabilizados pela disseminação da lepra. Destacamos a subnutrição, no nosso caso, pois contamos com 70 milhões de desnutridos (Opas, 1988), o que significa metade da população brasileira, atualmente.

O bacilo da lepra foi descoberto, em

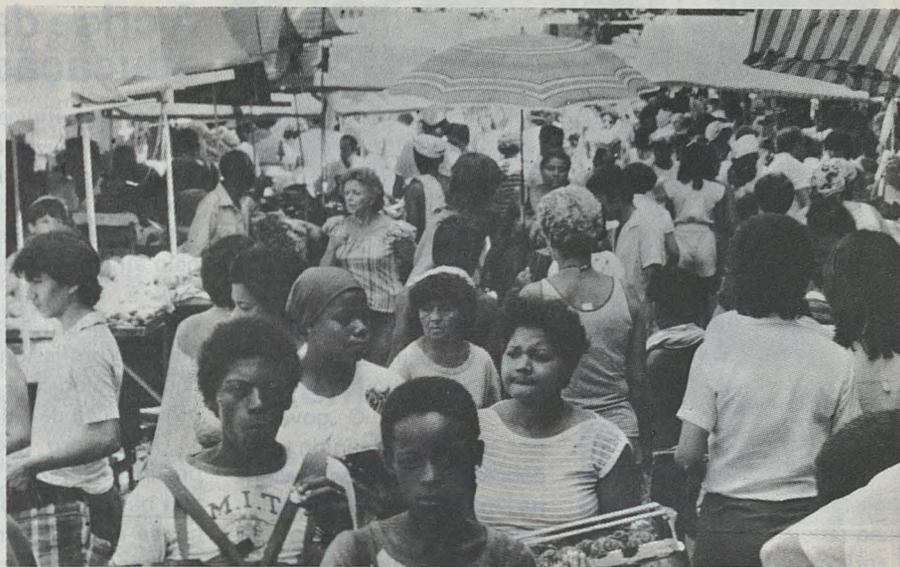
1874, pelo médico norueguês Armauer Hansen. Na década de 60, num congresso realizado em Madri, o Brasil resolveu apresentar uma proposta de mudança do nome de lepra para hanseníase, em homenagem a Hansen. Com isto, iniciou-se um movimento para abandonar a palavra lepra e seus derivados (leproso, leprosário, etc.), já que se considera muito difícil eliminar suas conotações estigmatizantes, passando a se constituir o estudo da chamada Fase III da Hanseníase. Nesta fase, a tentativa é de superar a ignorância, medo, mito e superstições que envolvem a doença, dificultando o diagnóstico precoce e tratamento eficaz. A nova política hanseniana brasileira, ou Fase III, pretende facilitar a educação sanitária, a integração e, principalmente, o comparecimento dos doentes e comunicantes, para controle e tratamento.

Mas, a lepra ou hanseníase é uma doença endêmica, como a tuberculose, no campo da saúde pública, necessitando ser tratada e controlada, o que não se conseguirá apenas pela instituição de uma terminologia sadia e positiva. A Fase III se iniciou em 1967, preocupada em conscientizar a troca de nome. Hoje, a propaganda chega à televisão, com gastos astronômicos, cursos no exterior, treinamentos, etc., num país que dedica apenas 3,8% do seu Produto Interno Bruto à saúde. E, em 1988, 20 anos depois, a Opas continuou considerando a situação da hanseníase uma "vergonha brasileira", pois no país – apesar de ser o único lugar do mundo a banir a palavra lepra, institucionalizando o termo hanseníase – estão hoje 85% dos leprosos de todo o continente americano.

**Atitudes práticas** – Ao se notar, em qualquer parte do corpo, mancha que não desaparece e que pode ser confundida até mesmo com "mancha de praia", deve-se fazer o seguinte: primeiro, perguntar se a mancha coça; depois, esperar com alfinete. Caso não coçar, nem doer, deve ser considerada suspeita e levada a exame no Posto de Saúde. Esta mancha pode ser branca, branca com borda vermelha, e placa vermelha, como se fosse alergia. Pode ser uma só mancha ou mais de uma. Aí está a maneira fácil de qualquer um descobrir casos de lepra ou hanseníase. ●

# O mercado se estreita mais

Os anos 80 tornaram mais penosa a vida do brasileiro, que teve que reduzir gastos até com alimentação, num país dominado por grandes concentrações urbanas, que sofrem progressivo empobrecimento



A maioria da população brasileira está fora do mercado

**E**nquanto os brasileiros começavam a sofrer a pressão consumista do Natal, com bolsos cada vez mais vazios, apesar do 13º salário, dois estudos foram lançados, colocando em números o panorama de crise social do país. Um dos estudos analisou a situação alimentar da população, comprovando o agravamento do já crônico quadro de desnutrição: a população come menos. O segundo levantamento, de objetivos empresariais, visando a orientar investimentos, indicou que a marca das grandes aglomerações brasileiras é o aprofundamento do processo de empobrecimento: a população está consumindo menos também outros artigos, além de comida.

**Índice Alpha** – Com o objetivo de servir ao empresariado, na determinação do potencial de venda de produtos nas diversas regiões do país e até as necessidades de investimento em publicidade, o estudo da firma paulista Alpha-Assessoria e Pesquisa investiga, anualmente, as tendências do mercado e o poder de compra da população.

“O Índice Alpha Nacional mostra, por exemplo, que as principais capitais brasileiras estão e continuam empobrecendo”, diz o estudo. “São Paulo, a maior cidade brasileira e da América do Sul, só manteve sua participação graças ao acréscimo populacional, provocado pelas imigrações. A cidade do Rio de Janeiro e Porto Alegre perderam participação para os produtos da Classe A,

enquanto Belo Horizonte perdeu nos dois tipos de mercado: para produtos caros e para produtos de primeira necessidade”.

O estudo da Alpha afirma, ainda, que “os problemas econômicos nacionais ocorridos durante quase toda a década de 80 trouxeram, como consequência, um empobrecimento relativo das regiões mais industrializadas (e, ao mesmo tempo, um aparente crescimento relativo das regiões mais atrasadas, como o Nordeste). Mesmo estados como Paraná e Santa Catarina, que se mantiveram economicamente ativos durante quase toda a década, tiveram suas participações relativas diminuídas, em relação ao total do mercado brasileiro (em grande parte, devido ao declínio da massa salarial da população)”.

**Deixando de comer** – Já o livro do médico Rocival Lyrio de Araújo, de Brasília – “Situação Alimentar e Nutricional do Brasil” – concentra-se em analisar o consumo de alimentos e a consequente situação de saúde da população. Mas, a constatação básica é a mesma: a diminuição de renda provocou uma queda no consumo de comida, que ele avalia em torno de 11%, num período de sete anos.

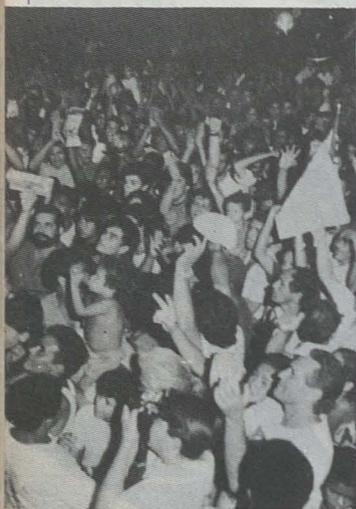
Salários menores/preços maiores, menor oferta/mais horas de trabalho – esta a equação básica da vida da maio-

ria dos brasileiros, segundo a pesquisa do médico, resultando esse quadro de aflição social em piores índices de saúde, devido ao agravamento da situação de desnutrição da maioria das famílias. Se, em 1959 – há 30 anos – o trabalhador podia adquirir a cesta básica de alimentos ao preço de 65 horas de serviço, precisava trabalhar, no início de 1989, um total de 178 horas, praticamente o triplo, para comprar a mesma quantidade de comida. Quando se pensa que a maioria dos trabalhadores ganha salários muito baixos e que seus gastos não são apenas em alimentos, é forçoso concluir que o panorama da nutrição do brasileiro é dos mais penosos, como comprovam os índices de saúde.

Os desvios sociais têm sua mais clara definição numa tabela, que denuncia: 62% de tudo que se produz no país são consumidos por apenas 8% da população, com ganhos mensais acima de 35 salários.

Agravando este quadro, além das políticas salariais distorcidas, estão outras políticas governamentais, como a de privilegiar a exportação de alimentos: ao lado de outros alimentos de primeira necessidade, está rareando, por exemplo, a produção de feijão, enquanto se multiplica anualmente a de soja, provocando a alta do preço do feijão e reduzindo o seu consumo. ●

Procópio Mineiro



No voto, a multidão se repensa

## No espelho

Uma interessante pesquisa de opinião foi divulgada pela imprensa no final de novembro, registrando o sentimento do brasileiro sobre a situação política e econômica do país. Realizada a pedido das empresas transnacionais em atuação no país, foi considerada um termômetro do nível de conscientização do homem das ruas sobre o estágio de desenvolvimento do Brasil, e sobre as causas das dificuldades que impedem um crescimento econômico e social compatível com as extraordinárias potencialidades nacionais.

O quadro geral, extraído das opiniões, apresentou um brasileiro que faz mau conceito de si próprio, considerando-se relaxado, despreparado, subdesenvolvido, comodista, violento, preguiçoso – o que não é de estranhar, pois estes são os conceitos batidos permanentemente pelos meios de comunicação sobre o conjunto da sociedade.

Ao mesmo tempo, o bra-

sileiro já desenvolveu a consciência de que as riquezas do país são alvo da cobiça externa e que as empresas transnacionais – exceto pelo aspecto de serem bons empregos e reconhecidamente firmas muito organizadas – significam uma espécie de ameaça ao desenvolvimento autônomo, por sugarem recursos do país. A empresa nacional é vista com simpatia. O governo, por sua vez, é definido pelos conceitos negativos comuns na mídia, como o grande culpado de tudo, por conjugar qualidades negativas, que vão da ineficiência à desonestidade. E arrasta, nesse mau conceito, as empresas estatais.

A pesquisa das transnacionais revelou um brasileiro inquieto, intranquilo, insatisfeito e desejoso de uma saída – que o trabalho define como pessoal, individual, devido ao desânimo com relação ao institucional.

Mas, quem quiser fazer uma imagem mais precisa do brasileiro não pode esquecer estas eleições presidenciais: elas devem ser vistas como uma pesquisa muito mais extensa e profunda, que revelou um brasileiro que crê na mudança de fundo político, extensiva a toda a comunidade, e não de alcance apenas pessoal.

A clara divisão entre uma proposta conservadora e outra progressista não admite outra análise, se não a de que – por mais confusos que possam ser os sentimentos do brasileiro e sua auto-avaliação – há um nítido avanço da consciência política e uma clara aposta em transformações de profundidade, que venham a calçar o desenvolvimento nacional.

## A crise da educação

Um dos indicadores sociais mais graves do Brasil é o nível de escolaridade, que denuncia uma das falhas estruturais responsáveis pelo atraso do país, uma vez que à educação irregular correspondem a baixa qualificação profissional, a lentidão tecnológica e a limitada organização da cidadania.

O quadro educacional brasileiro será um dos desafios básicos do novo governo, se este tiver um mínimo de preocupação em dar um primeiro passo para a configuração de um novo quadro mental para o brasileiro. Embora base de tudo o que se relaciona com a sociedade, a educação é, historicamente, negligenciada por todos os níveis de governo no país, um dos motivos pelos quais desperta tanta celeuma o projeto inovador dos Centros Integrados de Educação Pública-Ciep, criado por Leonel Brizola no Rio de Janeiro. Qualidade na escola destinada às camadas populares parece ser coisa inaceitável para as tradicionais camadas dirigentes do país.

Daí, o quadro permanentemente denunciado pelas vozes mais conscientes da vida política e pelos educadores: apenas pouco mais de 10% dos alunos que entram no primário concluem o primeiro grau, enquanto quase 90% vão abandonando os estudos ao longo desses primeiros anos; os recursos destinados à educação são permanentemente insuficientes; os profissionais de ensino, em seus vários níveis, têm rendimento muito aquém do grau de profissionalização que al-



O que fazer do brasileiro?

cançaram, sendo a situação crítica exatamente na faixa dos professores primários e secundários, figuras decisivas para tornar a escola uma alavanca de progresso ou uma máquina de expulsão de alunos.

A realidade comprova que há erros seculares na máquina educacional brasileira e que o país pode desistir de tornar-se uma nação desenvolvida, se não deflagrar uma autêntica revolução nessa área, a mais estratégica de quantas depende o futuro nacional.

## O que fica

Numa das últimas exposições sobre o estado da economia, o ministro Maílson da Nóbrega, em artigo para a "Folha de S. Paulo" (12/11/89), definiu o quadro como de estabilidade: apesar da inflação alta, a economia funciona a pleno vapor, devido, segundo ele, ao sistema de indexação, que atua como fator de equilíbrio ante as perdas, e à intensidade da economia informal. De um lado, algo positivo. Mas, de outro, uma situação que tolda o horizonte de nuvens negras, já riscadas pelos muitos raios das questões imediatas.

A curto prazo, ele entende que o novo governo contará com poucas possibilidades de atuação, com vistas à implantação de um eventual projeto de desen-

volvimento. Isto, porque a indústria já trabalha no limite de sua capacidade, o que exigiria investimentos de médio e longo prazos para a expansão produtiva. Ao mesmo tempo, serviços de infra-estrutura, indispensáveis a qualquer projeto de retomada do crescimento econômico, acham-se deteriorados, o que obrigará o Estado a realizar inversões pesadas para preparar o caminho para um novo passo. É o caso, por exemplo, das limitações energéticas, de telecomunicações e transportes.

O ministro Maílson da Nóbrega considera que três fatores básicos definirão as linhas imediatas da economia brasileira: o governo, o empresariado e as cobranças sociais. O empresariado está a cavaleiro, nesse quadro, pois está capitalizado e capacitado a investir, tão logo sinta firmeza na política econômica.

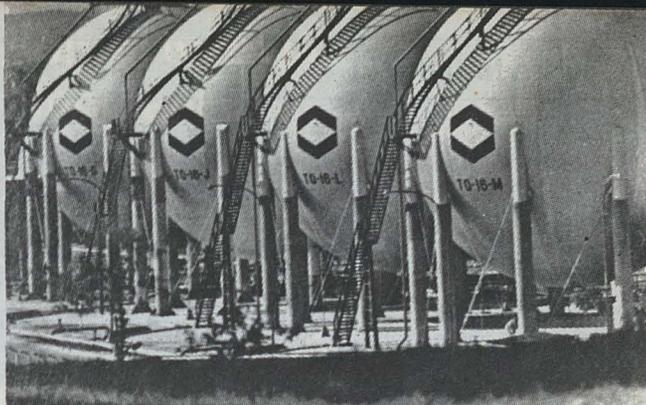
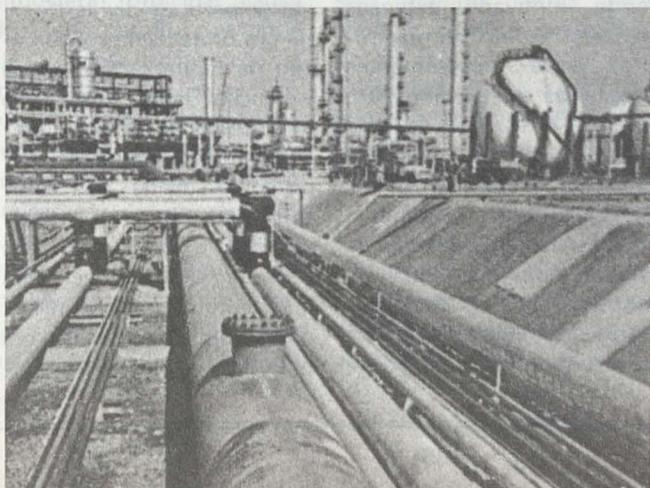
O governo será o grande devedor: de um lado, precisa dar uma resposta eficiente às distorções da economia, para ver injetados, na produção e no emprego, os pesados recursos empresariais, que hoje se encontram hibernando no sistema de engorda automática do merca-

do financeiro; do outro lado, terá pouquíssimo tempo para apresentar resultados concretos à impaciente plateia, que sofre todos os efeitos inflacionários e apostou num programa de campanha, que falava em resolver os problemas com seriedade e rapidez.

O terceiro componente da crise é exatamente essa mobilização popular, propiciada pelo nível da crise e pelos longos meses de campanha política, que, mal amainada pelas festas de fim de ano, logo recomeçará com a posse do novo governo e a deflagração das sucessões estaduais e da renovação do Congresso. Essa espécie de vigília cívica — que dificilmente a Copa do Mundo ajudará a aplacar — tende a transformar-se em fator de complicação, pois, quase necessariamente, desaguará em demandas sociais, tanto mais exigentes, quanto maior o aperto salarial.

Este é o quadro que fica, para cuja saída Maílson entende haver apenas uma perspectiva positiva: a sociedade mobilizada terá de agir politicamente, consciente da necessidade de investir em instituições mais sólidas e de "aprender a construir na adversidade".

A curto prazo, será difícil a retomada do desenvolvimento



Das maiores do mundo, a Petrobrás está praticamente de joelhos

## Dilemas da Petrobrás

Orgulho do nacionalismo brasileiro, exemplo da vontade política e da capacidade técnica do país, a Petrobrás começa a ressentir-se dos golpes que lhe vêm sendo aplicados. Agora, atravessa uma crise inédita, que pode lançá-la, em pouco tempo, na lista daquelas empresas estatais que dão mau exemplo. A grande estatal, que figura entre as maiores do ramo, em termos mundiais, está estrangulada por dívidas de curto prazo superiores a 2 bilhões de dólares e encara um horizonte cheio de ameaças.

A crise da Petrobrás é um dos assuntos mais urgentes a merecerem a atenção do novo governo, pois relaciona-se com toda a política de combustíveis, num ano considerado pelos especialistas como o do início da recuperação dos preços do petróleo e do poder de pressão da Opep. Nada seria pior do que o petróleo em alta — como se prevê para este início de década — numa fase de Petrobrás em desorganização.

No final de novembro, o presidente da estatal, Carlos Sant'Anna, realizou uma reunião de urgência com os mais de 400 gerentes e diretores, traçando um quadro da gravidade da crise que

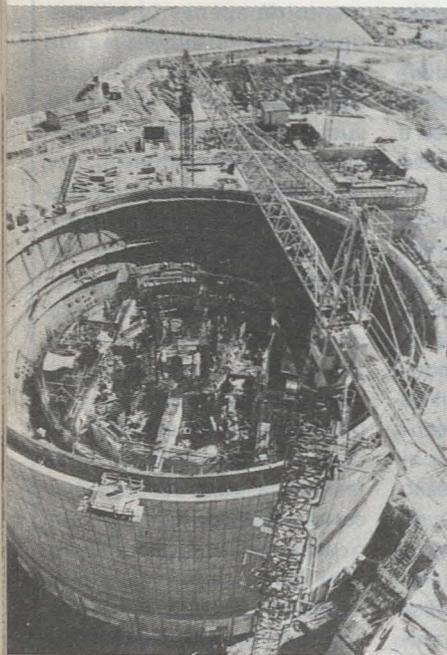
sufoca a empresa, ainda às voltas com a insatisfação salarial dos funcionários. Nos últimos anos, a empresa encolheu, reduzindo investimentos, obtendo faturamento menor e aumentando endividamento e custos. Assim, a Petrobrás chegou ao fim de 1989 com um déficit operacional de 1 bilhão de dólares, faturamento de apenas 14 bilhões de dólares (6 bilhões a menos do que o de 1981), carência de crédito externo e custos operacionais excessivos para a nova situação.

A médio prazo, a crise a que foi levada a empresa repercutirá no quadro do abastecimento de combustíveis do país, principalmente porque os investimentos em pesquisa e exploração de novas áreas produtoras no país já sofreram sensível redução. A produção interna tenderá a ver revertida sua curva ascendente, tornando o país mais dependente do óleo do exterior. Segundo relatório da empresa, os investimentos em exploração realizados em 1989 e os previstos para 1990 estão no mesmo nível dos efetuados em 1979, o que comprova a defasagem. Na prática, vira fumaça a meta de tornar o Brasil auto-suficiente em petróleo em 1997, quando a

Petrobrás poderia estar produzindo 1,5 milhão de baris.

O mais grave não é que o país veja aumentada sua dependência externa em combustíveis, mas que a própria matriz de uma política de autonomia no setor esteja ameaçada em sua sobrevivência. Devem estar alegres os que imaginam ainda ver a Petrobrás negociada em troca de alguma parcela da dívida externa e eliminado o monopólio estatal do petróleo. Um eventual desmantelamento da empresa teria repercussão muito mais extensa do que simplesmente econômica.

## Cooperação nuclear



O país ainda atrás da tecnologia

Ao mesmo tempo em que prorrogava seu acordo nuclear com a Alemanha Federal, o Brasil discutia, a nível técnico, a possibilidade

de colaboração com a União Soviética, no setor atômico, com vistas à produção energética. Uma delegação de cientistas soviéticos esteve no país, participando do I Seminário Brasil-URSS sobre Energia Nuclear e realizando contatos na área técnica, onde se discutiu a viabilidade de acordos para a construção de reatores capazes de gerar de 50 a 500 megawatts. Os soviéticos detêm também tecnologia especial para a transmissão energética a grandes distâncias, sem maiores perdas, o que é de importância particular para o Brasil.

Sob o ponto de vista brasileiro, a tecnologia nuclear é um dos setores no qual interessa ao país diversificar as fontes de cooperação. Tendo uma usina problemática (Angra I) — de fabricação norte-americana, mas que não significa maior acesso tecnológico — o Brasil dispõe do acordo com a Alemanha, de entendimentos com a Argentina e agora das perspectivas soviéticas.

Quanto ao acordo com a Alemanha, que já caminha para completar 15 anos, os resultados obtidos são magros e prevê-se, apenas para 1994, a entrada em funcionamento da usina Angra II. Se cada uma das oito usinas previstas no contrato com os alemães surgir apenas a cada 20 anos, como ocorrerá com Angra II, a absorção tecnológica por esse caminho levará mais de século e meio...

## Bancos na Embraer

Em troca de 100 milhões de dólares da dívida externa, seis bancos estrangeiros passam a possuir 30% da Empresa Brasileira de Aeronáutica-Embraer. Agora, a União tem apenas 52,26% das ações preferenciais da empresa. Para 1990, o presidente da Embraer, Osílio Silva, anuncia o lançamento de ações ordinárias, em mais um passo no rumo da privatização do empreendimento criado pelo Estado.

Com o acordo fechado no final de novembro, tornaram-se sócios da Embraer o The Bank of America, Continental Bank, Bank of Tokyo, Crédit Suisse, Banco Francês de Comércio Exterior e o Arab Bank Corporation.

## Integrando no espaço

A política de integração econômica entre o Brasil e a Argentina é um dos legados positivos do governo Sarney à próxima administração. Exigirá agora a mesma vontade concreta de buscar a realização das metas capazes de tornar realidades as perspectivas abertas e os primeiros acordos.

A cooperação espacial é um dos itens já em pauta, tendo motivado extensos debates no final de novembro, entre representantes brasileiros e argentinos, em Buenos Aires. Esta é uma área em que se considera que o Brasil está bem mais avançado que a Argentina, mas os cientistas argentinos contam com elementos de interesse para os pesquisadores nacionais envolvidos na chamada Missão Espacial

Completa Brasileira, que prevê, para a década que se inicia, o lançamento do nosso primeiro satélite, através de um foguete brasileiro, movido a combustível fabricado no país. Os argentinos contam com o foguete Condor II, enquanto o Brasil já testa, há muito tempo, a família Sonda, de que o exemplar mais desenvolvido é o Sonda IV, frequentemente testado na base aeroespacial de Alcântara, no Maranhão.

## A dívida e a mata



O próximo governo brasileiro poderá, provavelmente ainda em 1990, analisar a questão da dívida externa sob o ângulo da preservação do meio ambiente. Essa modalidade de converter parte da dívida externa em projetos de conservação da natureza já está em execução: nove países, até agora, acertaram com bancos credores a troca de parcelas da dívida por compromissos ambientais, principalmente na África. Os Estados Unidos decidiram adotar, como posição oficial, o estímulo a essa política em organismos financeiros in-



## Sobrevivência ianomâni



ternacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, onde exerce influência decisiva e que são peças fundamentais na questão da dívida externa do Terceiro Mundo.

A posição brasileira ainda é de cautela com relação ao assunto, devido ao volume da dívida e a implicações que possam vir a ter acordos desse tipo, particularmente quanto a aspectos da soberania nacional.

### Desenvolver e preservar

Diante da pressão internacional contra a ocupação da Amazônia, os empresários da região estão divulgando a "Carta da Amazônia", fruto de um encontro regional, na qual explicitam seu posicionamento sobre a questão. Além das associações e federações empresariais regionais, assinam o documento sindicatos de madeireiros, alvos principais das críticas que se levantam, interna e externamente.

"A maior ameaça ecológica ao mundo é a miséria", diz o documento, ao argumentar sobre as responsabilidades do mundo desenvolvido no agravamento das condições ambientais do planeta, particularmente através do lançamento do dióxido de carbono (CO<sup>2</sup>) na atmosfera, principal causa do efeito estufa, que pode elevar, desastrosamente, a média da temperatura ambiente. "Mitos, desinformações e até inverdades têm contribuído para impedir concessões de empréstimos externos vitais para a região, entravar relações comerciais indispensáveis e emperrar seu desenvolvimento pela própria ação do Governo

Federal, condenando-a ao isolamento, à miséria e ao atraso, como se seus habitantes e investidores fossem filhos enfeitados da grande pátria brasileira", afirma o documento.

O empresariado amazônico reconhece que a promoção do desenvolvimento a qualquer custo poderá comprometer a ecologia, o que exige a realização de pesquisas aprofundadas, para que as potencialidades possam ser exploradas de forma racional. E sugere que o governo promova "o zoneamento geo-econômico e ecológico da região, com especificação de suas áreas de preservação; áreas de utilização dos recursos naturais existentes; áreas de exploração convencional; e áreas de reservas indígenas, respeitados os multivariados ecossistemas".

Reconhecem, porém, que "a região requer, para efetiva conservação de seu meio ambiente, a colaboração técnico-científica e financeira nacional e internacional", solicitando respaldo, sobretudo para as instituições universitárias e de pesquisa já atuantes na Amazônia. Consideram de fundamental importância que sejam levados adiante projetos de infra-estrutura, como hidrelétricas – que acreditam poder serem construídas sem maiores danos ambientais, desde que precedidas de estudos adequados – e estradas, como a BR-364 (em direção ao Pacífico) e a BR-174 (em direção ao Caribe), além das telecomunicações.

De qualquer forma, mais um elemento para o difícil debate com que se defronta o país, entre a pressão do desenvolvimento e os perigos da destruição irreversível.

#### O futuro ianomâni continua ameaçado pela invasão garimpeira

Os movimentos de apoio à luta dos índios ianomânis, de Roraima, continuam a alertar para o drama que vive aquela comunidade indígena, cujas terras, na região de Catrimâni, sofrem ainda a ocupação por cerca de 45 mil garimpeiros. A anunciada retirada dos invasores pela Polícia Federal teve um efeito extremamente limitado, por alcançar um número mínimo de garimpeiros, permanecendo no local o grosso desses trabalhadores deslocados de outras áreas de cata do ouro. Assim, os problemas que ameaçam a sobrevivência dos índios persistem, sem qualquer melhoria.

Os ianomânis reivindicam do governo federal a demarcação das terras, para evitar outras invasões: são nove milhões de hectares, capazes de garantir a sobrevivência do grupo. Entre os muitos obstáculos de que se queixam, os índios apontam, com destaque, o próprio governador de Roraima, Romero Jucá Filho, por sinal ex-presidente da Fundação Nacional do Índio-Funai, considerado um aliado dos invasores das áreas indígenas.

Há clara consciência das dificuldades para se atingir o objetivo final de devolver à tribo as perspectivas de sobrevivência.

Além disso, ninguém ignora as dificuldades práticas

para a remoção de 45 mil homens da área e sua instalação em outros pontos, sem conflitos da mesma espécie. Mesmo após a retirada, seria necessária intensa vigilância, para impedir qualquer retorno das massas incontroláveis de garimpeiros – na origem, agricultores deslocados, por falta de terras ou de oportunidade de sobrevivência, e que encontraram, na corrida do ouro uma ocupação que acena com rápido retorno, embora a imensa maioria continue a sofrer tipos de exploração semelhantes à da sua fase anterior de lavadores. O ouro, que encontram, termina por escorrer-lhe entre os dedos, beneficiando uns poucos, particularmente os que montam a infra-estrutura de avanço dessas frentes: os transportadores e os comerciantes de materiais e alimentação.

Para tornar dramática a questão do ponto de vista da tribo ianomâni, a sua sobrevivência está ameaçada, não somente pela ocupação e devastação ambiental (contaminação dos rios pelo mercúrio usado na purificação do ouro e desaparecimento da caça), mas, particularmente, pela intensa propagação de doenças entre os índios – algumas se tornam mortais, como a simples gripe – e uma desestruturante invasão cultural.

## Panamá: O crime de Bush

**P**arece um absurdo que, no fim de um dos anos mais fecundos para as relações internacionais e o avanço democrático no mundo, os Estados Unidos façam o que estão fazendo no Panamá. Parece, mas não é, pois o crime de Bush está na lógica do comportamento diplomático e militar norte-americano.

A história dos Estados Unidos na América Central e Caribe é uma sequência de piratarias, que vão desde a imposição de um assaltante, como William Walkers – que desembarcou na Nicarágua em 1856 e se autoproclamou ditador – à invasão da República Dominicana e de Granada, em datas mais recentes. Isso, sem falar na agressão ao Vietnã ou o bombardeio da Líbia.

Não há qualquer pessoa sensata e medianamente informada, que não entenda que o general Manoel Antônio Noriega é, apenas, em tudo isso, um pretexto mal disfarçado. Quando os seus interesses estão em jogo, o governo de Washington é capaz de tudo: de implantar e manter ditaduras, como a do Chile, ou de conviver, enquanto lhe convém, com narcotraficantes e outras espécies afins. Se o general Noriega fosse confiável aos planos da Casa Branca de não entregar o Canal do Panamá no fim do século, ele continuaria lá, na folha de pagamento da CIA e cheio de medalhas. Proclamando-se fiel à herança política de Omar Torrijos, que com o presidente Carter celebrou e assinou os acordos – mediante os quais o Panamá reconquista sua soberania sobre o Canal –, Noriega passou a ser um mafioso, que deve ser julgado nos Estados Unidos, sob acusações que não resistem a um exame sério.

A resistência à invasão – que apenas se inicia e pode ter desdobramentos futuros imprevisíveis – revelou ao mundo que os panamenhos compreendem bem o que está em jogo e que estão decididos a todos os sacrifícios, na luta histórica por sua independência.

É possível que, embriagado pelas aparências do seu poder, Bush não tenha avaliado adequadamente o cipoal em que meteu o seu país. Sua postura de construtor da paz, nas negociações com a União Soviética e a Europa Ocidental, seu decantado respeito à ordem jurídica e aos direitos humanos estavam levando muitas pessoas, no mundo, a reconsiderar o seu julgamento da linha diplomática e estratégica da Casa Branca, e a conceder a um violador contumaz das normas da convivência internacional, a possibilidade do "sursis".

O crime de Bush no Panamá fez tudo voltar à estaca zero. Gorbachev não terá mais dúvidas de que a postura respeitosa da Casa Branca era um engodo, enquanto os seus interesses não estivessem em jogo. Os democratas, que na Europa Oriental se inspiravam no exemplo norte-americano e se sentiam apoiados pelos Estados Unidos na sua luta por uma democracia socialista, concluirão, rapidamente, que o santo é de barro e a sua pregação, uma farsa.

Qualquer grande potência está hoje livre e justificada para invadir e subjugar outro país, sem que o sr. Bush tenha o direito de produzir um dos seus costumes sermões falaciosos e hipócritas, em defesa de princípios que ele próprio viola e pisoteia.

Mas, o mais grave é a repercussão entre as correntes tradicionalmente contrárias à política norte-americana e que pareciam desativadas pela aparente mudança de rumo da Casa Branca. O conceito histórico do imperialismo ianque, que andava meio esquecido, se fortalece; o "*yankees, go home*" volta à cena, e as organizações que sempre viram o governo dos Estados Unidos como inimigo de suas pátrias, estarão estimuladas e justificadas para um enfrentamento, que parecia ceder ao clima de entendimento internacional e respeito aos direitos humanos, criado na era Gorbachev. O "Panamá não está só" será, sem dúvida, um lema que in-

cendiará muitas consciências e mobilizará rebeldias no mundo.

Na última entrevista que concedeu a um jornalista, pouco antes de morrer (ou ser assassinado) num desastre de avião ainda não explicado, o general Omar Torrijos me dizia que estava seguro de que os norte-americanos buscariam pretextos para não cumprir os tratados sobre o Canal. "Recorrerão a tudo, até mesmo às armas", nos disse. Fez, então, uma advertência que tem muita atualidade: "O Canal é uma criança indefesa, que pode ser facilmente destruído. Os gringos não conhecem o espírito de luta do nosso povo".

Esse espírito de luta está em movimento. Para os democratas de todo o mundo e, particularmente, os latino-americanos, o imperativo histórico é apoiar os panamenhos, secundar sua luta e obrigar o sr. Bush a respeitar o seu direito à autodeterminação. Tal como na guerra do Vietnã, milhões de norte-americanos secundarão essa posição, quando compreenderem que a invasão não preserva interesses do povo, mas de camarilhas políticas e econômicas. O governo títere, que suas baionetas impuseram aos panamenhos, é uma excrescência, e o destino do general Noriega é, hoje, um detalhe secundário. Milhares de combatentes estão se mobilizando no Panamá e ainda se revelarão no futuro. Estes serão anônimos patriotas, sobre os quais não pesam acusações de narcotráfico e de enriquecimento ilícito, e que atuam dominados pelo desafio histórico de expulsar os invasores e restaurar o domínio do país pelos panamenhos.

As moções de repúdio à invasão pelo Conselho de Segurança da ONU e pela Organização dos Estados Americanos – OEA e a posição contrária de quase todos os governos configuram uma condenação universal ao atentado dos Estados Unidos à soberania do Panamá. •

Neiva Moreira

# TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



## BRASIL

Agência Meridien  
Av. Rio Branco, 52 -  
10º andar  
Tel.: 263-5611  
Telex 21664MERI

## PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,  
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa  
1200 - Lisboa -  
Telef.: 366209 / 372959  
Telex 14596 ANGO P

## HOLANDA

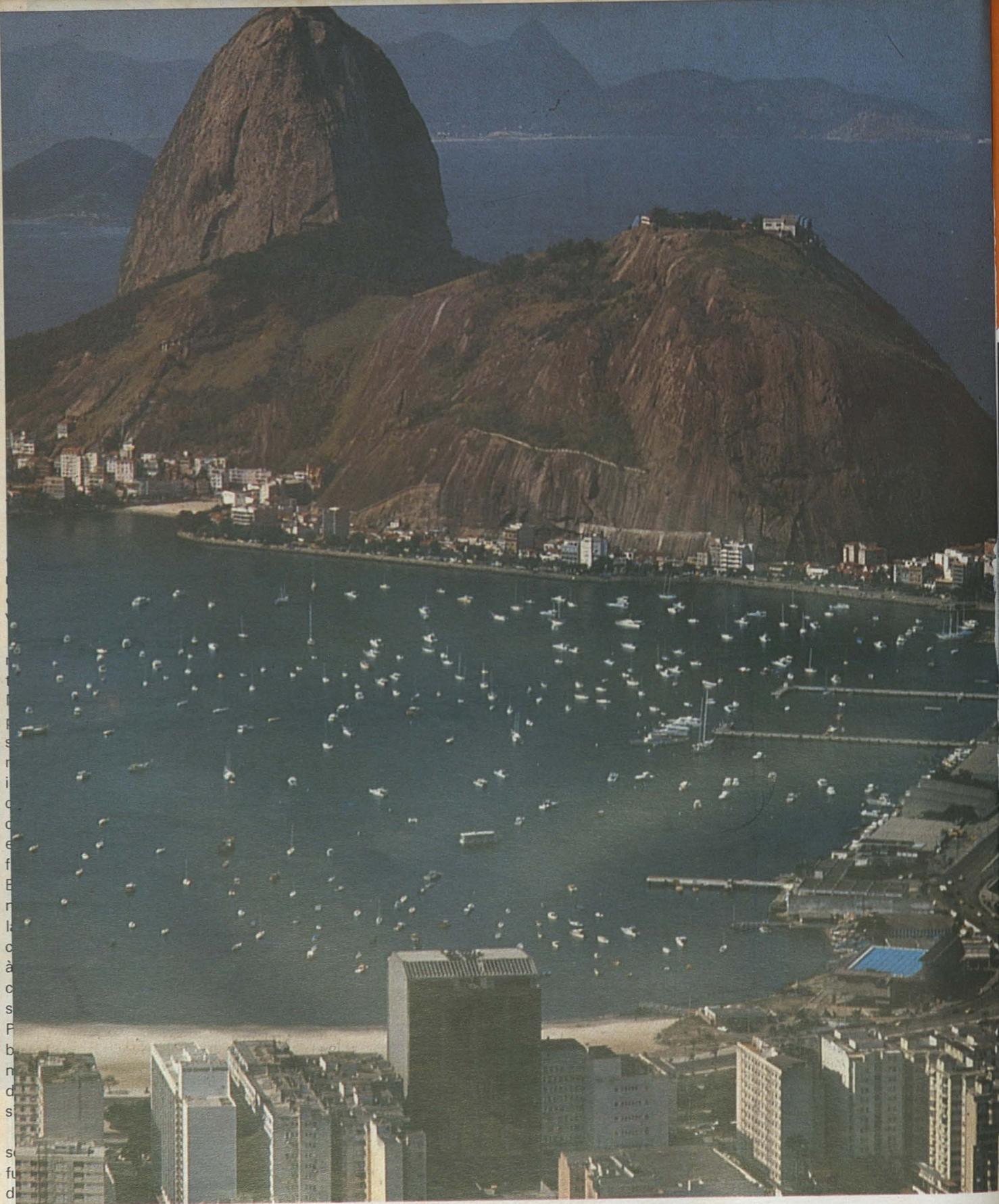
Coolsingel 139 3012  
AG Rotterdam  
POSTBUS 1663  
3000 BR Rotterdam  
Tel.: 010 11 41 60  
Telex 24772 / 24756  
ANGO NL



## ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola  
Rua Cerqueiras (Lukoki)  
C.P. nº 5953 -  
Telefs. 30144/5/6/7  
End. Teleg.: ANGOAVE AN  
Telexes nº 3313 / 3124  
Luanda - Rep. Pop. de Angola

**ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola**



6  
h  
ci  
b  
d  
fu  
s  
c  
s  
à  
c  
o  
k  
n  
E  
f  
e  
c  
o  
n  
i  
r  
s  
F  
b  
n  
c  
s  
6

**Abrimos este espaço para debater os problemas do terceiro mundo.**



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO